

REQUERIMENTO D COM PROCESSO

08 - 0022 / 2001

DE

2001

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RDP

08 - 0022 / 2001

DE

28/02/2001

PROMOVENTE:

VEREADOR

CARLOS NEDER

E M E N T A:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO PARA APURAR E
VENTUAIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO PROCESSO DE REGULAMENT
AÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE U
RBANO POR MEIO DE LOTAÇÕES E VEÍCULOS ASSEMBLHADOS, NO PERÍO
DO DE 1993 A 2000, INCLUSIVE NA RELAÇÃO MANTIDA ENTRE O PODE
R PÚBLICO MUNIICIPAL, A CATEGORIA E SEU SINDICATO. NÃO APROV
ADO

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
8/10/2010 15:43:56

00000002677-83



ARQUIVADO EM 15, 12, 2005

Viviane F. P.

VIVIANE FERREIRA PO
CHEFE DE SEÇÃO
Supervisora
SGP-33



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 01 do proc. 5

Nº 22 de 01

Adelina Cloete - Ass. Parlamentar

RF. 100.406

REQUERIMENTO

08 - RDP

08-0022/2001

Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar eventuais irregularidades ocorridas no processo de regulamentação e funcionamento do sistema complementar de transporte urbano por meio de lotações e veículos assemelhados, no período de 1993 a 2000, inclusive na relação mantida entre o Poder Público Municipal, a categoria e seu sindicato.

Requeremos ao E. Plenário, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito com 5 (cinco) membros e com duração de 90 (noventa) dias, prorrogáveis na forma do artigo 97 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, para apuração de eventuais irregularidades ocorridas no processo de regulamentação e funcionamento do sistema complementar de transporte urbano por meio de lotações e veículos assemelhados, no período de 1993 a 2000, inclusive na relação mantida entre o Poder Público Municipal, a categoria e seu sindicato, conforme fartamente noticiado pela imprensa (material anexo).

Sala das Sessões,

Carlos Neder
Vereador-PT

Seção de Publicação
Edição de Anais
DT - 10
28 FEV 2001
15:00h.

[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data docum. intors) rubricado(s)
sob nº 2 a 83 e folha de informação sob nº 29.05/053
[Handwritten initials]

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Folha nº 02 do proc.
Nº 22.020
Adm. 02 Artem 01
RF. 100.406

Câmara Municipal de São Paulo

RD 122/2001
RD 22/2001
Un. Carlos Neder

EXMO. SR. DR. PROMOTOR DE JUSTIÇA DO GRUPO DE
ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
- GAECO.

Recebido em
22/11/99, 21
15h 00min.
11/11/99
Jose Carlos G. B. R.
Promotor de
Justiça

CARLOS ALBERTO PLETZ NEDER,
médico, casado, portador da cédula de identidade RG nº
088.728-SSP/MT, domiciliado no Palácio Anchieta, situado no
Viaduto Jacareí, 100, sala 509, Bela Vista, nesta Capital, no
exercício do mandato de vereador do Município de São Paulo,
vem à presença de V. Exa., tendo em vista denúncia recebida
em seu gabinete relativa a esquemas de corrupção envolvendo
servidores públicos que prestam serviços junto ao
Departamento de Transportes Públicos da Prefeitura Municipal
de São Paulo - DTP, São Paulo Transportes S/A - SPTRANS -
e à Secretaria Municipal dos Transportes, bem como diretores
do Sindicato dos Proprietários de Veículos e Profissionais
Autônomos que Trabalham no Transporte de Passageiros
Através de Lotação do Estado de São Paulo - SINDLOTAÇÃO -
e donos de postos de gasolina, expor e requerer o quanto
segue.

Conforme nos foi relatado, em reunião
havida, em 15.04.99, com quatorze lideranças de

Platz



Câmara Municipal de
São Paulo

Folha nº 03 do proc.

Nº 22 de 01

RF. 100.406

trabalhadores em transporte por lotação, registrada na Ata da "Assembléia Geral da Reunião da Liderança dos Perueiros do Município de São Paulo" (documento incluso), resolveu-se "elaborar dossiê de denúncia de corrupção no transporte coletivo urbano do Município de São Paulo e entregar para as autoridades."

Assim, pela denúncia a nós encaminhada pelo Sr. Francisco Franco Sampaio, contendo 9 (nove) fitas cassetes gravadas com conversas entre diretores do Sindicato dos Proprietários de Veículos e Profissionais Autônomos que Trabalham no Transporte de Passageiros Através de Lotação do Estado de São Paulo - SINDLOTAÇÃO e trabalhadores em lotação, chamados de perueiros, (sendo 3 fitas gravadas sem o conhecimento do interlocutor - encaminhadas ao Instituto de Criminalística - e 6 fitas gravadas com o consentimento dos interlocutores) suas respectivas transcrições e anotações feitas pelos próprios denunciantes (material anexo), observam-se fortes indícios de corrupção envolvendo servidores do Departamento de Transportes Públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo Transporte S/A e Secretaria Municipal dos Transportes, alguns diretores do referido Sindicato e donos de postos de gasolina.



Folha nº 04 do proc.
Nº 22 de 01
Ass. Câmara - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Câmara Municipal de São Paulo

Pelas transcrições das fitas, verifica-se que tais indícios dizem respeito à remição de passes junto à SPTRANS, passes estes arrecadados por postos de gasolina, venda de alvarás, credenciamento de cursos de treinamento para condutores obtido por meio de pagamento de "propina" a funcionários da SPTRANS, venda de certificados de conclusão de curso de treinamento, existência de veículos clonados, aluguel irregular de linhas, existência de perueiros que atuam como empresários, possuindo várias peruas operadas por trabalhadores em várias linhas, esquema de corrupção envolvendo o pagamento do chamado seguro obrigatório, processo irregular de alteração de itinerário de linhas, uso da estrutura do Sindicato para fins particulares e para campanhas eleitorais, acompanhado de pagamento de pró-labores abusivos a seus diretores, sendo todos estes indícios permeados pela participação de agentes do Poder Público. Some-se a isto, denúncia veiculada na imprensa envolvendo venda de vagas na licitação a ser promovida pela Secretaria Municipal dos Transportes.

A título de ilustração, resumimos a denúncia referente ao pagamento de "propina" a servidores da SPTRANS, principalmente, de forma a aumentar demasiadamente a quantidade de passes, ou vales-transporte,

3
[Handwritten signature]



Câmara Municipal de
São Paulo

Folha nº 05 do proc.

Nº 22 de 2001

Assimilada Câmara - M. Parlamentar

RF. 100.406

remidos por esta empresa, a fim de constituir, em favor do Sindicato, um "Caixa Dois".

Isto ocorreria da seguinte forma. De janeiro a julho de 1998 existiam 88 nomes de perueiros cadastrados pelo Sindicato para fazer a remição de passes junto à SPTRANS. Esta troca era feita uma vez por semana. Sabe-se que cada perueiro poderia remir uma quantidade de 900 passes/mês, perfazendo um montante de 316.800 passes remidos por mês. No período de sete meses citado, teriam sido remidos 2.217.600 passes. Esta quantia, em dinheiro, resultaria em R\$ 2.550.240,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil e duzentos e quarenta reais).

Em agosto de 1998, o Sindicato solicitou ao Departamento de Arrecadação da SPTRANS o aumento de mais um dia por semana para fazer a remição, cadastrando, para tanto, mais 88 perueiros. (cópia reprográfica anexa)

Assim, de agosto de 1998 a fevereiro de 1999, seriam trocados 633.600 passes por mês, ou seja, o dobro de passes do período anterior. No período, seriam

[Assinatura]



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 06 do proc.

Nº 22 de 01

Assessoria Jurídica - Ass. Parlamentar

RF. 100.406

4.435.200 passes remidos. Em dinheiro, R\$ 5.100.480,00
(cinco milhões, cem mil e quatrocentos e oitenta reais).

Somando-se os valores, temos que, de
janeiro de 1998 a fevereiro 1999, o Sindicato deveria ter
obtido a soma de R\$ 7.650.720,00 (sete milhões, seiscentos e
cinquenta mil e setecentos e vinte reais).

No entanto, conforme se depreende da
leitura das transcrições das fitas, o Sindicato arrecadou, neste
mesmo período, R\$ 18.420.507,05 (dezoito milhões,
quatrocentos e vinte mil e quinhentos e sete reais e cinco
centavos). Ou seja, existe uma diferença, a maior, de R\$
10.769.787 (dez milhões, setecentos e sessenta e nove mil e
setecentos e oitenta e sete reais).

E isto realmente se verifica. Segundo
informações recebidas, em janeiro de 1998, foram pagos cerca
de 300.000 passes. Em dezembro do mesmo ano, foram pagos
cerca de 2.500.000 passes. Registre-se, por oportuno, que o
número de perueiros autorizados a operar no sistema, os
chamados "legalizados", não aumentou neste período,
situando-se na faixa de 2.300 perueiros.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº <u>07</u> do proc.
Nº <u>22 de 01</u>
Adm. Cível - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Novamente, conforme relato contido nas fitas transcritas, observa-se que esta quantidade imensa de passes seria proveniente, sobretudo, da arrecadação de postos de gasolina situados no Município (cerca de 30 postos) que recebem passes de perueiros "não legalizados" e da população em geral, e utilizam-se do Sindicato, uma das duas entidades reconhecidas para realizar a remição de passes, para trocá-los por dinheiro.

O Sindicato, por sua vez, utiliza-se de perueiros cadastrados (88 de janeiro a julho de 1998 e 172 de agosto de 1998 em diante) junto à SPTRANS para embutir, na sua cota de remição, um número de passes em muito superior ao que normalmente seria verificado, passes estes exatamente provenientes da arrecadação dos postos de gasolina e de terceiros.

Ou seja, na semana em que determinado perueiro não comparece para trocar os seus passes, o Sindicato coloca os passes arrecadados pelos postos de gasolina na cota deste mesmo perueiro.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº <u>08</u> do proc.
Nº <u>22</u> de <u>01</u>
Ademir Cioffi - <u>Deputado</u> Parlamentar
RF. 100.406

Uma parte deste dinheiro é devolvida aos postos de gasolina arrecadadores e outra seria contabilizada pelo Sindicato em um "Caixa Dois", que segundo a denúncia recebida, teria sido utilizada, em grande parte, para fins privados e para financiar campanhas eleitorais.

Em troca do silêncio de funcionários da São Paulo Transportes S/A e do DTP/SMT seria paga mensalmente, a título de "propina", a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sempre de acordo com as fitas recebidas.

Além disso, para mascarar a operação, periodicamente seria simulada a apreensão de uma quantidade de passes que, para ser "liberada" pelos funcionários da SPTRANS, cobrar-se-ia "taxa" de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Evidente que causa estranheza o fato do aumento abrupto e espantoso do número de passes remidos pela São Paulo Transporte S/A não ter, aparentemente, até o momento, chamado a atenção da Secretaria Municipal dos Transportes, a partir de uma investigação aprofundada de denúncias e indícios.

Quin



Câmara Municipal de São Paulo

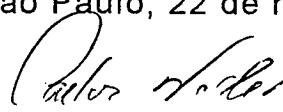
Folha nº 29 do proc.
Nº 22 de 01
Adelina C. de S. Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Registre-se que, nas transcrições das fitas recebidas, ora acostadas, é descrito detalhadamente este procedimento, inclusive, citando as pessoas que estariam envolvidas neste e em outros esquemas.

Assim, após a análise acurada do material ora encaminhado, requer-se seja instaurado por esta I. Promotoria o devido procedimento, a fim de investigar a veracidade das denúncias nele contidas, bem como as pessoas e agentes públicos envolvidos e a responsabilidade da Secretaria Municipal dos Transportes no caso.

Requer-se, ainda, em vista da quantidade de denúncias encaminhadas, o envolvimento de agentes do Poder Público Municipal e as matérias que já vêm sendo veiculadas na imprensa sobre o assunto, sejam as investigações desta I. Promotoria procedidas com a maior agilidade e sigilo possíveis.

São Paulo, 22 de novembro de 1999.


CARLOS NEDER
Vereador-PT



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº <u>22</u> do proc.
Nº <u>22 de 01</u>
Adeino Cícero - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

ANEXOS

1 - Contendo 9 (nove) fitas, sendo 3 (três) cópias e 6 (seis) originais, suas respectivas transcrições e anotações feitas pelos denunciantes;

2 - Ata da "Assembléia Geral da Reunião da Liderança dos Perueiros do Município de São Paulo", realizada em 15.04.99, visando, entre outros, "elaborar dossiê de denúncias de corrupção no transporte coletivo urbano no Município de São Paulo e entregar para as autoridades;

3 - Documentos relativos às denúncias sobre remição de passes, vales-transporte, bilhetes e assemelhados junto à SPTRANS, bem como à outras citadas na presente representação;

4 - Ofícios expedidos pelo Vereador Carlos Neder, a partir de abril de 1999, e respectivas respostas da Secretaria Municipal dos Transportes;

9
Neder



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 11 do proc.
Nº 22.3204
Adelina C. de 10 Parlamentar
RF. 100.406

5 - Termos de convênio para remição, portarias, outros instrumentos legais, estatuto, ata de distribuição de cargos da diretoria e outros documentos do Sindicato da categoria;

6 - Matérias divulgadas na imprensa.

10
[Signature]

Publicação: O ESTADO S PAULO
Data: 20 / 11 / 99
Pág.: 03

Folha nº 12 do proc.
Nº 72 001
Adeleide Cibeiro - Adv. Parlamentar
RF. 100.406

Petista entregará fitas com denúncias ao MP

O vereador Carlos Neder (PT) entregará ao Ministério Público Estadual (MPE) segunda-feira fitas cassetes gravadas por perueiros, que contêm novas denúncias de irregularidades na liberação de alvarás e outros serviços de controle da atividade. Neder recebeu as três primeiras fitas, que hoje totalizam nove, em abril. O conteúdo das gravações foi mantido em sigilo porque ainda não houve apuração formal das denúncias, mas Neder informou que as denúncias envolvem a emissão de alvarás falsos, cursos irregulares, veículos clonados e fiscalização. As três fitas entregues inicialmente em abril foram enviadas para degravação no Instituto de Criminalística.

Em agosto, ele requereu a devolução das fitas por ofício. Em resposta telefônica, foi informado de que o serviço requisitado estava sendo realizado. O vereador enviou ofícios ao secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro (PMDB). Hanashiro afirmou ontem que as denúncias recebidas são levadas à polícia e ao MPE.

Publicação: JORNAL DA TARDE
Data: 20 / 11 / 99
Pág.: 15 A

Folha nº 13 do proc.
Nº 22 de 01
Adelina Chere - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Achaque a perueiros vai parar no MP

O vereador Carlos Néder (PT) deve entregar na segunda-feira denúncias de extorsão de perueiros ao Ministério Público. O material trataria, entre outras coisas, de propinas para "garantir" vagas na licitação do serviço, prevista para 2000. A Secretaria informou que a licitação será feita, agora, pela SPTrans.

TRANSPORTES

Perueiro denuncia esquema de propina

Entre as irregularidades apontadas, funcionários da SPTrans e da Secretaria Municipal de Transportes receberiam para permitir a troca irregular de passes.

Segundo gravações feitas com perueiros, a secretaria pagou R\$ 10.769.787 a mais pela troca de passes na SPTrans (empresa pública que gerencia o sistema).

"De janeiro de 98 a fevereiro de 99, o sindicato (dos perueiros) deveria ter recebido R\$ 7,65 milhões. Mas obteve R\$ 18,42 milhões", disse o vereador Carlos Neder (PT).

O Sindlotação (sindicato dos perueiros) trocaria por dinheiro na SPTrans os passes recebidos por 30 postos de gasolina como pagamento de combustível. Oficialmente, os clientes dos postos não poderiam usar passes na hora de pagar.

O sindicato usaria os perueiros credenciados para a troca, incluindo mais passes que o total permitido para cada um por mês.

O vereador entregou nove fitas e documentos sobre o suposto esquema a promotores do Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Combate ao crime Organizado), do Ministério Público.

"Se se confirmar essa conduta permanente, é uma prática mafiosa", afirmou o promotor José Carlos Blat.

Segundo as fitas, funcionários da SPTrans receberiam R\$ 5.000 todo mês para permitir a troca irregular.

Além disso, seriam feitas apreensões periódicas de passes para que o esquema não levantasse nenhuma suspeita. Para liberar cada lote apreendido, os funcionários pediram R\$ 6.000.



O promotor Blat (de branco) examina documentos entregues pelo vereador Carlos Neder

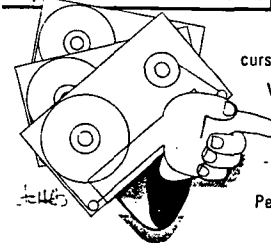
As denúncias foram gravadas pelo perueiro Francisco Franco Sampaio. Ele era diretor do Sindlotação e está licenciado desde julho de 96.

Além da troca de passes, entre as supostas irregularidades está a cobrança de propina para credenciar cursos de treinamento para condutores (veja ao lado).

O vereador disse que foi procurado pelos perueiros em abril e que enviou ofícios ao DTP (Departamento de Transportes Públicos), à SPTrans e à secretaria. Além de funcionários, pelo menos seis vereadores são citados nas fitas. (Nathalia Molina)

DENÚNCIAS

O que teria sido dito nas fitas



- Irregularidades na troca de passes e no credenciamento de cursos de treinamento para condutores
- Venda de certificados de conclusão de curso de treinamento
- Venda de alvarás
- Existência de veículos clonados
- Perueiros atuando como empresários
- Aluguel irregular de linhas
- Processo irregular de alteração de itinerário de linhas
- Esquema de corrupção envolvendo o pagamento do chamado seguro obrigatório
- Uso da estrutura do sindicato para fins particulares e campanhas eleitorais

Arta Agorá

RESPOSTA

Secretaria espera comunicado oficial

A Secretaria Municipal de Transportes e a SPTrans informaram que só vão falar sobre a denúncia após serem notificadas.

As assessorias de imprensa dos dois órgãos disseram que eles não foram avisados oficialmente.

De acordo com a assessoria de imprensa da secreta-

ria, o secretário Getúlio Harnashiro soube da existência das fitas e dos documentos após assistir a uma entrevista do vereador Carlos Neder (PT) na semana passada.

O secretário teria, segundo a assessoria, enviado um ofício ao vereador pedindo cópias das denúncias, mas

não teria sido atendido.

O presidente do Sindlotação, José Carlos dos Santos, não quis comentar ontem as denúncias. Ele disse que não conhecia o teor das acusações contra dirigentes, mas que hoje daria entrevista sobre o assunto. De acordo com o presidente do Sindicato dos

Postos de Gasolina do Estado, José Alberto Paiva Gouveia, há postos que aceitam passes para o pagamento de combustível.

"Alguém deve estar fazendo esse meio-de-campo (para os postos receberem o dinheiro dos passes). Mas ninguém fala como funciona", disse. (NM)

Publicação: JORNAL DA TARDE
Data: 23 / 11 / 99
Pág.: 16 A

Folha nº 15 do proc.
Nº 22 de 01
Adelina Cícero - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Denúncias ligam SPTrans a perueiros

Os vereadores José Eduardo Cardozo e Carlos Néder, ambos do PT, entregaram ontem ao Ministério Público nove fitas cassete com denúncias de corrupção envolvendo o Departamento de Transportes Públicos da Prefeitura, a SPTrans, a Secretaria de Transportes, o Sindicato dos Perueiros e donos de postos de gasolina. Segundo Néder, as conversas entre perueiros e lideranças do sindicato revelam um esquema de corrupção no qual o lucro seria dividido entre o sindicato, a Prefeitura e os donos de postos de gasolina.

As conversas também revelariam venda de alvarás, venda de certificados de conclusão de curso de treinamento de condutores, existência de veículos clonados, aluguel de linhas e várias outras denúncias.



José Cardozo/AE - 17/12/96

Néder diz que fitas revelam pagamento de propina

Vereadores fazem denúncia contra Prefeitura e sindicato de perueiros

Representação entregue a promotores cita esquema de venda ilegal de passes e alvarás

MARCELO GODOY

Os vereadores petistas Carlos Neder e José Eduardo Martins Cardozo entregaram ontem aos promotores do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) nove fitas cassete com denúncias sobre corrupção na relação entre a Prefeitura e perueiros. As irregularidades dizem respeito à venda de alvarás, linhas e de vagas para quem deseja participar da licitação para legalização de lotações, ao pagamento de passes feito pela Prefeitura ao sindicato dos donos de lotações (Sindlotação) e a cursos para formação de perueiros.

De acordo com Neder, o esquema envolveria cerca de 30 postos de gasolina, funcionários da Prefeitura, do Departamento de Transportes Públicos (DTP) e da São Paulo Transportes (SPTTrans) e membros da diretoria do sindicato. Três fitas foram gravadas sem que os diretores do Sindlotação tivessem conhecimento. As outras contêm depoimentos de pessoas ligadas à entidade.

Cota semanal – Neder disse que os donos de postos recebiam passes por um valor inferior ao de face (R\$ 1,15) de perueiros, mesmo clandestinos, que tivessem ultrapassado sua cota semanal de 900 passes – limite que a Prefeitura aceita receber de cada um dos donos de lotações legalizadas. Os comerciantes entregariam ao sindicato esses passes, trocados posteriormente na Prefeitura pelo

seu valor integral. O lucro com a transação era dividido, de acordo com o vereador, entre diretores do sindicato, funcionários da Prefeitura e os donos dos postos.

O vereador entregou uma representação aos promotores na qual afirma que o esquema movimentou R\$ 10,7 milhões entre janeiro de 1998 e fevereiro de 1999. Três membros do Gaeco receberam a representação e deverão apurar a denúncia.

Hanashiro – O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, ao qual estão subordinados o DTP e a SP-Trans, informou, por meio de sua Assessoria de Imprensa, que desconhece a representação dos vereadores ou seu teor. Hanashiro disse que só se manifestará quando for informado oficialmente das denúncias.

Folha nº 22 do proc.

Nº 22-01

Adelino Clemente - Ass. Parlamentar

RF. 100.406

Publicação: _____

Data: _____

Pág.: _____

Fitas revelam esquema para perueiros

Nove fitas com denúncias contra perueiros, funcionários públicos e vereadores foram entregues ontem ao Ministério Público pelo vereador Carlos Neder (PT). As gravações têm revelações sobre vários esquemas de corrupção, que funcionam com a cumplicidade de agentes do Departamento de Transportes Públicos (DTP) e da São Paulo Transporte (SPTrans). Em apenas um dos esquemas, funcionários da SPTrans receberiam R\$ 5 mil semanais de perueiros para fazer trocas irregulares de vales-transporte.

As acusações contidas nas fitas atingiriam diversas etapas do licenciamento de peruas que operam nas linhas regulares. Haveria venda de alvarás, pagamento de propina para

credenciamento em cursos de treinamento e venda de certificado de conclusão desses cursos, aluguel de linhas, perueiros com mais de um veículo credenciado, irregularidades na alteração de itinerário de linha e corrupção no pagamento do seguro obrigatório.

Diretores do Sindicato dos Perueiros Regularizados (Sindlotação) também estariam envolvidos no esquema. Segundo representação entregue por Neder aos promotores, a estrutura da entidade é usada para fins particulares e para campanhas eleitorais. Os prólabores de seus diretores também seriam abusivos.

Em um dos esquemas, descritos por Neder aos promotores, o sindicato pagaria propi-

nas para servidores da SPTrans, que trocariam irregularmente passes de ônibus. O esquema teria rendido mais de R\$ 10,7 milhões ao sindicato, acumulados em um caixa dois entre janeiro de 1998 e fevereiro de 1999. Os passes para a troca seriam entregues ao sindicato por aproximadamente 30 postos de gasolina. Nesses postos são aceitos passes como pagamento de combustível.

As investigações vão ser tocadas pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), o mesmo que conduz os inquéritos da máfia dos fiscais e da máfia do Detran.

Licitação

Outra denúncia, entregue no mês passado ao Gaeco, descrevia a venda da garantia de vito-

ria na licitação, que será aberta para a regularização de mais de 4 mil peruas. A advogada Maria Lúcia Milanese Marques teria lesado pelo menos 200 perueiros, cobrando R\$ 14 mil para garantir a vaga na licitação. O pagamento era dividido em parcelas de R\$ 500.

As denúncias de Neder constam de um dossiê, feito por 14 líderes de perueiros. O secretário municipal de Transportes, Getúlio Hanashiro, informou que só vai se pronunciar depois de conhecer a íntegra das fitas. O presidente do Sindlotação, José Célio dos Santos afirmou que vai aguardar as investigações e a orientação de seu advogado. "Mas quem acusa tem de provar", disse. A advogada Maria Lúcia não foi localizada.



NEDER entrega denúncias ao promotor José Carlos Blat

Publicação: FOLHA 5 PAULO
Data: 23 / 11 / 99
Pág.: SÃO PAULO - 8

Folha nº 18 do proc.
Nº 22 2264
Ademir Cícero - M. Parlamentar
RF. 100.406

ADMINISTRAÇÃO *Esquema envolve ressarcimento ilegal de passes*

Vereador denuncia corrupção na Secretaria dos Transportes

da Reportagem Local

O vereador Carlos Neder (PT) entregou ontem ao Ministério Público de São Paulo nove fitas cassetes que, segundo ele, revelam um esquema de corrupção na Secretaria dos Transportes.

Segundo Neder, de janeiro de 98 a fevereiro de 99, a prefeitura teve um rombo de R\$ 10,7 milhões em passes ressarcidos irregularmente. O esquema, segundo ele, envolve perueiros clandestinos, di-

retores de sindicatos, donos de postos de gasolina e funcionários da Secretaria dos Transportes.

Segundo Neder, três fitas foram gravadas sem que as pessoas soubessem. As demais são uma espécie de depoimento dos perueiros narrando as fraudes do setor.

"As irregularidades citadas vão desde compra de vagas para a próxima licitação da prefeitura para regularização de peruas até o uso irregular de passes fornecidos pela administração", disse Neder.

Segundo ele, apenas os perueiros legalizados poderiam trocar os passes recebidos dos usuários na prefeitura. Mas funcionários da secretaria estariam ressarcindo também os passes recebidos pelos clandestinos, o que é irregular.

Nesse esquema, os perueiros estariam usando os passes também para compra de combustíveis. Neder diz não saber se os donos desses postos estariam se beneficiando com o recebimento dos vales ou no repasse ao sindicato, que, por sua vez, é ressarcido pela Secretaria dos Transportes.

"Somando os valores, de janeiro de 98 a fevereiro de 99, o sindicato deveria ter obtido a soma de R\$ 7,6 milhões, que seriam referentes aos passes recebidos pelos perueiros legalizados. Mas, nesse período, o sindicato arrecadou R\$ 18,42 milhões", disse Neder.

A assessoria de imprensa da Secretaria dos Transportes foi procurada na noite de ontem, mas não foi localizada pelo celular.

Publicação: AGORA SÃO PAULO
Data: 24 / 11 / 93
Pág.: A 3

Folha nº 19 do proc.
Nº 22 01
Adelino Cícero - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

MAIS ESQUEMA

Fita de perueiros intriga Câmara



O vereador Carlos Neder

Os vereadores Wadih Mutran (PPB) e Antônio Goulart (PMDB) ontem pediram, no plenário da Câmara, que Carlos Neder (PT) diga quais são os políticos citados nas fitas.

O vereador petista entregou anteontem ao Ministério Público nove gravações e documentos sobre denúncias de corrupção envolvendo donos de postos de gasolina, dirigentes do sindicato dos perueiros e funcionários da Secretaria Municipal de Transportes e da SPTrans (empresa pública que gerencia o sistema).

Segundo Carlos Neder, al-

guns vereadores foram citados nas gravações feitas com perueiros sobre o suposto esquema de corrupção.

"Os promotores decidiram que as fitas ficariam em sigilo na investigação. Não fiquei com cópias", disse Neder.

Nas fitas, entre outras irregularidades, perueiros dizem que a estrutura do sindicato seria usada para fins particulares e campanhas eleitorais.

A denúncia mais detalhada nas gravações trata do pagamento de propina na troca irregular de passes.

A Secretaria Municipal de Transportes teria pago R\$ 10.769.787 a mais nas trocas.

De janeiro de 1998 a fevereiro de 1999, o sindicato dos perueiros deveria ter recebido R\$ 7,65 milhões, segundo o vereador Neder. Mas teria obtido R\$ 18,42 milhões.

O sindicato trocava por dinheiro na SPTrans os passes recebidos por 30 postos de gasolina como pagamento de combustível. Oficialmente, os clientes dos postos não poderiam pagar com passes.

O sindicato usaria os perueiros credenciados para a troca, incluindo mais passes que o permitido para cada um por mês.

(Nathalia Molina)

Pedida CPI para apurar complô de vereadores

*Representante do PT
conseguiu 27 assinaturas
de colegas para abrir
a investigação*

MARIANA CAETANO

O vereador Devanir Ribeiro (PT) apresentou ontem o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncia de formação de um complô de vereadores contra a equipe que comanda as investigações da máfia dos fiscais. Ribeiro conseguiu 27 assinaturas de colegas de quase todos os partidos, mas o requerimento deve ser votado só na semana que vem. Ele precisa do apoio de 28 vereadores para conseguir aprovar e instalar a CPI na frente de outros pedidos anteriores.

Na prática, devem ser feitas duas votações. A primeira para que a comissão tenha preferência, apesar da fila de pedidos; a segunda para sua instalação. "Existe uma fita com as denúncias; o objetivo da CPI é ouvi-la e apurar as supostas irregularidades; se encontrarmos algum vereador envolvido ele terá de sofrer as consequências", afirmou Ribeiro. "Da mesma forma, o autor das denúncias terá de prová-las; caso contrário, também merece punição." O petista referia-se ao vereador José Izar (PST), que teria citado nomes de vereadores, numa conversa supostamente gravada pelo delegado Romeu Tuma Junior.

As conversas de Izar – que escapou da cassação na CPI dos Fiscais – com o delegado irritaram seus colegas. A ponto de alguns vereadores estarem, agora, articulando a cassação de

seu mandato. Quando esteve ameaçado de perder a vaga, em seu depoimento de defesa no plenário, Izar disse ter na Casa "35 amigos na mão". Ontem, ele passou o dia tentando convencê-los de sua inocência, mas se recusou a dar entrevista.

No plenário, conversou com vários vereadores, entre eles o líder do governo na Câmara, Brasil Vita (PPB). "Não tenho o que conversar com ele", disse o pepebista, sobre o assédio de Izar. "Mas também não acho que possamos ter CPI para qualquer coisa; estou fazendo minhas próprias investigações sobre esse caso e, se meu nome tiver sido citado, vou tomar providências drásticas."

Perueiros – O vereador Carlos Néder (PT) recusou-se ontem a revelar o nome dos vereadores envolvidos em denúncia apresentada por ele, anteontem, ao Ministério Público. Néder entregou nove fitas que comprovariam a existência de vários esque-

APROVAÇÃO
DEPENDE
DE
28 VOTOS

mas de fraude na concessão de licença para o funcionamento dos lotações. Ele recebeu pedido formal da presidência da Câmara para apresentar os colegas citados, mas anunciou que não faria nenhuma revelação. "Não cabe a mim divulgar nada, mas ao Ministério Público", disse. "A procuradoria, porém, pediu sigilo e eu nem guardei cópias das fitas, assim como, na representação apresentada ao Ministério Público, não cito ninguém, nem entrei em detalhes para não prejudicar a investigação."

Néder estuda a hipótese de solicitar a abertura de CPI sobre o caso, mas quer aguardar os primeiros resultados da apuração da procuradoria.

Publicação: AGORA SÃO PAULOData: 24 / 11 / 99Pág.: 46

EDITORIAL

Passes para a corrupção

Reportagem do Agora mostrou nova suspeita de um esquema de corrupção envolvendo uma instituição municipal paulistana. Trata-se da SPTrans, que regula o transporte público da cidade. De acordo com a denúncia, a falcatura ocorreria quando perueiros trocam passes de ônibus por dinheiro, operação feita no órgão municipal. Funcionários cobrariam propina para trocar uma quantidade maior que a permitida. Também grave na denúncia é que grande parte dos passes trocados nem pertenceria a

perueiros legalizados. Teriam sido recebidos por postos de combustível, o que é ilegal. Toda a operação de troca irregular seria tocada pelo sindicato dos perueiros, que, por sua vez, também cobraria um extra dos donos de postos. Se for verdadeira, trata-se de uma verdadeira circulação de propina, de mais irregularidade na prefeitura. Mas apenas mais uma entre diversas denúncias graves envolvendo a atual administração da cidade. As suspeitas não têm fim, mas o mandato, sim.



PERUEIROS

Veja como é o esquema de troca de passes

NATHALIA MOLINA

A reportagem teve acesso a parte da documentação investigada pelo Ministério Público sobre denúncias envolvendo o sindicato dos perueiros e funcionários da SPTrans.

Os documentos e nove fitas foram entregues pelo vereador Carlos Neder (PT) ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público, na segunda-feira.

A reportagem recebeu parte desses papéis de um perueiro. Os documentos mostram como funcionaria o esquema de troca de passes de postos de gasolina. Essa é uma das irregularidades denunciadas (veja ao lado).

O Sindlotação (sindicato dos perueiros) trocaria por dinheiro na SPTrans passes recebidos por cerca de 30 postos de gasolina como pagamento de combustível. Oficialmente, os clientes não podem pagar com passes.

O sindicato usaria os perueiros credenciados na SPTrans para fazer a troca, incluindo mais passes que o permitido — 900 passes por semana para cada perueiro.

Segundo a denúncia, o perueiro não saberia que seu nome seria usado para troca de passes dos postos. Para preservar a identidade do perueiro, a reportagem omitiu o nome que consta nos dois recibos ao lado.

Numa suposta planilha do "caixa dois" do sindicato a que a reportagem teve acesso, estão 16 nomes de postos de gasolina. Nessa planilha, o sindicato listaria quem realmente receberia o dinheiro dos passes trocados.

A quantidade de cada tipo de passe — comum, vale-transporte, trabalhador e escolar — é a mesma nessa planilha do sindicato e no comprovante de pagamento da SPTrans, ambos do dia 8 de outubro do ano passado.

Com esse esquema, a Secretaria Municipal de Transportes teria pagado R\$ 10.769.787 a mais em trocas irregulares. De janeiro de 1998 a fevereiro de 1999, o sindicato dos perueiros deveria ter recebido R\$ 7,65 milhões, de acordo com a denúncia. Mas teria obtido R\$ 18,42 milhões.

Segundo as fitas — gravadas pelo perueiro Francisco Franco Sampaio —, funcionários da SPTrans receberiam R\$ 5.000 todo mês para permitir a troca irregular. Sampaio era diretor do sindicato, licenciado desde julho de 96.

"Vamos abrir um inquérito para investigar o caso. As denúncias mais consistentes são a da troca de passes e a da venda de alvarás", afirmou o promotor do Gaeco Gilberto Lemer Garcia.

Nas fitas, além de funcionários da Secretaria Municipal de Transportes e da SPTrans, pelo menos seis vereadores são citados.

RESPOSTA

Sindicalista nega envolvimento

Segundo o presidente do sindicato dos perueiros, José Célio dos Santos, o dinheiro dos passes é pago aos postos por causa de dívidas de perueiros. Ele diz que, às vezes, alguns perueiros credenciados para a troca de passes na SPTrans abasteceriam o carro e pagariam o combustível com passes.

Por isso, o sindicato teria de pagar aos postos o di-

nhheiro dos passes trocados. Isso explicaria a existência dos 16 postos na planilha de contabilidade.

"Não é dinheiro dos postos. É dos perueiros. Alguns abastecem nesses postos e pagam com passes", disse o sindicalista.

O presidente do sindicato dos perueiros afirmou que desconhece a existência de recibos sem os números oficiais e que a falsifi-

cação poderia ter sido feita por qualquer pessoa.

As assessorias de imprensa da Secretaria Municipal de Transporte e da SPTrans disseram que os órgãos só vão se pronunciar sobre o assunto depois de ver os documentos da denúncia.

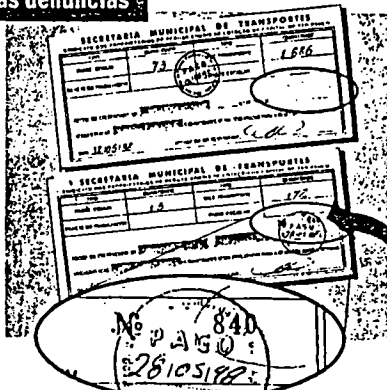
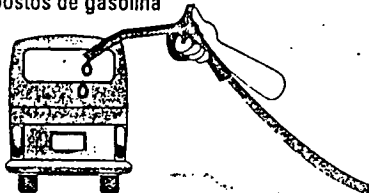
A SPTrans apenas informou que é cobrada uma taxa de 2% em cima do total de passes trocado. (NM)



TROCA DE PASSES

Entenda como funcionaria o esquema segundo as denúncias

- Cerca de 30 postos de gasolina aceitariam passes como forma de pagamento para o combustível vendido e usariam o sindicato dos perueiros para trocar esses passes por dinheiro.
- Postos de gasolina não podem trocar passes na SPTrans porque oficialmente o passe é para ser usado no transporte e não deve servir como moeda no pagamento de combustível.
- Como o sindicato dos perueiros é cadastrado na SPTrans para fazer a troca de passes, os postos usariam os perueiros legalizados para receber o dinheiro.
- Cada perueiro pode trocar até 900 passes uma vez por semana. Na semana em que algum perueiro não vai ao sindicato para trocar passes, sindicalistas usariam o nome desse perueiro para trocar os passes dos postos de gasolina.



- O sindicato falsificaria recibos iguais aos da Secretaria Municipal de Transportes, mas sem o número oficial, para fazer a contabilidade.
- Para intermediar a troca, o sindicato cobraria uma propina para os postos.
- Com isso, a quantidade de passes trocado por cada perueiro acabaria sendo maior que os 900 por semana. Para continuar o esquema, o sindicato pagaria R\$ 5.000 por mês para os funcionários municipais.

Veja os documentos

Pela denúncia, o sindicato faria uma contabilidade do "caixa dois", com os nomes de quem realmente receberia o dinheiro pelos passes trocados. Na planilha a que a reportagem teve acesso, constam 16 postos de gasolina.

Cópia da planilha

POSTO	QUANTIDADE	VALOR
1	1000	1000,00
2	1000	1000,00
3	1000	1000,00
4	1000	1000,00
5	1000	1000,00
6	1000	1000,00
7	1000	1000,00
8	1000	1000,00
9	1000	1000,00
10	1000	1000,00
11	1000	1000,00
12	1000	1000,00
13	1000	1000,00
14	1000	1000,00
15	1000	1000,00
16	1000	1000,00
TOTAL	16000	16000,00

Comprovante da SPTrans

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
08/10/98	08/10/98	1000,00
09/10/98	09/10/98	1000,00
10/10/98	10/10/98	1000,00
11/10/98	11/10/98	1000,00
12/10/98	12/10/98	1000,00
13/10/98	13/10/98	1000,00
14/10/98	14/10/98	1000,00
15/10/98	15/10/98	1000,00
16/10/98	16/10/98	1000,00
17/10/98	17/10/98	1000,00
18/10/98	18/10/98	1000,00
19/10/98	19/10/98	1000,00
20/10/98	20/10/98	1000,00
21/10/98	21/10/98	1000,00
22/10/98	22/10/98	1000,00
23/10/98	23/10/98	1000,00
24/10/98	24/10/98	1000,00
25/10/98	25/10/98	1000,00
26/10/98	26/10/98	1000,00
27/10/98	27/10/98	1000,00
28/10/98	28/10/98	1000,00
29/10/98	29/10/98	1000,00
30/10/98	30/10/98	1000,00
TOTAL	30	30000,00

Dia 08/10/98

Quantidade de passes entregue na SPTrans

Comum	2.000
Vale transporte	205.971
Trabalhador	500
Escolar	500

Quem ganha

- Dirigentes do sindicato
- Funcionários públicos envolvidos
- Donos de postos de gasolina
- Políticos

Quem perde

- Perueiro credenciado que tem o nome usado no esquema
- Caixa da Secretaria Municipal de Transportes
- Paulistas porque diminui o dinheiro que poderia ser investido em transportes



Perueiros atacam fiscais a pedradas na Paulista

LARISSA SQUEFF

Cinquenta perueiros e 20 fiscais da SPTrans se enfrentaram ontem com paus e pedras na esquina da avenida Paulista e alameda Casa Branca, na região central. O office-boy Antônio Marcos da Silva, de 19 anos, que estava a caminho do trabalho, foi atingido por uma pedrada e sofreu traumatismo craniano.

A guerra começou às 11h30, quando os fiscais, que faziam uma blitz contra lotações clandestinas, pararam uma Topic azul para averiguação. O motorista, que não foi identificado e fugiu depois da confusão armada, chamou os colegas pelo rádio e, em menos de cinco minutos, dezenas de perueiros cercaram o lugar. Começou uma briga generalizada envolvendo todas as pessoas dos dois lados.

Dez minutos depois de muita paulada e pedrada, a Polícia chegou e o tumulto acabou. Foram detidos quatro donos de lotação, levados ao 78º DP (Jardins) e apreendida a Topic branca placas CBR 8298, de São Paulo, no pátio da SPTrans. Duas viaturas e um guincho da empresa foram depredados.

Dois participantes da depredação Robson José da Silva, de 21 anos, e Itamar Alves Rocha, de 22, foram autuados em flagrante por dano qualificado e libertados mediante pagamento de R\$ 300 de fiança. O menor L.P., de 16 anos, que também participou da briga,

voltou para casa sem punição.

O perueiro José Marcondes Gomes Tavares, de 29 anos, que acertou a cabeça de Antônio Marcos, foi autuado em

flagrante por lesão corporal dolosa (com intenção) e ficou preso na delegacia. O office-boy precisou ser operado no Hospital das Clínicas.

Motoristas fazem cerco

Mais de 40 perueiros foram para a frente do 78º DP (Jardins) para tentar intimidar a ação da Polícia Civil. Alguns deles começaram a gritar e ameaçaram invadir a delegacia. Aproximadamente 20 homens do Grupo de Operações Especiais (GOE) e alguns policiais militares tiveram de ser chamados para conter os ânimos dos manifestantes.

O motorista Regis de Azevedo, de 33 anos, chegou a entrar na delegacia para incitar os quatro detidos e foi posto para fora pelo delegado de plantão Nelson Rosa.

Alguns fiscais da SPTrans disseram que as condições de trabalho estão se tornando cada vez mais difíceis por causa da falta de policiais durante as blitzes. "Somos ameaçados de morte, tenho medo até de falar", afirmou um deles, que preferiu não se identificar. O Departamento Jurídico da empresa informou que somente neste ano foram registrados mais de 300 boletins de ocorrência de agressões sofridas pelos fiscais.

Para a delegada titular, Nair Silva de Castro Andrade, a atitude dos perueiros demonstra que a categoria está desafiando até a Polícia. "Eles acham que vão entrar aqui e sair apenas com um Boletim de Ocorrência registrado, mas quem não é legalizado precisa saber que não está de acordo com a lei e não vai sair impune", garantiu.

Estelionatária cobrava para legalizar lotações

Maria Salete Rodrigues de Oliveira, de 56 anos, que se diz bacharel em Direito, foi presa ontem no 57º DP (Parque da Mooca). Ela vinha cobrando até R\$ 5 mil de perueiros clandestinos prometendo legalizá-los. Ela era procurada pela Polícia e tinha mandado de prisão decretado pelos crimes de estelionato e apropriação indébita. A prisão só aconteceu, no entanto, porque os perueiros fizeram denúncias contra a atividade de Maria Salete.

Os investigadores Clayton Santos, Felício Menes e Ricardo Conde, que prenderam Maria Salete em casa, no Cambuci, região central, disseram que não imaginavam que ela fosse procurada pela Polícia. "Quando ela chegou à delegacia e levantamos sua ficha, vimos que ela já aplicava golpes havia muito tempo", contou Clayton.

De acordo com Clayton, Maria Salete afirma ter perdido a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), documento que regulamenta a atividade dos advogados, há cinco anos. "Ela disse que foi roubada",



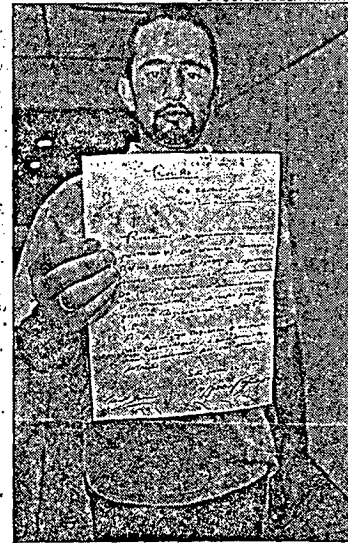
MARIA SALETE cobrava até R\$ 5 mil de cada perueiro clandestino

contou o investigador.

Maria Salete promovia reuniões com os donos de lotações e dizia que tinha contatos na Secretaria Municipal de Transportes, o que garantiria que os perueiros iriam ser selecionados no processo de licitação. A ex-advogada atendia em um escritório na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 54, na região central. Ela emitia até recibos

pelos pagamentos que recebia.

Os perueiros Cláudio Henrique de Assis Lopes e Kléber Alencar foram duas das dezenas de vítimas do golpe de Maria Salete. "Paguei R\$ 3 mil e tive de pedir esse dinheiro emprestado", contou Kléber, que trabalha na linha Parque Novo Mundo-Santana e afirmou que pelo menos 18 dos 25 perueiros da linha pagaram



CLÁUDIO fez pagamento

quantias semelhantes para a falsa advogada. "Ela estava agindo na região havia mais de quatro meses, acho que mais de 100 pessoas foram enganadas", disse Kleber. Cláudio Henrique exibiu o recibo assinado por Maria Salete, provando que ele pagou para ter sua situação regularizada. Ela deve ser transferida para o 89º DP (Portal do Morumbi).

Publicação: II
Data: 23 / 10 / 2000
Pág: 14 A

Folha nº 26 do proc.
Nº 72 de 02
Adeina C. C. - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Perueiro sofre ameaça após manifestação

O perueiro clandestino Mauro Nogueira, de 45 anos, garante ter sido ameaçado de morte ontem pela manhã, um dia após ter sido um dos líderes da manifestação que exigiu o impeachment de Celso Pitta. Na terça-feira, 800 perueiros foram à Câmara pedir o afastamento do prefeito. "Não queremos mais o Pitta na Prefeitura", afirma.

Um dos fundadores do movimento SOS Lotação, na Zona Norte, Nogueira diz ter recebido dois telefonemas em

sua residência. "No primeiro, o rapaz me disse: 'Você estragou o esquema do homem. Agora, você vai subir'", contou. Às 13h, uma nova ligação provocou uma discussão. "Batemos boca, mas não sei quem é ele."

No mesmo horário, a perueira Teresa de Jesus Cortinas Vasques, 38, amiga de Nogueira, diz ter sido perseguida e abordada por três rapazes na Rua Joaquim Carlos, no Pari. Segundo ela, eles chegaram em um Gol verde, armados, e fazendo ameaças. "O Mauro já subiu. Agora é a sua vez", disseram. Teresa contou ter abaixado a cabeça no volante e só levantou quando percebeu que o carro havia partido em alta velocidade. Os dois perueiros disseram que vão dar queixa das ameaças à polícia.

Prefeito transforma palácio em palco

No seu retorno, Pitta foi carregado nos braços com direito a fogos e bateria de escola de samba. À tarde, houve reunião de secretários

No Dia do Teatro, Celso Pitta (PTN) transformou em palco o Palácio das Indústrias, para marcar seu retorno ao cargo, após derrubar anteontem liminar que o afastava por suspeita de irregularidades. Sua "claque", composta por membros de escolas de samba, conselhos de negros e perueiros, conseguiu juntar cerca de 400 pessoas na Prefeitura, contando com funcionários do local.

Pitta chegou minutos depois das 10h, mas não entrou com o carro oficial: preferiu uma entrada "populista", carregado nos braços de perueiros favoráveis a ele. A recepção teve direito a rajada de fogos e bateria de escola de samba. Instantes depois, nova "paródia", desta vez de Evita Perón, primeira-dama argentina: Pitta sobe à sacada do Palácio das Indústrias, acena e abraça o corpo como se quisesse abraçar os correligionários.

Entre os que foram prestar "solidariedade" a Pitta, sobram críticas ao Ministério Público e à Justiça. As acusações chegavam a usar o racismo para explicar a perseguição. "Nunca vi um prefeito tão perseguido", disse Leandro Martins, diretor da escola de samba Leandro de Itaquera. "Os promotores o acusam como membros da Ku Klux Kan", emendou um dos assessores. As entidades ligadas aos negros também tiveram participação na campanha de Pitta e possuem cargos no governo: "Sou um dos cabos eleitorais dele, não vamos deixá-lo cair", disse Dick Santos, da Associação Brasileira dos Negros Progressistas.

As escolas de samba têm íntima ligação com o prefeito. Em 2000, a verba de Carnaval para as agremiações foi de R\$ 9 milhões. Há ainda suspeita de outros benefícios sendo investigada pelo Ministério Público: uma

lista entregue pelo vereador Carlos Nêder (PT) dá conta que a empresa Anhembi Turismo emprega membros das escolas.

O perueiro Haroldo Mariano, líder do grupo que apóia o prefeito, disse que há pressões sobre Pitta. Próximo ao secretário de Governo Carlos Augusto Meinberg, o grupo tem apoiado Pitta em diversos eventos da cidade e sessões da Câmara.

Reunião

Por volta das 15h30, Meinberg reuniu-se com os demais secretários no Palácio das Indústrias. Em pauta, a avaliação do trabalho realizado nas pastas e o embate jurídico em que o prefeito está envolto. Ao final do encontro, às 17h30, o prefeito deu irrestrito apoio aos secretários, combatendo as declarações do vice, Régis de Oliveira, no sábado.

Enquanto ocorria a reunião, uma figura ilustre apareceu na sede do governo municipal: a vereadora Maria Helena (PL). "Vim pedir uma audiência do prefeito com líderes da minha comunidade", explicou. Horas mais tarde, saiu sem resposta. Diferentemente da vereadora, o oficial de Justiça Daniel Antunes alcançou seu objetivo: a assinatura do prefeito no mandado de citação expedido sexta-feira. "Cumpri o meu dever."

Roberto Fonseca e
Leandro Cipoloni



Pitta volta à Prefeitura carregado nos ombros, com direito a claque e bateria de escola de samba



Folha nº 28 do proc.

Nº 22 de 01

Adm. Diário Popular-página 1
RF. 100.406Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Repórter da Globo é hostilizado

O repórter Brito Júnior, da TV Globo, foi carregado e teve as anotações rasgadas por perueiros na manhã de ontem, em frente à entrada principal do Palácio das Indústrias. A confusão começou quando Francisco de Moura Neto, o China, líder de um grupo que desde a semana passada manifesta-se a favor da permanência de Celso Pitta no cargo, sentiu-se ofendido quando questionado se fazia parte do quadro de funcionários da Prefeitura. Durante toda a confusão, nenhum Guarda Civil Metropolitano (GCM) interveio, comportamento justificado pelo major Altino José Fernandes, responsável pela segurança. "Não vi o que aconteceu, mas posso garantir que os homens interferirão quando julgarem necessário", garantiu.

Quando os ânimos pare-

ciam acalmados, uma nova discussão teve início, envolvendo o cinegrafista Valdir Ferreira, também da TV Globo, e os chefes da assessoria de imprensa, os jornalistas Marcelo Fagá e André Salles. A origem do bate-boca foi um antigo episódio,

em que os assessores teriam aplaudido uma manifestação de perueiros contra a TV Globo, na semana retrasada. Marcelo e André negaram qualquer incentivo ou participação no protesto e mostraram-se ofendidos com as acusações.

DIÁRIO DO SERVIDOR

ALICE CASTANHEIRA (INTERINA)

Professores municipais fazem greve de 24 horas

Os professores da rede municipal de ensino realizam hoje greve de 24 horas para exigir reajuste salarial. A categoria promete paralisar as atividades nas 837 escolas da rede para cobrar a implantação de política salarial específica para o quadro da Educação. Às 14h, os professores fazem manifestação em frente ao prédio do Palácio das Indústrias e esperam reunir 2.500 pessoas.

Da pauta de reivindicações constam aumento salarial de 25,32%, alteração da lei que fixa os gastos com a folha de pagamento em 40% da receita e reajuste mensal nunca inferior à inflação. A categoria vai brigar também pela exigência da aplicação das verbas da

Educação, que há sete anos não vem sendo cumprida pela prefeitura. De acordo com a Lei Orgânica do Município, a prefeitura tem de aplicar no mínimo 30% da receita na Educação.

Segundo Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), a dívida acumulada com a Educação nas administrações de Paulo Maluf e Celso Pitta ultrapassa R\$ 1,3 bilhão, o que seria suficiente para construir 1,3 mil escolas de ensino fundamental. O Sinpeem representa 47 mil profissionais da Educação, dos quais 36.800 professores. A rede municipal de ensino tem 950 mil alunos.

São Paulo, 28 de Março de 2000

61



Folha nº 29 do proc.
Nº 22 de 01

Ademir Cícero - Adv. Parlamentar
Diário Popular pág. 5

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Denúncias são ligadas a racismo

Os três sambistas que participaram ontem da festa de apoio ao prefeito Celso Pitta foram unânimes em afirmar: foram lá em solidariedade ao prefeito que, segundo eles, está sendo injustamente perseguido por ser negro. Os três negam que sua presença tenha relação com a sua situação de funcionários e pai de uma funcionária da Prefeitura lotados na Cohab e na Anhembi. As duas são empresas de economia mista, cujo principal acionista é a Prefeitura.

Betinho disse que defende Pitta como um cidadão. "Ele (prefeito) tem direito de se defender. Poderia ser do PT que nós daríamos nosso apoio a ele", afirmou. Ele disse que está sendo mal interpretado pela imprensa. "Sou um profissional, um advogado, técnico e não exerço cargo político. Entre às 8h e estou na empresa até agora (19h30)", disse, sem lembrar por quem foi indicado para o cargo de diretor da Cohab. Ele disse que defende Pitta por uma questão de etnia, mas afirmou que tal denúncia não pega no Brasil, por causa do preconceito. "Quem sabe a ONU pode nos ouvir", disse.

Thobias afirmou que foi indicado há 10 meses para o cargo na Cohab pelo tesoureiro da campanha de Paulo Maluf, Calim Eid, falecido no ano passado. "Considero injusto o que estão fazendo com ele, do ponto de vista humano e étnico. É preconceito. Mas não estou defendendo a ilegalidade", afirmou. Segundo Thobias, ele foi à festa como sambista. Na Cohab, Thobias afirmou que faz um trabalho social junto a mutuários inadimplentes. "Como sou uma figura popular, tenho mais fa-

cilidade para me aproximar deles", disse.

O presidente da Leandro de Itaquera também afastou qualquer relação da sua participação na festa com o fato de sua filha ser contratada pela Anhembi. "É uma coisa de pele. O prefeito é negro e por isso está sendo crucificado", disse. Para ele, fica claro que o prefeito está sendo perseguido porque antes mesmo de sua posse ele já estava sendo acusado, no caso dos precatórios. "Não deixam ele trabalhar", afirmou.

Camunha processa Nicéa

O secretário municipal de Esportes, Fausto Camunha, disse ontem que pretende processar a ex-primeira-dama Nicéa Camargo por calúnia. O motivo seriam as insinuações de que irregularidades estariam presentes também na pasta comandada por ele. "Ela não chegou a citar o meu nome, mas deixou no ar", justificou.

Camunha lembrou que há mais de um ano não conversa com a ex-primeira-dama, mas já enfrentou interferências de Nicéa em sua secretaria. "Há um ano, emprestei o estádio do Pacaembu para um jogo beneficente promovido

pela Associação dos Delegados de Polícia Federal. Quando soube, ela me ligou proibindo a realização do evento, sob a justificativa de que os delegados perseguiam o seu marido. Na hora liguei para o prefeito, que pediu que eu desconsiderasse", lembrou.

Ofendido, ele disse que não vai permitir que esse tipo de acusação volte a acontecer. "Também sou jornalista, tenho uma vida limpíssima e não quero ver o meu nome jogado dessa maneira", finalizou, acrescentando que, entre os secretariados, a ex-esposa de Pitta sempre teve fama de mandona.



MPE apura denúncia sobre setor de transporte

Suposto empresário disse na TV ter pago R\$ 2 milhões em propinas

A Promotoria da Justiça e Cidadania do Ministério Público Estadual vai investigar as denúncias de corrupção no setor de transporte coletivo urbano em São Paulo a partir de um suposto empresário do setor que não se quis identificar.

A história foi divulgada ontem à noite pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Com voz e imagem distorcidas, o empresário afirmou que já gastou R\$ 2 milhões no pagamento de propinas, que as empresas de ônibus da cidade não têm como sobreviver sem colaborar com o esquema de corrupção e R\$ 6 milhões teriam passado recentemente pela Câmara Municipal de São Paulo de forma ilegal.

O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, o presidente da Câmara, Armando Mellão (PMDB), e o pianista João Carlos Martins, incluído em outras acusações de corrupção, foram citados. O suposto empresário também fez referência a uma fazenda no interior de São Paulo, local onde teriam ocorrido reuniões entre as pessoas citadas e a distribuição ilegal de dinheiro.

O Transurb, sindicato das empresas de ônibus de São Paulo, negou todas as acusações. O

diretor jurídico da entidade, Antônio Sampaio, disse desconhecer qualquer tipo de reunião em fazendas do interior.

Hanashiro também negou e disse que a Prefeitura sempre foi uma mal pagadora para as empresas de ônibus. "Isso é uma maneira que encontraram de aproveitar essa onda de denunciismo."

O assessor de Imprensa de Mellão, Fernando Lancha, disse que a reportagem da Globo trazia informações erradas. Segundo ele, a fazenda da família do vereador fica em São Manoel, interior de São Paulo, e não em Avaré, como foi divulgado.

ACUSAÇÃO ATINGE MELLÃO E HANASHIRO

Ele disse que nos últimos meses apenas um projeto ligado à área de transporte passou pela Casa e essa lei, a dos perueiros, é prejudicial aos empresários. "Eles (os empre-

sários) iriam pagar para serem prejudicados?"

Representação - Hanashiro disse ontem que pretende entrar com algum tipo de representação jurídica contra a Rede Globo. Segundo ele, a reportagem não apresentou provas.

Ele disse que é impossível antecipar dinheiro da São Paulo Transporte para as empresas porque os recursos municipais são distribuídos pelo princípio da isonomia. "Se tiver R\$ 1,00 para distribuir, vou ter de fazer um pagamento proporcional desse R\$1,00 para cada empresa." (Ricardo Mendonça)

Ex-assessor de Faria Lima nega acusação de distribuição de propina

Atualmente ele tem cargo de confiança na Cohab e recebe salário de R\$ 7.100,00

O ex-chefe de gabinete do vereador Faria Lima, Rivaldo Santana, conhecido como Rico, negou ontem a participação em esquemas de distribuição de propinas na Câmara de São Paulo. Antontem, ele foi acusado, por um denunciante anônimo, de intermediar negociações e distribuir dinheiro para parlamentares da situação. "É tudo piada, é folclore", disse. "Dou graças a Deus que o Ministério Público faça as apurações."

Ele trabalhou cerca de cinco meses no gabinete do vereador Salim Curiati Junior (PPB) e dois anos e três meses no de Faria Lima (PMDB). "Depois to-

mei outro rumo", disse ao ser questionado sobre os motivos da saída. Mesmo sem curso universitário ou formação específica, ele deixou a Câmara em dezembro para trabalhar como assessor do presidente da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), Paulo César Tagliavini, com salário de R\$ 7.120,00. Apesar de tratar-se de um cargo de confiança, Santana afirma não ter recebido indicação. "Mandei meu currículo e fui chamado."

Ele diz ter sido surpreendido pelas acusações. "Pedi afastamento da Cohab por dez dias, sem vencimentos, durante a apuração dos fatos." Na ficha policial de Santana constam dois processos por agressão. No primeiro, de 1993, foi condenado. O outro processo, de 1996, foi extinto, segundo Santana. (Gláucia Leal)



Pinotti fará dívida para pagar Yunes

O ex-secretário estadual da Saúde e professor-titular de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) José Aristodemo Pinotti divulgou ontem nota sobre o empréstimo que fez com o empresário Jorge Yunes. A notícia sobre a transação financeira foi divulgada quando a imprensa descobriu que Pinotti é primo do desembargador Hermes Pinotti, 4.º vice-presidente do Tribunal de Justiça, que suspendeu a liminar que afastava Celso Pitta da Prefeitura de São Paulo. Veja a íntegra da nota:

"Em relação às diferentes notícias publicadas nos últimos dias sobre empréstimo do advogado Jorge Yunes à minha pessoa, quero esclarecer:

1- O empréstimo é real e não vejo qualquer problema ético, jurídico ou fiscal em o contraído, até porque tenho bens que respondem a ele;

2- Meu prezado amigo, empresário Jorge Yunes,

jamais me solicitou qualquer favor político ou de qualquer outra ordem, tampouco aqueles banais que recebemos diariamente;

3- O desembargador Hermes Pinotti - que além de meu parente distante é um amigo próximo que respeito e admiro pela sua carreira brilhante e ímpolita no Judiciário Paulista - não tinha qualquer informação sobre esse empréstimo, a respeito do que jamais falamos;

4- Para poupar mais aborrecimentos à minha família, estou providenciando um empréstimo bancário para saldá-lo rapidamente."

MP vai investigar transporte na Capital

Novas acusações foram feitas ontem pela Rede Globo. Denunciante diz que empresas de ônibus não sobrevivem sem pagar propina

A Promotoria da Justiça e Cidadania do Ministério Público Estadual (MPE) vai investigar as denúncias de corrupção no setor de transporte coletivo urbano em São Paulo feitas por um suposto empresário do setor, que não quis se identificar, ontem à noite, no *Jornal Nacional*, da Rede Globo. O suposto empresário afirmou que já gastou R\$ 2 milhões com propinas, que as empresas de ônibus da Cidade não sobrevivem se não colaborarem com o esquema de corrupção e que R\$ 6 milhões teriam passado recentemente pela Câmara de forma ilegal.

O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, o presidente da Câmara, Armando Mellão (PMDB), e o pianista João Carlos Martins, envolvido em

outras acusações, foram citados. A distribuição ilegal de dinheiro seria feita em uma fazenda, no Interior de São Paulo, segundo o empresário.

O Transurb, sindicato das empresas de ônibus de São Paulo, negou todas as acusações. O diretor jurídico da entidade, Antônio Sampaio Amaral Filho, disse desconhecer qualquer tipo de reunião. Hanashiro também negou e disse que a Prefeitura sempre foi uma mal pagadora para as empresas de ônibus. "Isso é uma maneira que encontraram de aproveitar essa onda de denunciismo".

O assessor de imprensa de Mellão, Fernando Lancha, disse que, nos últimos meses, apenas um projeto ligado à área de transporte passou pela Casa e que essa lei, a dos peruciros, é prejudicial aos empresários. "Eles pagariam para serem prejudicados?"

Hanashiro disse ontem que pretende entrar com algum tipo de representação jurídica contra a TV Globo. "Se a pessoa não quer se identificar, faz uma série de acusações, mas não prova nada, por que está falando?"



Hanashiro quer processar empresário

O secretário Municipal da Transportes, Getúlio Hanashiro, já identificou o empresário que o acusou, juntamente com o prefeito Celso Pitta, de cobrar propina para agilizar o pagamento às empresas de ônibus da Capital, em entrevista à Rede Globo. Segundo Hanashiro, apesar da imagem e voz distorcidas, não foi difícil chegar à pessoa. "Prefiro não revelar o nome, mas posso dizer que sua empresa atendia a Zona Leste e teve o contrato com a Prefeitura rescindido no início do ano", afirmou.

O secretário disse ainda que pretende pedir na Justiça a identificação do denunciante, para saber se a suspeita se confirma ou não. O segundo passo, seria processar o jornalista Roberto Cabrini, que assina a matéria transmitida no Jornal Nacional de terça-feira,



SECRETÁRIO negou acusações

ra. "Se ele concordou em resguardar a fonte, terá agora que arcar com as consequências", justificou.

Hanashiro voltou a afirmar que as denúncias não têm nenhum fundamento. Segundo

ele, qualquer pessoa que conhece o sistema de pagamento das empresas saberia que tudo é feito pela São Paulo Transporte (SPTTrans), sem qualquer interferência da secretaria ou da Prefeitura.

Segundo o secretário, os acertos entre a SPTTrans e as empresas são feitos diariamente. Todo o dinheiro ou passes recolhidos pelos ônibus em um dia de circulação são pagos às empresas de acordo com a sua participação na frota total do município. Os pagamentos são feitos nove dias depois, de acordo com a legislação estabelecida em 1992. Por exemplo: a quantia referente ao dia 1º do mês, é acertada no dia 9, a referente ao dia 2, no dia 10, e assim sucessivamente.

"Se hoje uma garagem faturou R\$ 100 mil, sendo R\$ 50 mil em dinheiro e o restan-

te em passe, ela deposita o valor na nossa conta. Porém, hoje, eu tenho de pagar o referente a nove dias. Então o que acaba acontecendo: se ela tem de receber R\$ 90 mil pelos nono dia anterior, ela fica com os R\$ 50 mil de hoje e eu repasso os R\$ 40 mil restantes", explicou Antônio Emiliano Leal da Cunha, diretor financeiro da SPTTrans.

Todo o processo, segundo Cunha, é controlado por um sofisticado sistema de computador, cujo acesso é limitado por uma senha secreta, conhecida apenas por ele e pelo presidente da estatal, Pedro Luiz de Brito Machado.

"Se estivéssemos sendo beneficiados de qualquer maneira, não estaríamos iniciando um novo processo de licitação no transporte coletivo, alterando o sistema de subsidiado para o tarifa", finalizou Hanashiro.

Sindicalista reconhece o denunciante

O empresário que fez denúncias na terça-feira sobre um esquema de cobrança de propina na Secretaria de Transportes foi reconhecido por diretores do Sindicato dos Condutores de São Paulo. O presidente do Sindicato, Gregório Poço, apontou José Idineis Demico, ex-dono da Masterbus e ligado atualmente à diretoria da viação Georgia, como sendo o responsável pelas denúncias.

"Ele é bem gordo, forte, não tem como confundir. Até a camisa que ele estava usando é conhecida", disse. Embora não conheça pessoalmente o empresário, Gregório Poço afirmou ontem que os sindicalistas reconheceram Demico logo que suas imagens foram transmitidas pela TV Globo.



Pitta visita obra e fica longe do povo



O prefeito Celso Pitta deixou o gabinete e compareceu ontem ao seu primeiro compromisso externo desde que a ex-primeira-dama Nicéa Camargo denunciou esquema de corrupção envolvendo sua administração. Pitta deixou o gabinete mas evitou entrar em contato direto com a população. Ele visitou o canteiro de obras do Fura Fila, no Parque D. Pedro, mas ficou em segurança, restrito à área da obra e junto com assessores. Hoje, o prefeito vistoria as obras do Cebolinha, na região do Ibirapuera.

Pitta disse não ter lido a denúncia entregue pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao presidente da Câmara Municipal, Armando Melão (PMDB), e minimizou o fa-

to de 15 vereadores já terem anunciado voto a favor do pedido de cassação.

"Isso é reflexo de uma situação de momento e da ausência da análise do documento da OAB. A partir da leitura, que com toda a certeza mostrará não haver nenhum fundamento para o pedido de impeachment, os números de hoje serão alterados", acredita Pitta, confiante na retomada do apoio do PMDB, PL e PTB.

Sobre a afirmação de que manteria contas bancárias no Exterior, feitas por Nicéa Camargo em depoimento na CPI dos Medicamento, em Brasília, o prefeito disse que tudo não passa de mais um delírio. "A sede de vingança de dona Nicéa está se espalhando cada vez mais. Novamente, ela não apresentou provas, porque elas não existem", contra-atacou.

Ainda insistindo que todas as denúncias feitas por sua ex-esposa são sem qualquer fundamento, Pitta voltou a afirmar que seus advogados ainda não decidiram se processarão ou não Nicéa. "Ainda a considero por ser mãe dos meus filhos, apesar dela ter se esquecido que sou pai dos seus filhos", filosofou, lembrando que seu casamento durou 28 anos.

Sobre as questões de ordem pessoal, como o empréstimo do empresário Jorge Yunes e o aluguel do flat em Moema, o prefeito disse que pretende fazer todos os esclarecimentos diretamente do Ministério Público. "Há duas semanas coloquei-me à inteira disposição, mas estranhei não ter sido convocado até agora", finalizou, revelando também possuir documentos que comprovam a sua versão.

MP ouve hoje secretário dos Transportes

O secretário municipal de transportes, Getúlio Hanashiro, irá prestar depoimento hoje no Ministério Público. Ele foi acusado por um empresário do setor de ônibus de receber dinheiro das empresas de transporte para que elas pudessem prestar serviço à Prefeitura.

O empresário, cujo nome está sendo mantido em segredo, prestou depoimento ontem ao promotor Fernando Capez. Ele afirmou que a Secretaria Municipal de Transportes recebia, como propina, em média 5% do faturamento das empresas.

O empresário contou ainda que as empresas de ônibus pagam à Transurb e Secretaria de Transportes para permanecer prestando serviço para o muni-

cípio. Segundo ele, quem se negasse a pagar, teria o contrato rescindido. Ele disse já ter pago R\$ 2 milhões em um só mês para o esquema.

Capez disse que não pode divulgar o nome do empresário porque não tem certeza se a identidade dele será revelada ao secretário Hanashiro.

A TV Globo mostrou ontem uma fita com imagens do presidente da Transurb, Israel Waisman, onde ele admitia que Hanashiro recebia dinheiro das empresas. A redação do DIÁRIO POPULAR tentou entrar em contato com Getúlio Hanashiro e Israel Waisman, mas não teve retorno.

Nicéa

A ex-primeira-dama não prestou depoimento ontem, no 14º Distrito (Pinheiros). Nicéa é alvo de um processo por calúnia e difamação feita contra ela por Hanashiro. Ela acabou não indo ao DP porque estava depondo no Ministério Público.



Folha nº 34 do proc.
Nº 22 de 01

Ademir C. - T. Parlamentar
Jornal da Tarde - pág. 100-400

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Martins fez lobby contra legalização de perueiros, diz Nicéa

Em entrevista ao JT, primeira-dama disse que o pianista foi à sua casa oferecer dinheiro para que o prefeito vetasse o projeto. Horas depois, Nicéa reafirmou denúncia no MP

Horas antes de prestar novo depoimento no Ministério Público, ontem, Nicéa Pitta disse ao JT que o pianista João Carlos Martins esteve em sua casa, no ano passado, oferecendo dinheiro para que o Executivo desistisse de aumentar o número de perueiros legalizados na Cidade. "Ele esteve aqui com dois empresários e um funcionário da SPTrans (São Paulo Transportes)", informou Nicéa. De acordo com ela, existe sim um esquema de cobrança de propina das empresas de ônibus em São Paulo. As denúncias foram reafirmadas durante o depoimento no MP.

A visita ocorreu, segundo Nicéa, no primeiro semestre do ano passado. "Foi no finalzinho de uma tarde de domingo." A mulher do prefeito contou que Martins e seus acompanhantes propuseram a Pitta o pagamento de "um dinheiro por fora" em troca da não-aprovação do projeto que quase dobra o número de lotações regulares na Capital.

No ano passado, um projeto de lei do Executivo elevou de 2.500 para pouco mais de 4.000 o total de perueiros que poderão trabalhar na Cidade. A concorrência para escolher quem vai poder circular está em andamento. Os empresários eram contra a idéia. Para eles, os perueiros roubam passagens dos ônibus.

A mulher de Pitta não soube precisar o montante que o prefeito receberia para aten-

der aos interesses dos empresários. Ela contou que Martins ligou para Pitta, mas o prefeito disse que não queria conversar sobre o assunto. Mesmo assim, Martins foi ao apartamento do casal. "Ele (Martins) dizia que os empresários estavam pressionando muito", relatou Nicéa.

Aos berros, segundo seu próprio relato, Nicéa mandou todos embora. Ela queria que Pitta desse apoio aos perueiros, que prestam um serviço "mais personalizado".

Nicéa disse que os empresários reduziram o número de ônibus nas linhas quando Pitta assumiu, o que a deixou insatisfeita com a qualidade do serviço do transporte público. A primeira-dama queria também ônibus adaptados para portadores de deficiência física e mais carros circulando à noite.

“Martins dizia que estava pressionado. Mas meu apelo era para que o Celso (Pitta) aprovasse os perueiros.”

Nicéa Pitta

"Aqui em casa, eu tinha um problema assim", afirmou Nicéa, referindo-se a uma empregada. "Jamais a deixei perder o ônibus. Às vezes, ela tinha de ficar até mais tarde por causa dos jantares que oferecíamos, mas eu dizia: 'Vai embora, deixa que eu me viro.'"

Na visão de Nicéa, os perueiros poderiam servir como instrumento de pressão para que os empresários melhorassem a qualidade do serviço que prestam à população.

"Eles não param para os idosos, que não pagam passagem", criticou. "Meu apelo era para que o Celso aprovasse os perueiros."

A ex-mulher do prefeito não soube informar os nomes dos dois empresários e do funcionário da SPTrans, empresa que gerencia o sistema de ônibus na Capital, que estiveram em sua casa com João Carlos Martins.

Mas disse ter um cartão do funcionário guardado em "algum lugar" do apartamento: "Vou achar", garantiu. Segundo Nicéa, os porteiros do seu prédio podem testemunhar que Martins esteve em sua casa.

Procurado pelo JT, o advogado do pianista João Carlos Martins, Cid Vieira de Souza Filho, afirmou ontem que, em nenhum momento, seu cliente ofereceu dinheiro a Celso Pitta. "Isso deve ser mais um delírio de Nicéa", comentou.

São Paulo, 30 de Março de 2000

30



Nicéa depõe, entrega 8 fitas e cita denúncias que ouviu de Viscome

Depois de oito horas de depoimento, primeira-dama frustra promotores, que não devem mais chamá-la para depor. Em uma das gravações, Viscome falava de esquema de propina no Cemitério da Quarta Parada

Em seu segundo depoimento ao Ministério Público (MP) em duas semanas, que durou oito horas, a primeira-dama Nicéa Pitta fez ontem novas denúncias, mas, novamente, não apresentou nenhuma prova concreta. Levou apenas oito fitas cassetes ao promotor, que, segundo ela, continham conversas telefônicas gravadas, sem conhecimento do interlocutor. Apesar de não terem ouvido as fitas, os promotores do MP disseram que não pretendem colher novo depoimento de Nicéa. "Este depoimento não acrescentou muita coisa", disse o promotor Alberto de Andrade, do Setor de Apuração de Crimes de Prefeito do MP. Desta vez, Nicéa apontou sua metralhadora giratória para a vereadora Myrjam Athié (PMDB), para o pianista João Carlos Martins e, claro, para o prefeito Celso Pitta.

Nicéa descreveu o teor de duas fitas. Na primeira, ela afirma haver uma conversa entre ela e o ex-vereador Vicente Viscome, na qual ele revela um esquema de arrecadação de propina no Cemitério da Quarta Parada, na Zona Leste, que envolveria o vereador Toninho Paiva (PFL) e o deputado federal Gilberto Kassab (PFL-SP), secretário do Planejamento no governo Maluf.

"Viscome ligou várias vezes para a declarante e citou pagamento de propina cobrado de pessoas que iam enterrar seus mortos, pois as covas eram feitas propositalmente em tamanhos menores, para que os caixões não coubessem, sendo que, então, os funcionários cobravam dos familiares R\$300, para aumentar o tamanho da cova", disse Nicéa.

Em outra fita, Nicéa afirma ter gravado conversas entre ela e

uma funcionária municipal identificada apenas como Wally. A funcionária teria dito que, depois de ter sido empregada pela vereadora na Companhia Municipal de Habitação (Cohab), Myrjam Athié passou a exigir parcela de R\$1 mil de seu salário como propina. Wally teria pago a vereadora durante quatro meses de trabalho. Nicéa diz ainda que, na fita, Wally conta que a vereadora montou uma equipe na Cohab para extorquir os. Com o dinheiro da propina, queria montar um caixa para sua próxima campanha eleitoral.

No depoimento, Nicéa também fez denúncias graves contra o pianista João Carlos Martins.

Ela o acusou de intermediar um esquema de corrupção entre Pitta e cinco donos de empresas de ônibus (leia na página 14A).

Consultoria de arte

A primeira-dama mais uma vez confessou ter mentido em seu primeiro depoimento sobre a questão da "pagamento" de R\$150 mil que o empresário Jorge Yunes teria feito para pagar-lhe por serviços de consultoria de arte. Nicéa reafirmou que mentiu a pedido de Pitta, que teria de justificar a renda familiar.

Nicéa chegou ao MP às 11h15,

protegida por um forte esquema de segurança pessoal e policial. Na chegada, afirmou ter entregue à Polícia Federal uma fita contendo denúncias contra o secretário municipal de Saúde, Jorge Pagura, e que teria outra, em mãos, com acusações contra a secretária do Bem-Estar Social, Alda Marco Antonio. Na saída de seu depoimento, ela não deu declarações. Seus seguranças agiram com violência e agrediram repórteres e fotógrafos.

Procurados, os envolvidos nas denúncias não foram encontrados. Na casa de Reynaldo de Barros informaram que ele está viajando. Os celulares dos vereadores Toninho Paiva e Myrjam Athié estavam desligados e ninguém atendeu no telefone de Gilberto Kassab que consta na lista telefônica.

Jullana Linhares

Hanashiro vai processar empresário

Secretário municipal dos Transportes diz que vai abrir ação contra Rede Globo e empresário que acusou SPTrans de receber propinas

O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, afirmou, ontem, que vai processar o empresário não-identificado que denunciou esquemas de corrupção no setor de transporte coletivo de São Paulo e entrar com uma representação contra a Rede Globo. Hanashiro deve entregar, hoje, ao Ministério Público Estadual uma documentação comprovando a receita das 52 empresas de ônibus contratadas pela SPTrans. O empresário disse que gastou R\$2 milhões no pagamento de propinas e que a corrupção é um meio de sobrevivência para as empresas de ônibus. Hanashiro garante conhecer a identidade do denunciante (que seria dono de uma empresa na Zona Leste), cujo nome o Ministério Público não quer revelar por questão de segurança.

De acordo com Hanashiro, o empresário teve o contrato rescindido pela SPTrans em janeiro, principalmente por causa de falhas operacionais, atraso no pagamento dos funcionários, falta de manutenção nos ônibus e paralisações. Para Hanashiro, a declaração de que houve pagamento de propina para facilitar licitações, é falsa porque, desde 1992, não houve abertura de contratos. "Atualmente estamos em processo de licitação para a implantação de um outro modelo."

A outra denúncia de que Hanashiro estaria se reunindo com o presidente da Câmara, Arnanlio Mellão (PMDB), num sítio no interior do Estado para repassar dinheiro ilegal também foi negada. "Nunca me encontrei com Mellão fora da Câmara Municipal."

Zuleika Haddad e Fabio Diamante

FINANÇAS Balanço de 99 revela que cidade deve hoje 71% mais do que em 96, quando Maluf passou o cargo a Pitta

Dívida de SP chega a R\$ 16,2 bilhões

SÍLVIA CORRÊA
da Reportagem Local

Nos três anos do governo de Celso Pitta (PTN), a dívida da cidade de São Paulo aumentou 71% em comparação à situação deixada pelo ex-prefeito Paulo Maluf.

Em números absolutos, a cidade encerrou o ano passado devendo R\$ 16,2 bilhões — mais do que o dobro do que o orçamento deste ano (R\$ 7,6 bilhões). Em dezembro de 96, quando Maluf entregou o posto a seu filho político, a dívida era de R\$ 9,5 bilhões — número atualizado pelo IPC da Fipe até dezembro, o que soma uma inflação acumulada de 11,84%.

No período, a dívida total de Estados e municípios subiu de R\$ 93,3 bilhões para R\$ 170,8 bilhões — 82,9%. Os juros respondem pela maior parte do aumento.

O raio X dos cofres públicos no final do ano consta de planilhas publicadas ontem no "Diário Oficial" do Município pela Secretaria Municipal das Finanças.

Do total devido hoje pelo município, R\$ 13,9 bilhões referem-se a dívidas de longo prazo — eram R\$ 8,1 bilhões no final da gestão Maluf. Ali estão a dívida externa da prefeitura e as dívidas com o Banco do Brasil e o Banespa — R\$ 10,1 bilhões que o município está tentando negociar com a União.

As dívidas de curto prazo somam R\$ 2,3 bilhões — o valor era de R\$ 1,4 bilhão no final de 96. Mais da metade desse total — R\$ 1,8 bilhão — é de restos a pagar, ou seja, dívidas das prefeituras com fornecedores, como empreiteiras de lixo, construtoras, empresas que abastecem o PAS etc.

Receitas e despesas

O endividamento dos cofres públicos é resultado de sucessivos déficits — diferença entre receita e despesa — anuais. Em 99, o déficit foi de R\$ 493,7 milhões — diferença dos gastos para as receitas.

No ano passado, a receita orçada era de R\$ 10,3 bilhões, mas a prefeitura só conseguiu R\$ 6,7 bilhões — 65% do previsto —, pois não conseguiu rolar a dívida mobiliária (títulos públicos).

A falta de rolagem fez a receita ficar abaixo da obtida no último ano da gestão Maluf. Em 96, a prefeitura arrecadou R\$ 6,3 bilhões em valores nominais — R\$ 7,1 bilhões em valores atualizados.

Por outro lado, a prefeitura também gastou menos — R\$ 7,2 bilhões empenhados no ano passado, contra R\$ 8,4 bilhões empenhados por Maluf em 96 (em valores atualizados). Os empenhos pagos foram, respectivamente, R\$ 5,7 bilhões por Pitta e R\$ 7,4 bilhões por Maluf.

A mais significativa economia de Pitta, no entanto, foi no quesito "despesas de capital", ou seja, investimentos. Nesse item, o empenho pago em 96 foi de R\$ 2,7 bilhões. No ano passado, ficou em R\$ 655 milhões.

Apesar dos números, Celso Pitta tem afirmado que o saneamento das finanças do município será um dos maiores feitos de sua gestão. Foi o que ele disse em entrevista à Folha concedida na última segunda-feira.

"O trabalho que eu fiz não foi reconhecido até agora, mas será quando os frutos forem visíveis e perceptíveis à população. Do saneamento financeiro e moral você só vai colher o resultado mais para a frente", afirmou o prefeito, ao comentar a tentativa de fechar um acordo com a União para rolar mais de R\$ 10 bilhões.

Se Pitta conseguir a aprovação do Senado, os números da prefeitura melhorarão sem que o endividamento seja menor de fato.

A Folha ligou às 19h30 de ontem para a prefeitura, mas o secretário de Comunicação Social, Antenor Baido, afirmou que não seria possível encontrar alguém que pudesse comentar o caso devido ao horário.

Três manifestantes pró-Pitta são funcionários municipais

da Reportagem Local

Três das pessoas que fizeram parte da recepção organizada para o retorno do prefeito Celso Pitta ao cargo, conseguindo um dia antes por meio de determinação do TJ (Tribunal de Justiça), são servidores municipais que perderam parte do dia de trabalho.

Dois deles trabalham na Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação) e um da Regional de Pinheiros. "Assinei meu ponto e fui. Se o meu chefe quiser pode descontar o dia", disse Edimar Thobias, 41, presidente da escola de samba Vai-Vai, cantor e assessor da diretoria comercial e social

da Cohab. "O prefeito está sendo vítima de preconceito", afirmou. Thobias foi indicado para o cargo há dez meses pelo tesoureiro de campanha do ex-prefeito Paulo Maluf, Calim Eid.

Um dos diretores da Cohab, Alberto Alves da Silva Filho, que também ocupa cargo de confiança, esteve na prefeitura. Ele é presidente da escola de samba Nenê da Vila Matilde, fez campanha para Pitta e assumiu a função da Cohab após a eleição do prefeito.

Até o mestre de bateria da Imperial da Vila Ré, convocado para animar a festa, é funcionário público de carreira.

O ato pró-Pitta foi organizado

pelos sambistas na tarde de domingo, depois que a TV divulgou a queda da liminar pelo Tribunal de Justiça da capital. "Na hora um ligou para o outro", disse Thobias. A coordenação política do prefeito foi informada em seguida do que seria feito.

Os sambistas participaram de showmícios com o prefeito durante a campanha eleitoral. Hoje a Liga das Escolas de Samba de São Paulo aproximadamente R\$ 1,6 milhão em ISS (Imposto sobre Serviços) atrasado.

Os perueiros que apoiaram Pitta na mesma manifestação foram criticados pelo sindicato da categoria (ALESSANDRO SILVA)

São Paulo, 30 de Março de 2000

Primeira-dama confirma esquema de propina das empresas de ônibus

Ela disse que pianista ofereceu a Pitta dinheiro para evitar legalização de perueiros

CLAUDIO AUGUSTO

Nicéa Pitta, ex-mulher do prefeito Celso Pitta (PTN), confirmou a existência de um esquema de cobrança de propina de empresas de ônibus em São Paulo. Ela disse ao Estado que o pianista João Carlos Martins esteve em sua casa, no ano passado, oferecendo dinheiro para que o Executivo desistisse de aumentar o número de perueiros legalizados na cidade. "Ele veio aqui com dois empresários e um funcionário da SPTrans (São Paulo Transporte, empresa que gerencia o sistema de transporte na capital)."

O advogado do pianista João Carlos Martins, Cid Vieira de Souza Filho, afirmou que em nenhum momento seu cliente ofereceu dinheiro a Celso Pitta. "Isso deve ser mais um delírio de Nicéa."

A visita de Martins ocorreu, segundo Nicéa, no primeiro semestre do ano passado. "Foi no finalzinho de uma tarde de domingo." A ex-mulher do prefeito revelou que Martins e seus acompanhantes propuseram a Pitta o pagamento de "um dinheiro por fora" em troca da derrubada do projeto que qua-

se dobrava o número de lotações regulares na cidade.

No ano passado, um projeto de lei do Executivo elevou de 2.500 para pouco mais de 4.000 o total de perueiros que podem trabalhar na capital. Os empresários eram contra a idéia. Para eles, os perueiros roubam passageiros dos ônibus. Há uma nova concorrência em andamento para definir quem vai poder circular com lotações na cidade.

Aos berros - A ex-mulher de Pitta não soube precisar o montante que o prefeito receberia para atender aos interesses dos empresários. Ela contou que Martins ligou para Pitta. O prefeito disse que não queria

conversar sobre o assunto. Mesmo assim, Martins foi ao apartamento do casal. "Ele (Martins) dizia que (os empresários) estavam pressionando muito", relatou Nicéa.

Aos berros, segundo seu próprio relato, Nicéa mandou todos embora. Ela queria que Pitta desse apoio aos perueiros, que prestam um serviço "mais personalizado". Nicéa disse que os empresários reduziram o número de ônibus nas linhas quanto Pitta assumiu, o que a

deixou insatisfeita com a qualidade do serviço. Nicéa queria também ônibus adaptados para portadores de deficiência e mais carros circulando à noite.

"Aqui em casa, eu tinha um problema assim", afirmou Nicéa, referindo-se a uma empregada. "Jamais a deixei perder o ônibus: às vezes, ela tinha de ficar até mais tarde por causa dos jantares que oferecíamos, mas eu dizia 'vai embora, deixa que eu me viro.'"

Cartão - Para Nicéa, os perueiros poderiam servir como instrumento de pressão para que os empresários melhorassem a qualidade do serviço que prestam à população. "Eles não param para os idosos, que não pa-

gam passagem", criticou. "Meu apelo era para que o Celso aprovasse os perueiros."

A ex-mulher do prefeito não soube informar os nomes dos dois empresários e do funcionário da SPTrans que estiveram em sua casa junto com João Carlos Martins. Mas disse ter um cartão do funcionário guardado no apartamento. "Vou achar." Segundo ela, os porteiros podem testemunhar que Martins esteve em sua casa.

Secretária diz que nada sabe sobre desvios

CECILIA NEGRÃO
e MARINA PAULIQUEVIS

A secretária de Assistência Social, Alda Marco Antonio, afirmou que nenhum albergue está sob responsabilidade direta de sua administração. Ela disse desconhecer notícias sobre desvio de equipamentos e alimentos.

Dois funcionários foram afastados da Secretaria de Esportes, após constatação de irregularidades cometidas no início da administração de Fausto Camunha. Segundo seu advogado, Mário de Oliveira Filho, os funcionários respondem a processo administrativo. Há inquérito um policial instaurado para apurar o caso.

Ricardo Castelo Branco não quis comentar as declarações da primeira-dama. "Ele não se manifesta nem nas críticas nem nos elogios", disse o advogado Luiz Flávio Turso.

Segundo um assessor de Flávio Maluf, seus advogados entraram com ação de queixa-crime contra Nicéa. Paulo Maluf avalla com os advogados as medidas a serem tomadas.

Roberta Pitta não foi encontrada e Raquel Moura Borges, que mora em Nova York, não se manifestou. Os ex-secretários Lair Krahenbuhl (Habitação) e Edevaldo Alves da Silva (Governo) também não foram encontrados.

ELA NÃO
SOUBE
DIZER O
MONTANTE



MPE abrirá hoje inquérito sobre propina no transporte

Secretário dos Transportes diz que vai processar autor de denúncias

O Ministério Público Estadual (MPE) vai instaurar inquérito hoje na Promotoria de Justiça da Cidadania para apurar a denúncia de um esquema de arrecadação de propinas no sistema de transporte coletivo de São Paulo. As acusações foram feitas por um suposto empresário do setor, cuja identidade está sendo mantida em sigilo, ouvido ontem pelos promotores. O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, que depõe hoje às 15 horas no MPE, disse que vai processar o autor das acusações.

Hanashiro afirmou ao Estado que entrará com uma representação contra a Rede Globo, que levou as denúncias ao ar. Ele prometeu entregar aos promotores documentos sobre a receita das 52 empresas de ônibus contratadas da São Paulo Transporte (SPTrans), que refutam as denúncias.

O empresário, afirmou à emissora de TV que pagou propinas no valor de R\$ 2 milhões. De acordo com ele, a corrupção é um meio de sobrevivência para as empresas de ônibus.

Identidade - Hanashiro garante conhecer a identidade do denunciante, mas preferiu não revelá-la. Ele disse, apenas, que "essa pessoa" era dona de uma empresa da zona leste. Segundo Hanashiro, o empresário teve o contrato rescindido com a SPTrans em janeiro, principalmente, por causa de falhas operacionais, atra-

so no pagamento dos funcionários, falta de manutenção nos ônibus e paralisações de funcionários.

Para Hanashiro, a declaração de que houve pagamento de propina para facilitar licitações é falsa, porque, desde 1992, não houve abertura de contratos. Segundo ele, até agora ninguém reclamou do edital que deve mudar o sistema de cobrança para tarifado, em vez do pagamento de subsídios. O secretário também negou a denúncia de que se teria reunido com o presidente da Câmara, Armando Mellão (PMDB), num sítio no interior do Estado, para repassar dinheiro ilegal.

Controle - A SPTrans mantém o controle do dinheiro arrecadado pelas empresas de ônibus. A afirmação é do diretor de Finanças do órgão, An-

tonio Emiliano Leal da Cunha. De acordo com ele, relatórios diários são enviados ao Transurb - sindicato das empresas de ônibus - para que todas as concessionárias saibam o que as ou-

tras recebem.

"Não há como interferir na receita", disse Cunha. O dinheiro das empresas é depositado todos os dias na conta da SPTrans, que repassa o percentual a elas nove dias depois.

Metralhado - O MPE decidiu não divulgar o nome do empresário, por temer riscos à sua integridade. Um segurança do autor da denúncia teria sido metralhado, alguns dias atrás, num suposto atentado. Os promotores estudam a possibilidade de pedir proteção policial para o empresário. (Rogério Panda, Zuleika Haddad e Fábio Diamante)

SPTRANS
GARANTE
CONTROLAR
RECEITA

Força-tarefa faz devassa na Prefeitura

VIVIANE RAYMUNDI



CRISEIRA Policiais e promotores da força-tarefa da máfia dos fiscais fizeram ontem uma apreensão de documentos, disquetes e 15 computadores no Palácio das Indústrias, sede da Prefeitura da Capital. Esta foi a primeira vez que o prédio onde funciona o Poder Executivo da Capital, onde fica o gabinete do prefeito, passou por busca de provas de corrupção. A equipe tinha como alvo o gabinete do secretário de Governo, Carlos Augusto Meinberg. Ao mesmo tempo em que a força-tarefa agia na Prefeitura, policiais se dirigiram à casa do secretário, no Morumbi, Zona Sul, de onde retiraram vários papéis, entre agendas e listas com nomes de políticos.

Além de promotores do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), participou da ação o promotor André Medeiros do Paço, do Setor de Apuração de Crimes de Prefeitos. Segundo Paço, a apreensão foi pedida tendo como base investigações sobre a existência de esquema de corrupção na São Paulo Transportes (SPTrans). "Em depoimentos, sabemos que outras informações poderiam ser obtidas em anotações feitas em computadores e disquetes do secretário", disse.

A participação de Paço na ação indica que o próprio prefeito está citado nas denúncias. Meinberg é o articulador político de Pitta e foi apontado pela ex-primeira-dama Nicéa Camargo como o homem que negocia com os vereadores situacionistas na Câmara. Paço também investiga a denúncia de Nicéa de que Pitta teria recebido propina de empresários de ônibus para beneficiá-los. "O empresário precisa receber

pelo passe. Eles podem estar sendo coagidos para pagar propina para liberar o dinheiro", disse o promotor ontem.

O delegado tributário da Capital, ligado à Secretaria da Fazenda, Antonio Carlos Moura, também participou da ação. "Estamos acompanhando os promotores para prestar apoio na parte de informática forense", disse. Além disso, Moura afirmou que procurou indícios de fraude fiscal no que viu.

Desde o ano passado, a força-tarefa investiga a existência de um esquema de corrupção envolvendo funcionários da SPTrans e o Sindicato do Perueiros Legalizados (SindLotação). Em novembro, promotores receberam uma representação do vereador Carlos Neder (PT) que detalhava um esquema de troca irregular de passes, que teria desviado dos cofres da Prefeitura, só entre janeiro de 1998 e fevereiro de 1999, R\$ 10,7 milhões.

As ligações do SindLotação com a Prefeitura também não são segredo. No ano passado, o projeto de lei do Executivo para a legalização do serviço de lotação foi negociado entre Meinberg e os sindicatos. A entidade fez pelo menos duas festas para o prefeito, agradecendo a ele pelo projeto de lei.

Durante a tramitação da proposta na Câmara, mesmo com a oposição mostrando falhas no texto, o SindLotação fez lobby a favor do projeto original. Na segunda-feira, entre as pessoas que foram festejar a volta do prefeito ao gabinete, depois de ele ter sido afastado pela Justiça, estavam Francisco de Mola Neto e Aroldo Mariano, ligados ao SindLotação.

Ontem, os promotores e o delegado Maurício Correia, que preside o inquérito, não quiseram dar detalhes sobre os documentos apreendidos. A equipe ficou cinco horas dentro da Prefeitura.

PROCURADORIA: *Agentes vasculham casa do secretário Carlos Meinberg*

Promotores apreendem lista com nomes e valores



Investigador retira computadores apreendidos da Prefeitura de São Paulo, que serão analisados por promotores do Gaeco

CHICO DE GOIS
da Reportagem Local

Amparados por um mandado judicial, promotores do Gaeco e policiais vasculharam ontem a casa do secretário municipal de Governo, Carlos Augusto Meinberg, no Morumbi. De lá saíram com pastas, agendas e uma lista com nomes de vereadores, valores e datas de supostos pagamentos.

Em seguida, os promotores seguiram para o Palácio das Indústrias, sede da prefeitura, onde apreenderam 15 CPU (centrais que armazenam os arquivos dos computadores) e três caixas de documentos. O material estava, principalmente, na Secretaria Municipal de Governo.

A promotoria informou que a lista com nomes e valores ainda

será analisada e que não é possível afirmar que o documento é uma prova das acusações de Nicéa Pitta, que acusa Meinberg de intermediar um suposto suborno de vereadores para livrar o prefeito Celso Pitta de um processo de impeachment na Câmara, em 1999.

Há mais de uma data em que os pagamentos aos nomes citados na relação teriam sido feitos. Um dos nomes que aparecem na lista, segundo a Folha apurou, é o da vereadora Maria Helena Fontes (PL), que votou contra o processo de impeachment do prefeito.

José Carlos Blat, do Gaeco, disse apenas que a busca e apreensão foi motivada por causa de uma denúncia do vereador Carlos Nader (PT), protocolada no ano passado, que apontava irregularidades na SPTrans (São Paulo Transporte). Essa ação refere-se ao pagamento de propina para liberação de peruas apreendidas.

Segundo os promotores, Meinberg é suspeito de participar do esquema de cobrança de propina para a liberação de pagamentos a empresários do setor de ônibus.

O promotor Marcelo Mendroni, do Gaeco (Grupo de Ação Especial e Combate ao Crime Organizado), disse que o material "pode ajudar muito na investigação".

Dos computadores que estavam na casa do secretário só foram encontrados os fios e as impressoras. As CPU não estavam lá. Meinberg, segundo Mendroni, afirmou que as havia encaminhado para manutenção.

A ação dos policiais da Força Tarefa foi acompanhada por agentes da Secretaria do Estado da Fazenda, cuja presença foi solicitada anteontem pelo Ministério Público. O delegado Antonio Carlos Moura, que participou das buscas na Secretaria do Governo, confirmou que o principal objeti-

vo do trabalho foi buscar "evidências de práticas ilícitas".

O trabalho dos agentes da Secretaria da Fazenda limitou-se a uma análise preliminar dos arquivos dos computadores que foram apreendidos na prefeitura.

De acordo com uma nota de esclarecimentos divulgada pela assessoria de imprensa da Procuradoria Geral de Justiça, os equipamentos retirados da prefeitura irão passar por perícia no Instituto de Criminalística.

Os promotores acreditam que documentação obtida na casa de Carlos Meinberg e na prefeitura servirão para provar que a prefeitura praticava irregularidades.

A busca e apreensão tanto na casa do secretário quanto na prefeitura foi possível graças a um mandado assinado na véspera por juiz-corregedor Maurício Lemos Porto Alves, do Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais).

PITAGATE



INVESTIGAÇÃO Relação traz nomes de vereadores supostamente comprados

RF. 100.406

Apreensão se destina a verificar origem de lista

Editoria de Arte/Folha Image

da Redação

As 15 CPUs (centrais que armazenam os arquivos dos computadores) de computadores apreendidos na última sexta-feira no Palácio das Indústrias, sede da Prefeitura de São Paulo, fazem parte do esforço do Ministério Público para estabelecer a autenticidade de uma lista anônima recebida recentemente.

A lista foi divulgada ontem pela revista "IstoÉ" e traz os nomes dos vereadores Brasil Vita (PPB), Maria Helena Fontes (suspensa do PL), Alan Lopes (PTB), Toninho, Paiva (PFL), Miguel Colasuonno, Milton Leite (PMDB) e Osvaldo Enéas (então no Prona).

Foi realizada também uma busca na casa do secretário, Carlos Augusto Meinberg (Governo), mas os computadores do secretário estavam sem as CPUs.

Meinberg foi acusado pela ex-primeira-dama de São Paulo Nicéa Pitta de intermediar o pagamento de caixinha aos vereadores, versão corroborada na semana passada por um funcionário da Câmara não-identificado.

Ele disse em entrevista à TV Globo que o esquema de pagamento de propina vinha desde a época do ex-prefeito Paulo Maluf e que era Meinberg que fazia a ligação entre o empresário Jorge Yunes e o presidente da Câmara Armando Mellão, que seria o encarregado de distribuir a propina entre os vereadores.

Ao lado de cada nome constam os telefones dos gabinetes dos vereadores e um código que supostamente traria as datas de pagamentos de propina e a quantia entregue a cada um deles.

A informação disponível é que as entregas eram feitas em dinheiro vivo e nas casas de cada um dos vereadores citados.

O primeiro número que aparece ao lado do nome do vereador Brasil Vita é 080775. Os quatro primeiros representariam a data do pagamento — 8 de julho — e os dois últimos o valor da propina

Os alvos da ex-primeira-dama

Nicéa entregou ontem oito fitas contendo provas ao Ministério Público, segundo ela. O conteúdo ainda não é conhecido

Celso Pitta



■ Acusação

Teria contas no exterior para onde enviaria o dinheiro arrecadado com a corrupção. Também faria parte do esquema para desviar verbas do PAS, que teriam sido usadas em sua campanha. Teria, ainda, comprado votos de vereadores para impedir que fosse aberto processo de impeachment contra ele, em 99

■ O que diz

Nega todas as acusações de Nicéa

■ Supostas provas

Nicéa disse ter presenciado reunião no início de 99 em que se decidiu a compra de votos. Apresentou tabelas que comprovam superfaturamento. Não mostrou provas de contas no exterior

Paulo Maluf



■ Acusação

O ex-prefeito seria um dos destinatários de verbas desviadas do PAS, que seriam usadas para financiamento de campanhas eleitorais

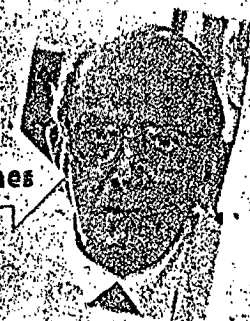
■ O que diz

Maluf nega e afirma que vai processar a ex-primeira-dama

■ Supostas provas

Nicéa apresentou tabela, da qual a CPI dos Medicamentos já tinha conhecimento, mostrando superfaturamento de até 300% em remédios comprados pelas cooperativas. Prometeu apresentar fita comprovando as denúncias

Jorge Yunes



■ Acusação

Nicéa afirma que as supostas reuniões em que ficou decidida a compra dos votos dos vereadores teriam sido realizadas na casa de Yunes, que já emprestou R\$ 800 mil a Pitta, mais que todo o patrimônio do prefeito

■ O que diz

O empresário nega todas as acusações de Nicéa

■ Supostas provas

Nicéa diz que presenciou reunião em que se decidiu a compra de votos

Naji Nahas

■ Acusação
Viagem do casal Pitta à final da Copa do Mundo de 98 teria sido paga por uma empresa francesa que comprou a Vega — responsável por parte dos serviços de limpeza urbana da



ACM e Gilberto Miranda

■ Acusação
O presidente do Congresso teria pressionado pagar uma dívida da Prefeitura de SP com a empreiteira OAS



Flávio Maluf

■ Acusação
É acusado de irregularidades com selos que permitem propaganda imobiliária e de ter grande influência sobre a Anhembi Turismo



■ O que diz

Flávio nega todas as acusações e di

vereadores citados.

O primeiro número que aparece ao lado do nome do vereador Brasil Vita é 080775. Os quatro primeiros representariam a data do pagamento — 8 de julho — e os dois últimos o valor da propina — R\$ 75 mil.

Os números seguintes são 031180, 091075, 051175, 301175, 141275, 140217 e 180282.

Se a interpretação do código estiver correta, Brasil Vita terá recebido entre julho e fevereiro de dois anos (não é determinado quando teria ocorrido o pagamento de propina, mas acredita-se que o período foi de julho de 99 a fevereiro deste ano) R\$ 554 mil.

A vereadora Maria Helena tem os seguintes números relacionados a seu nome, que aparece imediatamente abaixo do de Vita: 080740, 030850, 090940, 311050, 111150, 121250, 140140, 190110 e 060750. A quantia da propina chegaria a R\$ 410 mil.

Os números 060750, 030850, 090950, 211050, 111150, 101250, 190125 e 100250 acompanham o nome do vereador Alan Lopes, o que totalizaria R\$ 375 mil.

Toninho Paiva teria recebido a mesma quantia, de acordo com os números relacionados a seu nome: 060750, 030850, 090950, 211050, 101250, 100250 e 180225.

O vereador Miguel Colasuonno, segundo os números 080750, 030850, 090950, 211050, 171150, 011250, 201250, 100230 e 150245, teria embolsado R\$ 425 mil.

Milton Leite seria um dos que mais teriam arrecadado com o suposto sistema. Em sua casa teriam sido entregues R\$ 650 mil se os números 080775, 030875, 090975, 150975, 211075, 291175, 131075, 190175 e 100250 realmente tiverem o significado que lhes é atribuído.

Por último na listagem aparece o vereador Osvaldo Enéas, que seria o último da fila, com R\$ 320 mil arrecadados segundo os números 080750, 030850, 090950, 051150, 071250, 101220 e 201250.

O dinheiro supostamente envolvido no caso chegaria a R\$ 3,109 milhões.

Ouvidos pela revista, os envolvidos se defenderam alegando que a lista era falsa.

“Não sei do que se trata. Se esse dinheiro saiu da prefeitura, alguém o interceptou no caminho, pois jamais chegou em minhas mãos”, disse Osvaldo Enéas.

“Um documento anônimo não vale absolutamente nada. Não

Viagem do casal Pitta a final da Copa do Mundo de 98 teria sido paga por uma empresa francesa que comprou a Vega — responsável por parte dos serviços de limpeza urbana da capital.

■ O que diz

Nahas confirma ter intermediado a venda da prestadora de serviços à empresa francesa e diz que vai interpellar Nicéa

■ Supostas provas

Nicéa não apresentou

João Carlos Martins

■ Acusação

O pianista seria “laranja” de contas do prefeito Pitta no exterior

■ O que diz

Anunciou que vai processar Nicéa e classificou de “delírio” as acusações da ex-primeira-dama

■ Supostas provas

Não há provas até o momento

Miranda

■ Acusação

O presidente do Congresso teria pressionado a pagar uma dívida da Prefeitura de SP com a empreiteira OAS, da qual é sócio um ex-genro do senador. Miranda teria sido intermediário

■ O que dizem

ACM afirmou que Nicéa é louca, e Miranda nega a acusação

■ Supostas provas

Ainda não há nenhuma

Armando Mellão e Carlos Augusto Meinberg

■ Acusação

O presidente da Câmara Municipal e o secretário de Governo seriam os intermediários da suposta compra de votos para barrar o impeachment de Pitta

■ O que dizem

Ambos negam as acusações e dizem que vão processar Nicéa

■ Supostas provas

A ex-primeira-dama diz ter presenciado reunião em que se decidiu a compra de votos

É acusado de irregularidades com selos que permitem propaganda imobiliária e de ter grande influência sobre a Anhembi Turismo. O que diz: “O que eu sei é que eu não tenho influência sobre a Anhembi Turismo”.

■ Supostas provas

Nicéa não apresentou nenhuma prova, mas a Folha revelou que a arrecadação do estacionamento da Anhembi em São Paulo aumentou após a saída de Ricardo Lopes Castello Branco, nomeado por Paulo Maluf para presidir a empresa

Jorge Pagura

■ Acusação

O secretário da Saúde receberia 25% de comissão de todas as compras de remédios superfaturadas do PAS

■ O que diz

Pagura nega as irregularidades e diz não ter controle sobre as compras feitas pelas cooperativas

■ Supostas provas

Tabela demonstra superfaturamento de até 300% nas compras de remédios

podemos trabalhar com indícios e enlamear uma carreira de 28 anos de vida pública ilibada. Isso só pode ter partido de gente que tem algum interesse em me destruir”, disse Miguel Colasuonno.

“Não tem motivo para o Pitta me pagar qualquer coisa. Nego. Nunca recebi nada, direta ou indiretamente, do Pitta”, declarou Milton Leite (PMDB). Alan Lopes, do PTB, também negou e disse que a prefeitura ter gasto R\$ 3,1 milhões com sete vereadores “é a maior piada do mundo”.

“Não sei por que fizeram essa acusação. Isso é uma deslavada mentira. Até gostaria de ter visto a cor desse dinheiro”, disse Toninho Paiva. Foi ele que teria ameaçado a ex-primeira-dama, que o denunciou, a um programa da TV Bandeirantes. “Vou deixar

(registrado) aqui no ar que essa senhora já está com a cova pronta no (cemitério) Quarta Parada.”

A Folha, Paiva disse que sua frase era uma “brincadeira”. “Disse porque não iria ser exibida.”

Nicéa disse que, se alguma cova tivesse sido aberta para ela, teria sido em São Carlos (interior de SP), cidade onde nasceu.

A promotoria informou que a lista com nomes e valores ainda será analisada e que não é possível afirmar que o documento é uma prova das acusações de Nicéa.

No Palácio das Indústrias, além das 15 CPUs, foram apreendidas três caixas de documentos, a maioria da Secretaria de Governo.

O promotor Marcelo Mendroni, do Gaeco (Grupo de Ação Especial e Combate ao Crime Organizado), disse que o material “po-

de ajudar muito na investigação.

O promotor José Carlos disse apenas que a busca apreensão foi motivada por uma denúncia do vereador Carlos Neder (PT), protocolo em 99, que apontava irregularidades na SPTrans (São Paulo Transporte). Essa ação refere-se ao pagamento de propina para liberação de peruas apreendidas.

Segundo nota da assessoria imprensa da Procuradoria (de Justiça, os equipamentos rados da prefeitura irão por perícia no Instituto de Criminalística. A busca e apreensão tanto na casa de Meinberg como na prefeitura foi possível devido a um mandado assinado na vara pelo juiz-corregedor Mauro Lemos Porto Alves, do Departamento de Inquéritos Policiais.

Promotor busca prova em computador

O Ministério Público vai analisar dados encontrados nos CPUs (onde as informações ficam armazenadas) para dizer se a lista é autêntica.

Se o documento obtido pelos promotores na semana passada for verdadeiro, parte das denúncias feitas pela ex-primeira-dama Nicéa Camargo serão comprovadas.

Nicéa afirma que o suposto esquema de pagamento de propina vem desde a época do ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) e que era o secretário do Governo Carlos Augusto Meinberg que fazia a ligação entre o empresário Jorge Yunes e o presidente da Câmara Armando Mellão, que distribuiria a propina entre vereadores.

Ao lado de cada nome da lista constam códigos que corresponderiam a datas de pagamentos e valores das propinas pagas a cada um. As entregas de dinheiro seriam feitas em dinheiro nas casas dos vereadores.

O primeiro número que aparece ao lado do nome de Brasil Vita (PPB) é 080775: ele teria recebido em 8 de julho R\$ 75 mil. Se os outros códigos forem verdadeiros, ele

teria recebido entre julho e fevereiro R\$ 554 mil.

A vereadora Maria Helena Fontes (suspensa do PL) teria os seguintes números relacionados a seu nome, que aparece imediatamente abaixo do de Vita: 080740, 030850, 090940, 311050, 111150, 121250, 140140, 190110 e 060750. A quantia supostamente paga chegaria a R\$ 410 mil.

Os números 060750, 030850, 090950, 211050, 111150, 101250, 190125 e 100250 acompanham o nome do vereador Alan Lopes, o que totalizaria R\$ 375 mil.

Toninho Paiva teria recebido a mesma quantia, de acordo com os números relacionados a seu nome: 060750, 030850, 090950, 211050, 101250, 100250 e 180225.

O vereador Miguel Colasunno, segundo os números 080750, 030850, 090950, 211050, 171150, 011250, 201250, 100230 e 150245, teria recebido R\$ 425 mil.

Milton Leite seria um dos que mais teriam arrecadado.

Em sua casa teriam sido entregues R\$ 650 mil se os números 080775, 030875, 090975, 150975, 211075, 291175, 131075, 190175 e 100250 tiverem o significado que lhes é atribuído.

Por último na lista aparece o vereador Osvaldo Enéas, que seria o último da fila, com R\$ 320 mil arrecadados segundo os números 080750, 030850, 090950, 051150, 071250, 101220 e 201250.

O dinheiro envolvido no caso chegaria a R\$ 3,109 milhões. Os vereadores envolvidos se defendem afirmando que a lista é falsa.

"Não sei por que fizeram essa acusação. Até gostaria de ter visto a cor desse dinheiro", disse Toninho Paiva. Ele ameaçou Nicéa, que o acusou, na TV Bandeirantes. "Vou deixar (registrado) aqui que essa senhora já está com a cova pronta no (cemitério) Quarta Parada." Depois, Paiva disse que sua frase era uma "brincadeira".

Nicéa afirmou que, se alguma cova tivesse sido aberta para ela, teria sido em São Carlos (interior de SP), cidade onde nasceu.

No Palácio das Indústrias, além das 15 CPUs, foram apreendidas três caixas de documentos, a maioria da Secretaria de Governo.

O promotor Marcelo Medroni, do Gaeco (Grupo de Ação Especial e Combate a Crime Organizado), disse que o material "pode ajudar muito na investigação".

O promotor José Carlos Blat disse apenas que a busca e apreensão foi motivada por causa de uma denúncia do vereador Carlos Neder (PT) protocolada em 1999, que apontava irregularidades na SPTrans (São Paulo Transporte). Essa ação refere-se ao pagamento de propina pela liberação de peruas.

Segundo nota da Procuradoria Geral de Justiça, os equipamentos irão passar por perícia no Instituto Criminalístico. A busca e apreensão foi possível devido a um mandado assinado na véspera pelo juiz-corregedor Maurício Lemos Porto Alva do Departamento de Inquirições Policiais. (FS)

Perueiro confirma esquema da SPTrans

Pelos menos três dos 120 inqueritos em que a força-tarefa investiga irregularidades na administração municipal estão relacionados com atos de corrupção cometidos pela São Paulo Transporte (SPTrans). A procura de provas para comprovação de maracutaias foi o motivo alegado por promotores e policiais para apreender, na última sexta-feira, documentos, disquetes e computadores na casa e gabinete do secretário de Governo, Carlos Augusto Meinberg. A existência de pe-

lo menos um desses esquemas envolvendo a SPTrans e o Sindicato de Perueiros Legalizados (SindLotação) foi confirmada ontem pelo perueiro Francisco de Mola Neto, o China.

Partidário do prefeito Celso Pitta, ele contou que participava da comissão que investigava as irregularidades na troca de passes de ônibus em postos de gasolina. O esquema, que teria desviado dos cofres da Prefeitura pelo menos R\$ 18 milhões, tinha participação de funcionários da SPTrans,

proprietários de postos e integrantes do sindicato. O dinheiro que teria entrado no SindLotação teria sido roubado em dois supostos assaltos.

China disse ter saído da comissão que investigava a negociação por não concordar que ela fosse denunciada ao vereador Carlos Neder (PT). O perueiro preferia que a denúncia ficasse com o delegado Romeu Tuma Júnior. Em novembro do ano passado, no entanto, Neder encaminhou o caso para a força-tarefa.



Sem acordo, licitação dos ônibus é adiada

Interdição irrita motoristas

Paulistanos reclamam dos congestionamentos na Avenida do Estado e consideram projeto do Fura-Fila inviável e eleitoreiro

"Fura-Fila? Aquele que liga nada a lugar nenhum?" A afirmação camuflada de pergunta da pedagoga Cássia Coutinho, de 38 anos, revela a decepção de muitos paulistanos que trafegam pela Avenida do Estado, onde um trecho está interditado por causa das obras da linha Saia com a do Fura-Fila. Desde o dia 5 de março, dirigir entre a Praça Alberto Lion e a Rua Brigadeiro Jordão, no Cambuci, tem dado dor de cabeça aos motoristas.

Cássia, que mora no Tatuapé, Zona Leste, tem decifrar diariamente congestionamentos nos desvios montados na região para chegar à Zona Sul, onde faz um curso de terapia natural. "Além de o prefeito jogar dinheiro fora com esse projeto - porque o próximo não vai dar continuidade a isso -, está causando transtorno para os motoristas", criticou. Ela chega a ficar 20 minutos parada no trânsito para percorrer cerca de 300 metros. "Esse Fura-Fila foi a grande taca da dele (Pitta) para a eleição."

Trecho curto

Como se não bastasse ser contra o projeto, o funcionário público José Próspero, de 38, também está revoltado com a interdição: "Só vão terminar esse trecho curtinho, que não vai contribuir em nada com o trânsito", contou.

As obras também estão atrapalhando a vida de comerciantes da região. O Motel Côncavo e Convexo, cuja entrada fica na Avenida do Estado, teve uma queda de 80% no número de clientes e teve de demitir quatro funcionários depois da interdição. "Se o trânsito não anda, o movimento cai. Quem vem pela Avenida 23 de Maio não consegue pegar a avenida e precisa dar uma volta para chegar aqui", afirmou. O motel colocou placas em ruas da região para orientar o motorista a chegar ao Côncavo e Convexo. "Se continuarmos nesse ritmo, teremos de demitir mais funcionários."

O posto Shell, na esquina da Rua Paulo Barbosa, também foi prejudicado. Em frente ao posto, apenas uma faixa da avenida está liberada, mas o fluxo de veículos é pequeno. Segundo o gerente Oliveira Pedro da Silva, de 51 anos, o número de clientes caiu de 200 para 20 por dia. Para ele, Pitta anunciou a obra para enganar a população e se eleger. "Votei nele por causa do Maluf e, se soubesse que ia dar nisso, não votava", lamentou.

Entrega das propostas foi adiada por dois pedidos de impugnação, que indicavam problemas na lei que autoriza as peruas

Foi adiada, por tempo indeterminado, a entrega das propostas da licitação para o transporte por ônibus na Capital. O prazo era amanhã. O adiamento foi definido ontem, por causa de dois pedidos de impugnação. Eles apontavam problemas quanto à legislação usada para autorizar a concorrência: o artigo 27 da Lei n.º 12.893, de 1999, que legaliza o transporte por peruas.

Para os autores das impugnações, cujos nomes não foram divulgados, seria necessária uma lei específica para organizar um meio de transporte importante para a Cidade, com 90 milhões de passageiros por mês e 10.400 ônibus. O presidente da São Paulo Transporte (SPTrans), administradora do sistema, Pedro Luiz de Brito Machado, disse que o artigo 27 não foi contestado e é válido. Texto da lei: "Fica o Poder Executivo autorizado, em caso de conveniência e oportunidade, a julgo do prefeito municipal, a adotar o regime jurídico estabelecido pela Constituição da República Federativa; em substituição ao da Lei n.º 11.037, de 25 de julho de 1991, para os serviços de transporte coletivo."

"Qualquer cidadão pode impugnar edital até cinco dias úteis da abertura das propostas, antes marcada para o dia 10", afirmou Machado. "Normalmente a comissão da licitação analisa o mérito e pode negar ou não, mas resolvemos adiar para dar explicações mais detalhadas." O caso, segundo ele, foi encaminhado à Secretaria Municipal dos Transportes e a decisão vai ter parecer da Secretaria dos Negócios Jurídicos. "Pode haver mais impugnações."

A licitação vem causando polêmica. O sindicato dos motoristas promete entrar com pedido de suspensão por considerar que pode haver demissões. Em-

presários estão cautelosos, porque a proposta prevê o pagamento de duas taxas pelas empresas - de administração (6%) e de outorga - e não haverá subsídio.

Na nova concorrência, a cidade foi dividida em oito regiões, além de uma área neutra, a central (atualmente são 74, controlada por 53 empresas).

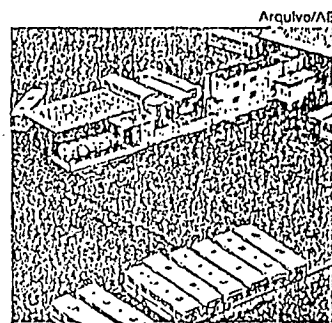
Anulação de concessão

A Promotoria da Cidadania, ingressou ontem com ação civil pública para anular o processo de concorrência para concessão do serviço de transporte coletivo. O objetivo é alterar o sistema de exploração do serviço de transporte, por causa da série de denúncias de corrupção.

A ação é baseada na falta de lei específica que regulamente a exploração, mediante concessão, do serviço de transporte coletivo de ônibus. Segundo a ação, a lei citada no edital de convocação trata, na realidade, do transporte coletivo por lotação (Lei 12.893/99). A autorização para que a Prefeitura contrate o serviço de transporte de ônibus pelo regime de concessão é regulamentada pelo decreto 38.663/99.

A Lei Orgânica determina que o sistema de transporte público deve ser regulamentado por legislação específica. A falha jurídica seria que a lei em vigor (11.037/91) não prevê nem disciplina o regime de concessão para o transporte coletivo.

O MP quer que a Justiça conceda liminar para suspender a continuidade da concorrência até o julgamento final e a declaração de nulidade do edital.



Para autores de impugnação seria necessária nova lei para organizar sistema de transportes



Prefeito é vaiado em inauguração de piscinão

Celso Pitta ainda enfrentou queixas dos moradores da Vila Penteado, na zona norte

LUCIANA GARBIN

A impopularidade do prefeito Celso Pitta (PTN) tem impedido até que ele descerre as placas de inauguração das obras que inaugura. Ontem, Pitta mudou o programa por causa de vaias das pessoas que o aguardavam perto da placa do Piscinão Rio das Pedras, na Vila Penteado, zona norte, e pediu do alto do palanque que alguns operários inaugurassem a obra.

"Não estava gritando só por mim, mas por todo mundo e pela baixaria que ele está fazendo na Prefeitura", protestou a dona de casa Margareth Aguilhões, de 35 anos. "Vieram dois assessores dele aqui nos mandar calar a boca, mas continuamos vaiando."

Apesar do cuidado dos auxiliares do prefeito em resguardar sua imagem, Pitta ainda teve de enfrentar várias reclamações de moradores da região sobre enchentes, sujeira e falta de áreas de lazer.

"A gente tá sofrendo muito aqui, porque, a 50 metros de onde ele veio inaugurar o piscinão, o lixo e a lama continuam parando na porta das casas", reclamou o cabeleireiro Natan Ferraz, de 33 anos. "Pedi para ele arrumar o campo de futebol e fazer uma pista de skate, pois aqui não tem nenhum lugar para a gente ficar", complementou Danilo Rocha da Silva, de 16 anos.

Prazo - Ontem foram inauguradas, além do Piscinão Rio das Pedras, a canalização de 525 metros dos 2.060 previstos do Córrego Rio das Pedras e a pavimentação de 300 metros da Avenida José da Natividade Saldanha. No total, já foram gastos cerca de R\$ 5 milhões dos R\$ 9,3

milhões destinados para a obra. A Secretaria Municipal de Obras Públicas deu como prazo para conclusão dos trabalhos o fim de setembro.

Moradores da região, no entanto, duvidam que ele será cumprido. "Há um mês a obra estava parada e todos dizem que ela não vai durar muito", afirmou o segurança

Edson Pires, de 28 anos. "Como o Pitta ia vir aqui, eles passaram os últimos três dias limpando a área e plantando árvores, mas quando chove fica uma lamaceira fedida e desgranhenta por todo lado." O secretário de Vias Públicas, André De Fazio, garante que a obra ainda não parou, que há desapropriações a realizar e

o cronograma será cumprido.

Nicéa - Ontem, durante a inauguração do piscinão, o prefeito voltou a chamar sua ex-mulher de mentirosa e a defender o secretário do Governo, Carlos Augusto Meinberg. "A repercussão das declarações mentirosas de dona Nicéa foi tão

grande na mídia a ponto de um papel apócrifo remetido anonimamente ao Ministério Público Estadual (MPE) servir de base para um mandado de busca e apreensão", disse. "Além de uma tentativa de jogar o Legislativo contra o Executivo, e vice-versa, foi uma violência invadir a casa do secretário de governo e a ofensa a ele foi diretamente contra mim", afirmou. "Ao entrarem em sua casa e remexerem em suas peças íntimas no seu armário, entraram na minha casa e remexeram no

meu armário."

Pitta prometeu levar adiante seu protesto porque a ação do MPE foi de uma "truculência inexplicável, que não se verificou nem no ápice do governo militar".

Ao comentar a decisão do Ministério Público Federal de apurar se ele e a ex-mulher sonegaram impostos, o prefeito disse achar bom. "Vai ser uma oportunidade de eu conseguir um atestado de idoneidade e honestidade." Ele negou ter feito a declaração de Imposto de Renda de Nicéa e disse que era ela mesma quem dava os documentos para um contador: prepará-la.

Sobre a formação da Comissão Especial da Câmara, disse mais uma vez que são os melhores nomes que poderiam ser destacados pelos partidos para a tarefa de analisar a abertura do pedido de impeachment feito pela OAB.

Apoio - Durante a inauguração do piscinão, estavam lá para apoiá-lo os vereadores José Viviani Ferraz (PL) e Miguel Colasuonno (PMDB). Enquanto o primeiro conclamou os ouvintes a "trabalhar com quem trabalha - o prefeito", o segundo defendeu a seriedade da Câmara Municipal e alertou a população a "não ir na conversa dos outros". "O prefeito está recebendo uma pressão nunca vista e é preciso dar um basta a essa onda de indícios, porque foram indícios que levaram muita gente séria ao paredão de Fidel Castro em Cuba", exagerou Colasuonno.

Os peruciros Haroldo Mariano e Francisco de Mola Neto, que carregaram Pitta em sua volta à Prefeitura na semana passada, mais uma vez estavam a seu lado em cima do palanque.

**ASSESSORES
TENTARAM
EVITAR
PROTESTO**



Folha nº 47 do pro

Nº 22.001

Adeino Ciconi - Des. Parlamentar

RF 100.406-5

O Estado de S. Paulo-pág

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Direção da SPTrans amplia prazo da licitação dos perueiros

*Entrega de propostas,
prevista para ontem,
vai até dia 17, no Estádio
do Pacaembu*

RICARDO MENDONÇA
Especial para o Estado

Com a justificativa de que a procura pelos editais da concorrência dos perueiros continua alta, o presidente da São Paulo Transporte (SPTrans), Pedro Luiz de Brito Machado, autorizou a mudança do local e da data-limite para entrega e abertura dos envelopes da licitação. Os interessados deverão entregar as propostas no Estádio do Pacaembu, somente no dia 17, das 8 às 18 horas. Inicialmente, a entrega estava prevista para ontem, na própria SPTrans, na Rua Santa Rita, no Pari, até as 18 horas.

A nova data para a abertura dos envelopes, antes programada para o dia 10, ainda não foi definida. No comunicado Esclarecimentos nº 03, publicado no *Diário Oficial* do Município, Machado informa que "oportunamente" serão divulgados o local, a data e o horário da sessão pública de abertura.

De acordo com a SPTrans, mais de 16 mil cópias do edital da licitação dos lotações já foram retiradas desde 11 de fevereiro. O estádio foi escolhido para a entrega dos envelopes porque poderá comportar com mais conforto os interessados.

Preferência – Apesar dessas mudanças, as regras de seleção da concorrência dos lotações

permanecem. A Prefeitura selecionará 4.042 lotações; que terão licença para fazer o transporte urbano de passageiros. Serão usados dez critérios de seleção, dos quais seis dizem respeito ao modelo do veículo. Os outros quatro tratam da proposta de operação e dos dados pessoais do futuro condutor.

O perueiro interessado em trabalhar legalmente em São Paulo deverá especificar em qual das seis áreas pretende trabalhar (a divisão geográfica foi determinada pela SPTrans). O prazo do contrato será de cinco anos e só poderão participar pessoas físicas com carteira de

habilitação nas categorias D ou E... Empresas, consórcios, associações ou cooperativas não poderão operar com lotações.

Os interessados também não poderão ser titulares de outro ti-

po de permissão, concessão ou autorização de qualquer modalidade de transporte de passageiros ou de carga.

Experiência – Além da habilitação comprovada, os perueiros devem especificar na documentação o tempo de experiência como condutor autônomo (ganha mais pontos quem tiver mais anos de experiência), a disponibilidade para início imediato e a intenção de usar ou não auxiliar de transporte.

Sobre as especificações do veículo, serão levados em consideração o ano de fabricação, a capacidade, a largura do corredor, o sistema de direção (hidráulico ou mecânico), o tipo do banco (turismo ou urbano) e a presença de ar-condicionado.

**MAIS DE 16
MIL CÓPIAS DO
EDITAL FORAM
RETIRADAS**



Folha nº 1/8 do proc.
Nº 22 de 01

Ademir C. - Ass. Parlamentar

BF. 100.406 | 2-A
Jornal da Tarde-pág

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Lotações são liberados sem pagamento

De acordo com nova regra da Secretaria de Transportes, perueiros podem retirar veículos do pátio sem pagar a multa de apreensão

Mais de 3 mil lotações atualmente retidos no pátio da São Paulo Transportes (SPTTrans) poderão retornar às ruas da Capital sem o pagamento das multas de apreensão. Depois de reuniões com técnicos do Departamento de Transporte Público (DTP), o secretário de Transportes, Getúlio Hanashiro, decidiu alterar o sistema de cobrança das multas, permitindo a liberação imediata dos veículos.

A medida foi ocasionada pelo excessivo número de mandados judiciais obrigando a secretaria a liberar as peruas sem o pagamento de 3 mil UFIRs (R\$ 3.192,30), referente às apreensões. Em alguns casos, juízes concediam o direito de não efetuar o pagamento das taxas de remoção e estadia no ato da retirada do veículo. "Estávamos alimentando advogados, gerando burocracia interna e levando prejuízo pelo não-pagamento das taxas", disse Hanashiro. Mais de 400 mandados foram expedidos entre 20 de fevereiro e 21 de março deste ano.

Segundo o secretário, um novo sistema já está em estudo em parceria com a Prodam, para evitar que se forme jurisprudência. "A gente sabe que ninguém pode ter seu veículo apreendido com contrapartida de pagamento.

Mas foi a forma mais sensata que encontramos, baseada em termos técnicos", disse. Nos moldes utilizados, as apreensões foram consideradas inconstitucionais.

Para o diretor do DTP, José Luiz Nakama, a suspensão da obrigatoriedade do pagamento da multa no ato da liberação põe fim a uma tentativa frustrada de dar "um efeito moralizador e educativo". "A nossa intenção era intimidar os perueiros clandestinos a circular pelas ruas. Diante da facilidade em conseguir os mandados, a medida se tornou inócua", explicou. Ele admite, porém, que a liberação para um pagamento posterior deixa os perueiros menos receosos. "Mas não estava tendo o efeito prático esperado e a relação custo-benefício não compensava."

Multas suspensas

Enquanto o novo sistema não entra em vigor, não haverá a cobrança das multas. "Mas temos de deixar claro que ela não está sendo abatida", ressaltou Hanashiro. De acordo com Nakama, as multas serão inscritas na dívida ativa do Município.

Os perueiros comemoraram a nova regra. Segundo um dos líderes da comissão de pró-ampliação de lotações na Capital, Haroldo Mariano, foi uma das exigências do censo interno da entidade. "É apenas o primeiro passo." Há uma semana, Mariano, Francisco Mola Neto (o China) e outros perueiros - que carregaram o prefeito em seu retorno ao cargo - foram ao Palácio das Indústrias fazer reclamações. "Se não fomos atendidos hoje, amanhã vamos retirar nosso apoio e passar a atacá-lo", disse China na quarta-feira. Segundo Nakama, coincidentemente ou não, a mudança nas regras do pagamento foi decretada um dia depois.

Leandro Cipoloni



Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 49 do proc.
Nº 22 de 01

Adelino Chacra - Ass. Parlamentar
Folha de São Paulo nº 100.200

SENADO. Sanção de Lei de Responsabilidade Fiscal inviabilizaria aprovação do CAE Lei pode impedir rolagem de SP

da Sucursal de Brasília

A renegociação da dívida de R\$ 10,5 bilhões da Prefeitura de São Paulo com a União poderá ficar comprometida, se não for aprovada pelo Senado Federal antes da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo interpretação do relator, Jefferson Péres (PDT-AM), e do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), todas as rolagens de dívidas entre municípios e a União não aprovadas antes da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal serão inviabilizadas.

Isso inclui a proposta de rolagem da dívida municipal de São Paulo, cuja tramitação na CAE está parada.

A lei fiscal foi aprovada ontem pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e irá a plenário na próxima terça-feira.

O artigo 35 do projeto veda "a realização de operação de crédito entre um ente da federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou

empresa estatal dependente, e outro, inclusive, suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente".

O projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal institui novo regime fiscal no país, criando mecanismos de controle do endividamento e das despesas públicas, que prevêem, inclusive, punições aos maus administradores.

A preocupação quando ao prejuízo que a futura lei poderá causar a São Paulo foi levantada na reunião da CAE pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), pré-candidato a prefeito.

Pré-candidatos à sucessão do prefeito Celso Pitta se reunirão hoje com o relator da proposta de rolagem da dívida da Prefeitura de São Paulo, senador Romero Jucá (PFL-RR), em Brasília.

Além de Tuma, confirmaram presença Marta Suplicy (PT), Luiz Erundina (PSB) e Marcos Cintra (PL). O vice-governador Geraldo Alckmin (PSDB) deve enviar por escrito suas sugestões à rolagem.

Interpretação

O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), reconheceu que há dúvidas quanto à interpretação do artigo 35 e decidiu pedir estudos à assessoria do Senado.

"Talvez, a saída (para não prejudicar São Paulo) seja o presidente Fernando Henrique Cardoso não sancionar a lei até a votação da rolagem de São Paulo", disse Suassuna.

O líder do governo concordou. "Para não haver risco, o Senado deveria analisar a rolagem de São Paulo até o fim do prazo que o presidente tem para sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal, 15 dias após a aprovação do projeto pelo plenário", afirmou Arruda.

"Se formos esperar a conclusão de todas as renegociações de dívidas que estão em curso entre prefeituras e União, não aprovaremos nunca essa lei", afirmou o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE).

(RAQUEL ULHÓA)

Prefeitura ajuda perueiros pró-Pitta

FABIANE LEITE
da Folha Online

Os perueiros que carregaram o prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PTN), em seu retorno à prefeitura na semana passada conseguiram, dias depois, uma ajuda: adiar o pagamento de multas das peruas irregulares apreendidas.

Os perueiros reivindicavam a suspensão da multa desde janeiro: O pagamento da multa — de R\$ 3.192 — para retirar a perua passou a ser exigido a partir do dia 20 daquele mês e foi o estopim da guerra entre os donos de lotações e a fiscalização.

Francisco Mola Neto, perueiro conhecido como China, levou Pitta nos braços com o colega Harol-

do Mariano no dia 27 de março e disse naquele dia que viraria as costas para Pitta se o prefeito continuasse a não favorecer a categoria. No dia 27, Pitta retornava à prefeitura após ter sido afastado do cargo pela Justiça.

No dia 29, quarta-feira, Mola Neto e outros perueiros estiveram reunidos com o secretário de Transportes do município, Getúlio Hanashiro. Na quinta-feira, foram informados sobre o adiamento do pagamento das multas.

De acordo com a Secretaria de Transportes, a ordem interna que adiou o pagamento da multa saiu no dia 28 de março.

A assessoria de imprensa da prefeitura informou que a administração municipal errou ao exi-

gir o pagamento das multas de perueiros irregulares para a retirada de veículos apreendidos.

Ainda segundo a assessoria, a Secretaria de Transportes foi alertada sobre o erro por juristas.

O secretário de Transportes do município, Getúlio Hanashiro, negou por meio da assessoria que o adiamento do pagamento de multas de lotações irregulares tenha vinculação com o apoio que Pitta recebeu dos perueiros.

A assessoria de imprensa da SPTrans, empresa municipal que administra o transporte público da cidade, informou ontem que o perueiro poderá optar entre pagar ou não a multa quando for retirar seu veículo do pátio da fiscalização. Segundo a assessoria, a em-

presa tomou essa decisão por causa da quantidade de recursos contra essas multas deferidos.

A Folha Online não conseguiu entrar em contato com o major Luiz Furtado, indicado pela SPTrans para comentar o assunto, nem com diretor do DTP (Departamento de Transportes Públicos), José Luiz Nakama, indicado pela Secretaria de Transportes.

O secretário de Comunicação Social da prefeitura, Antenor Braido, desvinculou a decisão de adiar o pagamento das multas do fato de os perueiros terem carregado Pitta. Segundo ele, a decisão beneficia todos os perueiros, e não só os que receberam Pitta. "Entendemos que era melhor parar (adiar o pagamento)."



Assessoria de Imprensa da Presidência

Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 50 do proc.

Nº 22 de 01

Adelina Cícero - Ass. Parlamentar

Agora SP Paulo pag

Perueiros conseguem adiar multa após carregar prefeito

O prefeito adiou o pagamento de multas das peruas irregulares apreendidas. Quem não puder quitar a dívida, vai entrar para o cadastro de devedores do município.

Vários perueiros e seguradoras ajudaram a carregar Celso Pitta (PTN) em seu retorno à prefeitura, no dia 27 de março, após ter sido afastado do cargo pela Justiça.

Os perueiros reivindicavam a suspensão da multa desde janeiro desse ano.

O pagamento da autuação de R\$ 3.192— para retirar a perua passou a ser exigido a partir do dia 20 daquele mês e foi o estopim da guerra entre os donos de lotações e a fiscalização.

Agora, o pagamento imediato da multa já não é mais preciso: o perueiro pode saldar a dívida quando quiser.

Quando o prefeito voltou ao Palácio das Indústrias, o perueiro Francisco Mola Neto, que levou Pitta nos braços com o colega Haroldo Mariano, afirmou que iria virar as costas para ele caso a categoria não continuasse sendo favorecida.

Dois dias depois, Mola Neto e outros perueiros estiveram reunidos com o secretário de Transportes do município, Getúlio Hanashiro. No dia 30, foram informados que o pagamento das multas estava adiado.

O diretor do DTP (Departamento de Transporte Público da Prefeitura), José Luiz Nakama, disse que a prefeitura decidiu não cobrar mais a multa por causa do grande número de perueiros que conseguiu não pagá-la e entrou com recurso na Justiça.

De acordo com ele, entre 25 de fevereiro e 20 de março, foram concedidos 402 mandados de segurança autorizando o não pagamento da multa. Antes, Nakama afirma que existiam dez recursos por mês, no máximo.

O secretário de Comunicação Social da prefeitura, Antenor Braido, desvinculou a decisão de adiar o pagamento do fato de os perueiros terem carregado Pitta. "Entendemos que era melhor parar (adiar o pagamento das multas) por causa do grande volume de recursos na Justiça, que considera a multa inconstitucional."

A assessoria de Comunicação do prefeito informou que Hanashiro ficou irritado e disse apenas que a prefeitura admite que errou ao obrigar o pagamento da multa para o resgate das peruas apreendidas. "A prefeitura estava cometendo uma arbitrariedade", afirmou o assessor do prefeito André Salles. Hanashiro não foi localizado.

(FOL)

RESPOSTA

Prefeitura diz que cobrança era arbitrária

A assessoria de imprensa afirma que o município errou ao exigir o pagamento da multa de R\$ 3.192 dos perueiros.

Esse era o valor que os motoristas irregulares tinham de pagar para retirar veículos apreendidos pela fiscalização.

"A prefeitura reconhece que cometeu uma arbitrariedade ao exigir o pagamento da multa. Isto não pode ser pré-requisito para a liberação do veículo", informou o assessor de imprensa André Salles.

De acordo com ele, a Secretaria Municipal de Transportes foi alertada sobre o erro por juristas e resolveu permitir a retirada dos veículos sem o pagamento da multa.

Agora, para recuperar a perua apreendida só é necessário pagar as taxas de estadia e de remoção do veículo.

(FOL)

Polícia começa a investigar Pitta

O inquérito para apurar supostos crimes cometidos pelo prefeito Celso Pitta, secretários e vereadores foi aberto oficialmente ontem. O delegado escolhido para comandar as investigações, Jorge Carrasco, ordenou

diligências para obter os dados iniciais das denúncias feitas contra Pitta. Carrasco, 46 anos, é titular da Delegacia Seccional Centro há um ano. Ele afirmou que Pitta e os secretários envolvidos nas denún-

cias da ex-primeira-dama Nicéa Camargo terão de depor na Polícia Civil. "Ainda não há datas marcadas", disse o delegado. O inquérito tem como principal objetivo apurar a suposta compra de votos de

vereadores para a aprovação de medidas favoráveis à prefeitura. Prefeito, secretários e vereadores negam as denúncias.

Carrasco já tem em mãos as listas anônimas que indicariam os pagamentos aos parlamentares. (CC)

São Paulo, 05 de Abril de 2000

54



Folha nº 51 do proc.

Nº 22 de 01

Adeino Clemente - Ass. Parlamentar

Agora SP Paulo pag 4

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo



No dia 27 de março, o prefeito Celso Pitta é carregado por aliados e seguranças. Entre eles estavam Francisco de Mola Neto, perdedor conhecido como China, Haroldo Mariano, perdedor filiado ao PTN, Major Altino, chefe da segurança, e Alberto Alves da Silva Filho, presidente da escola de samba Nene da Vila Matilde e atual diretor da Conhab.

Pitta toma as dores de secretário

O prefeito afirmou ontem que se sentiu ofendido com a busca feita pelo Ministério Público na casa do secretário de governo Carlos Augusto Meinberg.

"Ao entrarem na casa dele, entraram na minha. Ao remexer o armário do secretário com suas peças peças íntimas, eles mexeram no armário da minha casa", disse Celso Pitta.

Com um mandado de busca e apreensão, promotores vasculharam a casa e o gabinete do secretário na se-

mana passada e encontraram uma lista com nomes de vereadores supostamente envolvidos no esquema corrupção na prefeitura.

"Eu vou levar adiante um processo contra o MP (Ministério Público) porque foi uma medida truculenta e injustificada", disse.

Ele ainda comentou que o MP deveria se envergonhar de ter feito o que fez "simplesmente por causa de carta anônima".

Sobre o fato de estar sendo investigado pelo Ministério Público Federal por suspeita de crime de sonegação fiscal, o prefeito disse que essa será mais uma oportunidade para provar sua inocência.

As declarações foram dadas ontem durante inaugura-

ção do piscinão Rio das Pedras, na Freguesia do Ó (zona norte). No discurso, o prefeito foi vaiado por moradores da região.

Os vereadores Miguel Colasuonno (PMDB) e Viviani Ferraz (PL), aliados do prefeito, também compareceram ao evento, além de peruciros pró-Pitta.

(Sílvia Amorim)

São Paulo, 05 de Abril de 2000

55



Folha nº 52 do proc.

Nº 22 de 01

Adeino Cícero - Ass. Parlamentar

Diário Popular - pág. 5

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Lotação apreendida está livre de multa

ANTONIO LERIA

A Prefeitura recuou e não exige mais que os perueiros paguem as multas no ato da liberação dos lotações apreendidos pela fiscalização da São Paulo Transporte (SPTrans). "A multa agora será cobrada judicialmente em um segundo momento. Ela passará a fazer parte da dívida ativa da Prefeitura. A cobrança dessa dívida será feita pela Secretaria de Negócios Jurídicos", explicou o diretor do Departamento de Transportes Públicos (DTP), José Luiz Nakama.

A nova medida foi adotada quinta-feira. Agora, para liberar o lotação, o perueiro precisa pagar apenas as taxas de estadia no pátio da SPTrans e de reboque. O valor gira em tor-

no de R\$ 800. Com a multa, o perueiro pagava aproximadamente R\$ 3.900. A redução foi de 79,49%. O novo sistema de liberação foi adotado três dias após dois perueiros da Comissão Pró-Ampliação dos Perueiros na Cidade de São Paulo terem carregado o prefeito Celso Pitta em sua chegada à Prefeitura, depois de um final de semana tenso por causa de liminar que determinava seu afastamento do cargo.

Segundo Nakama, a medida foi tomada por causa da enxurrada de mandados de segurança contra o pagamento da multa. "De 25 de fevereiro a 25 de março recebemos 402 mandados, que nos obrigavam a liberar o lotação sem cobrar a multa. Em alguns dos casos, o juiz abonava inclusive o pagamento

das outras taxas", explicou Nakama. Segundo ele, além de causar prejuízo, as batalhas judiciais acabavam demandando um esforço improdutivo da assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Transportes.

"A cobrança da multa, no momento da liberação, servia como uma medida educativa. Com a Justiça nos obrigando a não cobrá-la, essa ação educativa deixou de existir. Por isso não havia motivo para continuarmos com aquele sistema de cobrança", afirmou Nakama. O diretor do DTP desvinculou a medida do apoio que os perueiros deram ao prefeito. "Foi uma decisão técnica", assegura. Ele, no entanto, reconheceu que o novo sistema foi colocado em prática após ter recebido ordem superior.

Dupla está sempre na Prefeitura

Considerados como os grandes responsáveis pelo recuo da Prefeitura na questão do pagamento, no ato, da multa dos lotações apreendidos, os perueiros Haroldo Mariano e Francisco de Mola Neto, o China, são pessoas fáceis de serem encontradas no Palácio das Indústrias, sede do governo municipal. A proximidade deles com o prefeito Celso Pitta é tanta que ontem estiveram ao seu lado na inauguração do piscinão Rio das Pedras, no Jardim Tiro ao Pombo, na Zona Norte.

Apesar de a diretoria do Departamento de Transportes Públicos (DTP) afirmar que a mudança na cobrança das multas

tem apenas fundamentos técnicos, a medida teria sido adotada após reunião entre os dois perueiros — que fazem parte da Comissão Pró-Ampliação dos Perueiros na Cidade de São Paulo — e o secretário municipal de Transportes, Getúlio Hanashiro. O DIÁRIO POPULAR procurou o secretário para confirmar a informação, mas sua assessoria de imprensa informou que ele estava ocupado, com a agenda cheia.

Haroldo, além de ser integrante da comissão, é filiado ao PTN, partido do prefeito. Desde que as denúncias da ex-primeira-dama Nicéa Camargo vieram à tona, ele participou de

diversos atos pró-Pitta. Em um deles, em frente à Câmara Municipal, chegou a se envolver em uma pancadaria com manifestantes sem-teto que protestavam contra o prefeito.

Ele e China carregaram Pitta no ombro quando o prefeito reassumiu o cargo, em 27 de março. Frequentemente China é visto nos corredores da Prefeitura. Questionado sobre as visitas constantes, China diz que se trata de tentativas de reuniões com o secretário de Governo, Carlos Augusto Meinberg, em busca de conquistas para a categoria. Haroldo e China foram procurados para comentar a medida, mas não retornaram as ligações.



Pitta cancela medida que causou 'guerra' dos perueiros

Para categoria, decisão é ato de desespero do prefeito para garantir apoio

VALÉRIA ROSSI

A Prefeitura decidiu abolir a medida que provocou a chamada guerra dos perueiros nos primeiros meses deste ano em São Paulo. Desde a semana passada, três dias depois de o prefeito Celso Pitta (PTN) voltar ao cargo e ao Palácio das Indústrias e ser carregado nos ombros por líderes de perueiros, deixou de valer a decisão de cobrar uma multa de R\$ 3.192,30 para a liberação de lotações apreendidos.

Com a determinação da semana passada, o perueiro fica isento da multa até a data de licenciamento do carro. Para retirar o veículo, ele só precisa saldar algumas taxas, que somam em média R\$ 800,00. Exatamente como era antes da medida tomada em janeiro que foi o estopim de inúmeros incidentes, acidentes, incêndios em ônibus e um bate-boca interminável do prefeito com o governador Mário Covas para a liberação da Polícia Militar no combates peruas clandestinas.

Para os perueiros, a liberação da multa é uma maquiagem. Eles têm certeza de que o adiamento na quitação da multa para liberar as peruas clandestinas é um ato de desespero do prefeito para obter o apoio da categoria. Para eles, a estratégia de rolar a dívida para a data de licencia-

mento dos carros não passa de uma manobra eleitoreira.

"O prefeito está tão mal das pernas que agora resolveu dar uma de bonzinho para conseguir nosso apoio", disse o fiscal dos perueiros da região sul, Lourival Zacarias Alves, de 37 anos. O fiscal ressaltou que os perueiros não se

enganam com a "pseudo-anistia" promovida pela administração.

Alves e, pelo menos, mais 20 perueiros, que estavam em um estacionamento da zona sul, usado como terminal pelos perueiros, lamentaram a posição de alguns companheiros.

Eles acusaram os perueiros Haroldo Mariano e Francisco de Mola Neto de liderar uma minoria em favor do prefeito.

Para o perueiro Exupério Silva, de 30 anos, Neto e Mariano comportam-se como cabo eleitorais de Pitta. "Eles foram comprados e

mudaram de lado, são traidores", disse.

A dupla vem marcando presença em vários eventos ao lado do prefeito.

Alternativa - Silva disse que a orientação é para que os perueiros continuem recorrendo à Justiça para liberarem

seus carros. "Essa multa de mais de R\$ 3 mil é ilegal e o prefeito sabia disso o tempo todo." Para Irineu Aparecido, de 62 anos, essa é mais uma estratégia da Prefeitura para arrancar dinheiro dos perueiros.

"A gente tira o carro, volta para rua porque precisa e tem o carro apreendido novamente", afirma. "Vamos começar a acumular multas e mais multas." Aparecido disse que está há seis meses sem trabalhar e teme voltar às ruas. Segundo ele, as blitz da Prefeitura estão cada dia mais frequentes. "Eles querem ver todo mundo enforcado para que ninguém tenha chance de ganhar a concorrência."

Propostas - A entrega com as propostas para concorrência do transporte alternativo da cidade será no dia 17.

"Nem tenho ilusões, a administração do Pitta é um jogo de cartas marcadas", disse Aparecido.

Até os perueiros que têm alvará para circular na cidade contestaram a medida do prefeito. Para José da Rocha, de 37 anos, o prefeito perdeu o controle da situação. "Ele está tentando agradar para ganhar apoio."

Rocha alega que esse adiamento deve ser prolongado até as eleições. "Depois os perueiros pagam a multa ou perdem seus carros."

O secretário dos Transportes, Getúlio Hanashiro, disse que a medida foi tomada por "razões técnicas" (leia nesta página).



Folha nº	54	do proc.
Nº	92	de 01

Ademir Cícero - Dep. Parlamentar.
RF. 100.406

'Temos de dar todo o apoio que ele precisar', afirma líder

*Haroldo Mariano
lamenta posição
dos outros
"companheiros"*

O membro da Comissão Pró-Ampliação do Sistema de Lotação da Cidade de São Paulo, Haroldo Mariano, admite seu apoio ao prefeito Celso Pitta (PTN). Segundo ele, Pitta foi o único prefeito de São Paulo a se preocupar com o transporte alternativo na cidade.

Ele lamenta a posição dos outros perueiros. Mariano alega que os "companheiros" não têm capacidade para ana-

lisar a boa administração feita pelo prefeito. "Eu faria campanha para ele se reeleger", afirmou.

De acordo com Mariano, o edital da Prefeitura vai abrir 4.042 vagas dire-

tas e mais 20 mil indiretas. "Isso é fantástico e temos de dar todo o apoio que o prefeito precisar." Ele ainda ressaltou que, se não fosse a oposição, São Paulo teria sua melhor administração. "O Pitta foi o único a enfrentar o monopólio das empresas de ônibus e está aumentando o número de peruas na rua."

Apesar de admitir o apoio à Prefeitura, o perueiro nega

ter interferido na decisão do prefeito de adiar o pagamento dessas multas.

Ele também contesta as afirmações dos companheiros que o acusam de receber suborno em troca do apoio. "Faço isso por livre e espontânea vontade", disse.

Mariano afirma que o único pedido da comissão era para que Prefeitura realizasse um censo entre os perueiros, com o objetivo verificar as condições de cada um deles. "Mas isso não foi aprovado."

O líder da comissão, Francisco de Mola Neto, não foi localizado pelo Estado para comentar as denúncias dos

perueiros. Neto e Mariano são vistos com frequência na Prefeitura, desde que o prefeito derrubou a liminar que o afastava da administração.

**"EU FARIA
CAMPANHA
PARA ELE SE
REELEGER"**

Vaias - Os dois também estavam ao lado do prefeito, no palanque, durante a inauguração do Piscinão Rio das Pedras, na Vila Penteado, zona norte. Segundo alguns funcionários da Prefeitura, que não quiseram identificar-se, é comum a presença dos perueiros no Palácio das Indústrias. Segundo Mariano, as visitas são para tratar negócios relacionados ao transporte alternativo. (V.R.)



Aprovação dos lotações diminui em São Paulo

Pesquisa foi realizada antes do acirramento da chamada guerra dos perueiros

RICARDO MENDONÇA
Especial para o Estado

A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) divulgou ontem uma informação animadora para os donos de empresas de ônibus urbano em São Paulo: os lotações têm perdido credibilidade com a população.

A conclusão foi tirada a partir dos resultados da tradicional Pesquisa de Imagem dos Transportes na Região Metropolitana de São Paulo. O instituto LPM ouviu 2 mil pessoas em dezembro, um mês antes do acirramento da guerra dos perueiros contra os empresários de ônibus.

Ônibus – A novidade que essa pesquisa traz é um fenômeno que nunca havia sido observado anteriormente: a aprovação dos ônibus na população está maior que a dos lotações (64% de bom e excelente, ante 55%). Na pesquisa com os passageiros de cada modalidade, no entanto, os lotações continuam na frente. Têm 70%, ante 67% dos ônibus.

O presidente da associação, Rogério Belda, disse que, ao analisar os "indicativos" desse levantamento, é seguro afirmar que a avaliação que a população faz dos lotações não está mais tão à frente da feita sobre os ônibus urbanos.

Mas, segundo ele, os dados dessa pesquisa não podem ser comparados diretamente com as informações dos levantamentos anteriores porque os objetivos e as metodologias são diferentes.

Trens – Confirmando uma tendência que já havia sido observada nas pesquisas anteriores, os trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) passam por uma fase de recuperação de imagem. Eles já estão em níveis semelhantes aos dos ônibus e dos lotações.

Pela primeira vez, a ANTP incluiu na pesquisa o transporte por carros particulares. Foi o meio mais aprovado pela população. Uma das conclusões da pesquisa é que quanto mais o transporte se aproxima do "individual", mais aprovação ele tem.

Em último lugar ficaram os ônibus bairro-a-bairro, que, segundo Belda, ainda vistos como clandestinos.

Prefeito diz que as multas criaram indústria de liminar

Segundo Pitta, houve 402 ações judiciais entre 25 de fevereiro e 25 de março

MAURÍCIO MORAES

O prefeito Celso Pitta (PTN) afirmou que não há nenhuma relação entre o apoio que tem recebido de perueiros e a mudança no pagamento das multas de apreensão de lotações. Segundo ele, a obrigatoriedade de quitar a dívida na retirada do veículo foi suspensa porque deu origem a uma "indústria de liminares". Pitta disse que, no último mês, centenas de motoristas conseguiram mandados de segurança para liberar as peruas.

De acordo com o prefeito, houve 402 ações judiciais, entre 25 de fevereiro e 25 de março, que conseguiram a liberação sem pagamento de multas ou com pagamento parcial. Isso teria motivado a decisão da Secretaria dos Transportes de adiar a quitação da multa – estipulada em R\$ 3.192,30 – para a data do licenciamento. "Os perueiros sabiam que podiam ir a qualquer escritório de advocacia para retirar o veículo", justificou Pitta.

O secretário dos Transportes, Getúlio Hanashiro, assegurou que os perueiros não ficaram isentos do pagamento. "Eles não foram anistiados." Hanashiro afirmou que está tentando firmar convênio com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para que o órgão faça a cobrança. Caso não consiga o acordo, há o risco de todas as multas acabarem como parte da dívida ativa do Município. Segundo ele, isso resultaria na demora ainda maior para a quitação.

Eliminação – O secretário salientou que todos os perueiros que estiverem irregulares podem ser excluídos da licitação do serviço. O prazo de entrega das propostas vai até o dia 17. "Quem não tiver quitado, não poderá obter o alvará", garantiu.

Hanashiro explicou que as liminares obtidas pelos motoristas de lotação estão sendo contestadas na Justiça.

A cobrança da multa na retirada do veículo teve curta duração: passou a valer no dia 20 de janeiro e foi revogada na semana passada. Hanashiro disse que a decisão foi uma medida de rotina operacional, que não requer sua assinatura nem autorização do prefeito.

“OS PERUEIROS NÃO FORAM ANISTIADOS”

Pitta nega favorecimento a perueiros em troca de apoio

Prefeito disse que não há relação entre 'recepção calorosa' com mudança na regra, que causou estranheza a vereador da oposição. Após a alteração, liberações aumentaram

O prefeito Celso Pitta (PTN) negou ontem qualquer favorecimento a perueiros clandestinos com a alteração na regra de pagamento das multas por apreensão. A mudança, que permite a retirada do veículo sem efetuar o pagamento no ato, foi decretada na quinta-feira, um dia depois de o secretário dos Transportes, Getúlio Hanashiro, ter se reunido com perueiros. O grupo era liderado por Haroldo Mariano e Francisco Mola Neto, o *Chinã*. Os dois carregaram Pitta nos ombros em seu retorno à Prefeitura, na semana passada.

"Ele está acendendo uma vela para Deus e outra para o diabo. É pura politicagem", acusou o vereador Devanir Ribeiro (PT), presidente da Comissão de Transportes da Câmara. Segundo ele, a mudança seria uma tentativa de Pitta manter o apoio do único grupo que o defende nas ruas e conseguir ainda a simpatia de outros perueiros. "Ao mesmo tempo, ganha o apoio dos empresários de ônibus na licitação. As vésperas da eleição, imergulhado na lama, ele está sinalizando para todos os lados", afirmou. "Quem está se afogando agarra-se em qualquer coisa."

Indústria de liminares

Considerado pelo governador Mário Covas (PSDB) o responsável pelo aumento abusivo das lotações (que triplicaram na gestão Pitta), o prefeito garante que não há favorecimento a nenhum grupo. "Não existe relação entre a recepção calorosa e a mudança de procedimento. Isto se deve apenas à formação de uma indús-

tria de liminares", garantiu o prefeito, referindo-se ao excessivo número de mandados judiciais obtidos pelos perueiros para a liberação. Estopim da "guerra de perueiros" que aterrorizou a Capital, a obrigatoriedade do pagamento de multa (R\$ 3.192,30) para a retirada dos lotações era inconstitucional.

Acompanhando o prefeito na coletiva, Hanashiro garantiu que a secretaria está em busca de um novo sistema de arrecadação, conforme havia adiantado ao JT anteontem. "Um novo sistema já está em estudo em parceria com a Prodam. Estamos tentando um convênio para incluir essas multas no Detran", explicou. No ano passado, o Detran deixou de cobrar essas mesmas multas, alegando não se tratar de infrações de trânsito.

"É importante frisar que o pagamento continua a ser feito no ato", alertou Hanashiro. O valor das taxas chega a R\$ 795,58. Mesmo assim, o recuo da Prefeitura provocou uma corrida de perueiros ao pátio da São Paulo Transportes (SPTrans). Na sexta-feira, o número de peruas liberadas sem licitação foi seis vezes maior à ocorrida na quarta-feira, dia anterior à mudança - saltando de 13 para 80.

Leandro Cipoloni

'Foi uma manobra eleitoreira'

Para perueiros, adiar o pagamento de multas não passa de estratégia do prefeito para conseguir apoio da categoria

"A liberação da multa é uma maquiagem." A afirmação parte de perueiros, para quem o adiamento na quitação das multas para liberar peruas clandestinas não passa de um ato de desespero do prefeito para obter o apoio da categoria. Segundo eles, a estratégia de rolar a dívida para a data de licenciamento dos carros não passa de uma manobra eleitoreira. "O prefeito está tão mal das pernas que agora resolveu dar um de bonzinho para conseguir apoio", disse o fiscal dos perueiros da região sul, Lourival Zacarias Alves, de 37 anos.

Alves e mais 20 perueiros, que estavam num estacionamento da Zona Sul, usado como terminal de lotação, lamentaram a posição de alguns companheiros.

Eles acusam os perueiros Haroldo Mariano e Francisco de Mola Neto de liderarem uma minoria em favor ao prefeito. Para o perueiro Exuperio Silva, de 30 anos, Neto e Mariano estão se comportando como cabo eleitorais de Pitta. "Eles foram comprados; mudaram de lado; são traidores."

O membro da Comissão Pró-Ampliação do Sistema de Lotação da Cidade de São Paulo, Haroldo Mariano, admite seu apoio ao prefeito Celso Pitta (PTN). Segundo ele, Pitta foi o único prefeito de São Paulo a se preocupar com o transporte alternativo na cidade. Ele lamenta a posição dos outros perueiros. Mariano alega que os "companheiros" não têm capacidade para analisar a boa administração feita pela prefeitura. "Eu faria campanha para ele se reeleger."

Segundo ele, o edital da Prefeitura vai abrir 4.042 vagas diretas e mais 20.000 indiretas. "Isso é fantástico e temos de dar todo o apoio que o prefeito precisa." Ele ainda ressalta que, se não fosse a oposição, São Paulo teria sua melhor administração. "Pitta foi o único a enfrentar o monopólio das empresas de ônibus e está aumentando o número de peruas na rua." Apesar de admitir o apoio, ele nega ter interferido na decisão do prefeito de adiar o pagamento das multas.



Burocracia adia retirada de lotações apreendidos

A decisão da Prefeitura de não cobrar a multa dos perueiros no ato da liberação dos lotações clandestinos acabou não surtindo efeito prático nenhum. Essa é a opinião da grande maioria dos perueiros que foram ontem ao pátio da São Paulo Transporte (SPTrans), no Pari, Centro, para tentar recuperar seus veículos. Mais de 200 perueiros foram ao local, mas somente 85 foram agendados para serem atendidos hoje. Segundo a SPTrans, há mais de 3 mil peruas no pátio.

Quem está com a perua apreendida desde fevereiro tem de pagar mais de R\$ 3.000 por causa do acúmulo de diárias. Já os que tiveram os veículos apanhados pela fiscalização em abril não conseguem agendar a retirada por causa do sistema adotado pela SPTrans, que privilegia o agendamento dos carros que estão há mais tempo apreendidos.

Francisco Almeida Silva, de 49 anos, por exemplo, teve sua Sprinter branca placas CNI 2360, de São Paulo, apreendida em 19 de fevereiro. Agendou a retirada do carro para hoje, mas já adiantou que não vai pegá-lo por causa do valor que terá de pagar: R\$ 3.084,58 (R\$ 760,74 de remoção, 47 diárias e meia — a 48,68 cada — e o restante de outras duas taxas). "Onde vou arrumar esse dinheiro. Que adianta tirar a multa se



MÁRIO não consegue Topic

continuar cobrando taxas abusivas", protestou Francisco.

Já Mário Luiz Santos, de 46 anos, que teve sua Topic placas CLT 8590, de São Paulo, apreendida no sábado, contou que desde segunda-feira está tentando, sem sucesso, agendar a retirada. "Eles chamam o pessoal flagrado em janeiro, fevereiro e março. Quando está no pessoal do dia 30 de março, param de chamar. Por causa do sistema, minha dívida sobe. O duro é que tenho o dinheiro para tirar o carro e não deixam", protestou, mostrando um maço de dinheiro para provar que teria como pagar. Mário ficou irritado ao ser informado por um funcionário da SPTrans, que se identificou como Moisés, às 16h, que não haveria mais agendamento ontem.

Pitta nega retribuição a apoio recebido

O prefeito Celso Pitta negou que a decisão de adiamento do pagamento das multas esteja ligada ao apoio que os membros da Comissão Pró-Ampliação dos Perueiros da Cidade de São Paulo, Haroldo Mariano e Francisco de Mola Neto, vêm dando à sua administração. Segundo ele, a decisão foi exclusivamente técnica. Pitta justificou a decisão como combate à "indústria de liminares". Segundo Pitta, desde que o pagamento da multa na hora da liberação das peruas começou a vigorar, 402 ações judiciais beneficiaram a categoria com a isenção da multa, sendo que 124 delas determinaram inclusive o não-pagamento da taxa de remoção e da estadia.

Secretário quer vans sem multa na concorrência

O secretário municipal de Transportes, Getúlio Hanashiro, disse não acreditar que o não-pagamento, na hora, da multa das peruas apreendidas seja estímulo ao loteamento clandestino. "Não estamos falando de isenção da multa, mas sim adiamento do pagamento. Prova disso é que, para se inscrever no novo processo de licitação, o perueiro terá de apresentar as multas do veículo quitadas", disse Hanashiro. A intenção da Prefeitura, segundo secretário, é vincular o pagamento dessa multa ao licenciamento dos veículos junto ao Detran, que, no entanto, não considera essa infração como sendo de trânsito. "Estamos buscando um convênio com o órgão", acrescentou.



Hanashiro admite ter alterado multa sem lei ou portaria

Para secretário, decisão foi administrativa; questão causa dúvidas entre advogados

O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, admitiu ontem ter alterado a forma de cobrança da multa paga pelos donos de lotações apreendidas pela São Paulo Transporte (SPTrans) sem usar nenhum tipo de lei, decreto ou portaria. A questão, polêmica, provocou dúvidas entre advogados consultados ontem pelo Estado. De acordo com Hanashiro, a decisão foi meramente administrativa e adotada a partir de sugestão de técnicos da secretaria e da SPTrans.

Desde 20 de janeiro, o dono do loteação apreendido tinha de pagar multa de R\$ 3.192,30 à SPTrans no momento da liberação do veículo. No começo da semana, Hanashiro determinou que o percuero pode retirar o carro só com o pagamento das taxas de estadia e de acertos burocráticos cobradas pela SPTrans. A multa continua a valer, mas, provavelmente, só será paga no licenciamento do veículo no Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

O advogado Diógenes Gasparini disse que a melhor forma de alterar o modelo da cobrança seria por meio de lei. Mas ele concordou que as mais de 400 liminares recebidas pelo secretário pedindo a liberação de lotações é um forte argumento em favor de Hanashiro.

O diretor jurídico do sindicato das empresas de ônibus de São Paulo, Transurb, Antonio Sampaio Amaral Filho, criticou a forma como a secretaria divulgou as mudanças. "Ficou parecendo que liberou geral."

O prefeito Celso Pitta repeliu o argumento de Hanashiro. "Não foi nada assinado pelo prefeito", disse. "Isso é procedimento administrativo do âmbito da SPTrans e da secretaria, com o qual eu não me envolvo." (Ricardo Mendonça, especial para o Estado)

Remuneração baseia-se em planilha velha

Segundo documento, são 121 milhões de passageiros por mês, mas total real é de 90 milhões

A remuneração das empresas de ônibus, até janeiro, era baseada apenas numa planilha de custos emitida pela São Paulo Transporte (SPTrans) em dezembro de 1998 (o último reajuste da tarifa ocorreu em janeiro do ano passado). O sistema usa agora o parâmetro de passageiro transportado multiplicado por R\$ 1,14. Mas, segundo o presidente da SPTrans, Pedro Luiz de Brito Machado, a planilha ainda é usada como referência.

Embora a empresa garanta que é feita reavaliação a cada três meses pela Fipe, a SPTrans apresentou ao Estado como válida a planilha de dezembro de 1998. Ela usa como base números que já mudaram e, segundo o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transporte, davam a oportunidade de os empresários aumentarem seus lucros.

Pela planilha, a demanda de

passageiros é de 121 milhões ao mês e a frota em circulação, de 10.640 ônibus. Mas o número de passageiros transportados ao mês está em torno de 90 milhões e os veículos são 10.400.

Segundo o sindicato, há manobras possíveis nos itens que dizem respeito aos funcionários necessários para cada ônibus. Segundo o assessor da Diretoria João Batista de Souza, encarregado de acompanhar as planilhas, entre o setor de operação (motoristas, cobradores e fiscais) e de manutenção, estão previstos 6,31 funcionários por ônibus. "São 65.624 pessoas, mas a categoria não passa de 45.000 na capital."

A diferença é explicada pelo pagamento de horas extras para cobrir as jornadas em vez da contratação de mais funcionários. "Na planilha há previsão de cestas básicas, vales-transporte e seguro para todos, o que não é pago", disse Souza. "As

horas extras correspondem a 20% da folha de pagamento."

Levando-se em conta R\$ 160,00 de vale-refeição por pessoa, R\$ 32,79 por cesta básica, R\$ 3,70 de seguro, serão R\$ 3.929.800,00 por mês de recursos previstos a mais na planilha. Descontados os 20% que estariam sendo pagos de hora extra, sobram R\$ 3.143.840,00 mensais, sem contar que a frota atual tem 240 veículos a menos.

MANOBRAS
BENEFICIAM
EMPRESAS, DIZ
SINDICATO

"Esses números são briga antiga do Sindicato dos Motoristas", disse o diretor-jurídico do Sindicato das Empresas de Ônibus (Transurb), Antonio Sampaio Amaral Filho. "A planilha é um parâmetro e não há como ser exata", afirmou. Ele salientou que, nesse período, ocorreram vários aumentos de diesel e de itens de manutenção que não foram repassados. "É essa gordurinha, como a da cesta básica, que ajuda a cobrir os custos extras." (M.F.)



Multas de perueiros: perdão polêmico

Secretário Getúlio Hanashiro garante que não houve barganha com apoio a Pitta, mas que decisão foi tomada por pressão de liminares

O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, admitiu ontem ter alterado a forma de cobrança da multa paga pelos donos de lotações apreendidas pela São Paulo Transporte (SPTrans) sem usar nenhum tipo de lei, decreto ou portaria. A questão polêmica, provocou dúvidas entre advogados consultados ontem pelo JT. De acordo com Hanashiro, a decisão foi meramente administrativa e adotada a partir de sugestão de técnicos da secretaria e da SPTrans.

Desde 20 de janeiro, o dono do loteamento apreendido tinha de pagar multa de R\$ 3.192,30 à SPTrans no momento da liberação do veículo. No começo da semana, Hanashiro determinou que o perueiro pode retirar o carro só com o pagamento das taxas de estadia e de acertos burocráticos cobradas pela SPTrans. A multa, contudo, não vai valer, mas, provavelmente, só será paga no licenciamento do veículo no Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

O advogado Diógenes Gasparini disse que a melhor forma de alterar o modelo da cobrança seria por meio de lei. Mas ele concordou que as mais de 400 liminares recebidas pelo secretário pedindo a liberação de lotações são um forte argumento em favor de Hanashiro.

O diretor jurídico do sindicato das empresas de ônibus de São Paulo, Transurb, Antonio Sampaio Amaral Filho, criticou a forma como a secretaria divulgou as mudanças. "Ficou parecendo que 'liberou geral'".

O prefeito Celso Pitta repetiu o argumento de Hanashiro. "Não foi nada assinado pelo prefeito", disse. "Isso é procedimento administrativo do âmbito da SPTrans e da secretaria, com o qual eu não me envolvo."

Blitze diferentes

Houve mudanças também nas blitzes contra lotações. Ontem, os fiscais da SPTrans demonstraram estar mais "lights" em relação às perseguições aos perueiros. Uma das blitzes da tarde durou apenas duas horas e foi feita sem a companhia da tropa da Guarda Civil Metropolitana (GCM). O resultado foi a apreensão de uma só perua. Mas, nem tudo mudou: os fiscais continuam a ignorar as leis de trânsito e ainda agem com certa truculência aos clandestinos.

As 17h iniciou a blitz com os fiscais e os policiais da CPTran, que seguiram para a Zona Norte. Os outros fiscais se dirigiram para a região Leste, mas apreenderam apenas uma lotação que tentou fuga. Depois de rodarem várias vezes pelas mesmas ruas, eles resolveram se juntar ao outro grupo de fiscais que acompanhava a CPTran, na Zona Norte. Por volta das 19h, a blitz terminou e o saldo do dia foram sete apreensões, sendo que o motivo de uma foi a falta de licenciamento e má estado de conservação.

Xuxa, a amiga loira do prefeito

Muito se especulou sobre uma suposta amante loira de Celso Pitta. Inclusive, segundo se comenta, teria sido ela o estopim da deflagração das denúncias da primeira-dama, Nicéa, motivada por uma violenta crise de ciúmes. Cogitaram-se nomes, como o da socialite Marina de Sabrit. Nada foi provado, mas os boatos continuam.

Quem acompanha as aparições em público de Pitta sabe que, de fato, uma loira está sempre ao lado do prefeito. Trata-se de Cláudia Augusto Paes, a Xuxa, fiel escudeira de Pitta. Mas ela adianta: são apenas bons amigos. "Já o pedi em

casamento. Mas ele recusou", brinca. Aos 40 anos, Xuxa está desempregada e trabalha apenas para conseguir ajuda para a comunidade do Jardim São Luís, na Zona Sul, onde reside há 16 anos. Ontem, deslocou-se até o Jabaquara para acompanhar a inauguração do novo piscinão. Mas, garante, vale a pena: "A recompensa que vem depois é muito maior". Graças ao estreito relacionamento com o prefeito, afirma ter conquistado inúmeros favorecimentos. "Dentre outras coisas, já consegui enterrar várias pessoas totalmente de graça em cemitérios públicos", conta.

Ela afirma que, atendendo a seus pedidos, o prefeito sempre vai à comunidade, principalmente em datas festivas. "No Natal, por exemplo, ele deu mais de 10 mil brinquedos para que eu distribuisse para as crianças da comunidade", lembra.

Segundo ela, a Prefeitura fornece ônibus gratuito para as crianças do bairro "passarem no Ibirapuera". "Para mim, ele é um santo." (L.C.)



Licitação de lotações tem início adiado para maio

ANTONIO LERIA.

A licitação dos perueiros da Capital, que deveria ter sido iniciada dia 4, foi empurrada para maio. Ontem, a São Paulo Transporte (SPTrans) adiou pela segunda vez a data de entrega dos envelopes com a documentação exigida e proposta técnica (com dados que comprovam a experiência do motorista e as características do veículo). O novo adiamento foi pedido pelo Sindicato dos Perueiros (Sindlotação) por causa da dificuldade que os associados têm encontrado para providenciar os documentos.

Segundo a SPTrans, o primeiro adiamento, do dia 4 para o dia 17, aconteceu porque havia muitas dúvidas de perueiros e o novo prazo serviria para esclarecê-las. Além disso, a empresa não tinha conseguido definir um local para a entrega dos envelopes. Depois, conseguiu que lhe fosse cedido o estádio do Pacaembu. A expectativa é que entre 20 mil e 25 mil perueiros concorram às 4.042 vagas oferecidas pela licitação.

"Vínhamos pedindo o novo adiamento havia vários dias. Nossos associados estão encon-

trando dificuldades principalmente para conseguir a Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários, que são emitidos pela Secretaria Municipal de Finanças. A própria Prefeitura não está conseguindo atender a demanda de pedidos", afirmou o presidente do Sindicato dos Perueiros, José

Célio dos Santos. Outro documento que está dando trabalho, segundo José Célio, é a cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF), obtido junto ao Ministério da Fazenda.

O sindicalista afirma que a SPTrans deveria dar um prazo de mais 50 ou 60 dias para que os perueiros possam pro-

videnciar a documentação, mas a empresa pretende marcar a nova data antes disso. A intenção da SPTrans é adiar o processo por três semanas. Só não foi marcada uma nova data para a entrega dos envelopes porque a empresa precisa verificar quando o estádio do Pacaembu vai estar disponível.

EMTU não consegue fiscalizar peruas

A Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU) tem 16 agentes para fiscalizar perueiros e empresas de ônibus responsáveis pelas linhas intermunicipais das 39 cidades da Grande São Paulo: menos de meio fiscal por município. "Pedimos à Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos a contratação de mais 48 agentes, mas isso depende de concurso público",

afirmou Luís Américo Soares, chefe do Departamento de Fiscalização da EMTU.

A falta de fiscalização é um dos pontos principais que a Associação das Empresas de Transporte Coletivo do ABC (AETC/ABC) argumenta para não aceitar a legalização de perueiros na região. "A legalização é política. O poder público não tem como fiscalizar", afirmou Francisco Bernardino

Ferreira, gerente jurídico da associação, que tem 26 associadas nos sete municípios.

Os perueiros que fazem linhas intermunicipais serão legalizados pelo projeto Orca (Operadores Regionais de Coletivos Autônomos), que exige que o perueiro assine contrato com uma empresa de ônibus, que determina em que linha o lotação será usado. Segundo a EMTU, foram

encaminhados às empresas do ABC 30 perueiros. "Ao final, deverão estar trabalhando na região 150 lotações", afirmou o chefe de fiscalização da EMTU.

"As empresas não assinaram contrato com nenhum dos 30 perueiros e não pretendemos assinar. Sem isso, não há como eles trabalharem legalmente", afirmou o gerente jurídico da associação.



Grupo pró-Pitta invade sindicato

Epitácio Pessoa/AE

Cerca de 30 perueiros simpatizantes do prefeito invadiram sede no Pari, cuja diretoria é contrária ao prefeito. Foram parar na delegacia

O impeachment do prefeito Celso Pitta também divide os perueiros. O SindLotação, o maior sindicato da categoria, liderado por favoráveis ao impeachment, teve sua sede invadida e depredada, ontem, no Pari, por cerca de 30 manifestantes da oposição dentro da categoria, que apóia o prefeito. Os manifestantes, liderados por Haroldo Mariano, Francisco de Mola Neto, o *China* e Paulo Roberto dos Santos, o *Batata*, tentaram tomar a sede do sindicato às 12h. Um segurança chegou a apontar arma de brinquedo ao grupo. Portas foram quebradas e móveis atirados ao chão, mas ninguém se feriu.

O presidente do sindicato, José Célio dos Santos, contrário a Pitta, foi prestar queixa da invasão no 12.º DP, acompanhado de dois seguranças e vestindo colete à prova de balas. "Ainda não recebi nenhuma ameaça, mas esse pessoal está agindo com animosidade." Os opositores têm incitado os demais membros da categoria contra o presidente, alegando que Célio ficou com o dinheiro pago para que o sindicato providenciasse documentos para a licitação, ainda não entregues à Prefeitura. "Queremos que sejam investigadas as contas do sindicato e que o presidente seja afastado", falou Mariano. Célio acusa os colegas favoráveis a Pitta e o vereador Natalício Bezerra (PTB) de oportunismo. Representante dos taxistas, Bezerra chegou a dizer pela manhã que preferia a permanência do prefeito no cargo porque o vice, Régis de Oliveira (PMN), defendia em seu escritório de advocacia grupos de perueiros, categoria contrária à dos taxistas.

Pela manhã, Natalício afirmara que o objetivo de sua participação na Comissão de Admissibilidade era defender os interesses de sua categoria. "É política-gem. Ele arrumou uma desculpa para apoiar o Pitta", disparou Mauro Nogueira, diretor do SOS Lotação. À tarde, no entanto, depois de pressionado pela oposição, Bezerra voltou atrás e garantiu que irá votar a favor das investigações contra Pitta.

Os líderes perueiros acreditam que Bezerra, pela manhã, buscou uma justificativa para uma eventual decisão de votar a favor do prefeito.

Leandro Cipoloni e
Bruno Della Latta



AP010: Pitta (em visita a obras do Viaduto Antartica) divide os perueiros



Perueiros quebram sede do sindicato

ANTONIO LERIA

O Sindicato dos Perueiros de São Paulo (Sindlotação), na rua Cachoeira, 699, Pari, região central, foi palco de quebra-quebra e correria na manhã de ontem, quando mais de 50 donos de lotações entraram em conflito com seguranças do presidente da instituição, José Célio dos Santos.

Os perueiros queriam saber o destino que o sindicato deu ao dinheiro que eles pagaram para que a entidade providenciasse os documentos necessários para participarem da licitação que vai regulamentar 4.042 lotações na Capital.

O clima de tensão se instalou no sindicato desde segunda-feira, quando integrantes da Comissão Pró-Ampliação dos Lotações na Cidade de São Paulo, organizaram manifestação em frente à instituição. "O sindicato cobrou R\$ 80 para providenciar a documentação e R\$ 690 para entrar com ação contra a licitação. Mais de 1.200 perueiros pagaram e não receberam a documentação. As denúncias que nos fizeram foi de que esse dinheiro foi desviado", afirmou Haroldo Mariano, que lidera uma parte da categoria.

José Célio rebateu as acusações de sumiço de verbas. "Contratamos uma empresa para providenciar esses documentos, mas eles não fizeram o serviço. Por isso, nos últimos dias, tenho ido direto à São Paulo Transporte (SPTrans) para adiar a data de entrega desses documentos. Conseguimos isso ontem (segunda-feira) e vamos entregar os documentos a todos que pagaram", garantiu o sindicalista. Segundo ele, Haroldo e Francisco de Mola Neto, o China, também da comissão pró-ampliação,

promoveram o quebra-quebra no sindicato. "Eles incitaram as pessoas com falsas denúncias porque querem me tirar à força da presidência", alegou José Célio.

A confusão no sindicato acabou no 12º DP (Pari), onde as versões de como o tumulto começou também eram

as mais diversas. "Aceitei receber uma comissão de 17 perueiros para explicar a situação, mas pedi para os seguranças revistarem todos. Nesse momento, o Haroldo e o China incitaram as pessoas a invadir", afirmou José Célio.

Já Haroldo garantiu que a confusão começou na recep-

ção do sindicato. "Mais de 50 pessoas estavam pedindo explicações e um segurança sacou um revólver, dando início ao corre-corre", disse. O segurança seria Kléber Ribeiro, que não foi encontrado pela Polícia. O suposto revólver era uma arma de brinquedo apreendida pela Polícia.

Acusações marcam disputa

Troca de acusações e excesso de vaidade marcam a disputa pela liderança dos perueiros em São Paulo. Isso pôde ser sentido, na tarde de ontem, no 12º DP (Pari), onde foram parar três das principais lideranças da categoria por causa do tumulto na sede do sindicato. "Eles só ficam puxando o saco do prefeito. Estão desesperados", disparava o presidente do sindicato, José Célio dos Santos, referindo-

se a Haroldo Mariano e Francisco de Mola Neto, o China, ambos da Comissão Pró-Ampliação dos Lotações. Desde segunda-feira, José Célio usa colete à prova de balas. "Venho recebendo ameaças de morte", garante.

Já a dupla rebatia as afirmações de José Célio com denúncias de irregularidades no sindicato. China, que se negou a falar com a imprensa, chegou a dizer ao celular que

José Célio só era presidente do sindicato por ter utilizado artifícios irregulares. "O mandato dele terminou em 1999 e ele conseguiu estendê-lo até 2001", dizia. Já Haroldo afirmava que os integrantes da comissão receberam denúncias de desvio de mais de R\$ 3 milhões no sindicato. "Há irregularidades que já estão sendo investigadas pela Polícia e pelo Ministério Público", afirmou.



Folha nº 03 do proc.

Nº 22 de 01

Ademir C...

Parlamentar

Diário Popular-pág. 4.1

Assessoria do Imprensa da Presidência

Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Sindicato dos perueiros quer mais tempo para entregar propostas

O presidente do Sindicato dos Perueiros (Sindlotação), José Célio dos Santos, reclamou ontem do novo prazo dado pela São Paulo Transporte (SPTrans) para a entrega das propostas de habilitação e técnica para a concorrência dos lotações. Foi estabelecido que os envelopes com as propostas deverão ser entregues em 15 de maio, no estádio do Pacaembu, entre 8h e 18h. Mas o sindicalista quer mais tempo para obter documentos que, por causa da burocracia de alguns órgãos, demora muitos dias para ser emitido.

A data inicial para a entrega dos envelopes era 4 de abril. Foi adiada para o dia 17 e, a pedido do Sindlotação, houve nova suspensão. Queríamos adiamento por 45 dias. Com essa data, muitos perueiros não terão condições de providenciar a documentação necessária. Estávamos com dificuldades por causa do prazo pedido para a expedição das certidões de tributos mobiliários e imobiliários. A demora é de 10 dias úteis", disse Célio. O sindicalista afirmou que pedirá um novo prazo para a SPTrans.

Ônibus

A Secretaria Municipal de Transportes ainda não se definiu por uma nova data para entrega das propostas da concorrência pública para a prestação de serviços de ônibus. O processo licitatório havia sido interrompido por uma liminar concedida a pedido do Ministério Público, mas a secretaria conseguiu cassá-la no dia 19.

Antes de retomar o processo, a SPTrans tem de responder a outros dois pedidos de impugnação de natureza administrativa. A expectativa da secretaria é que até a semana que vem seja possível retomar os trabalhos e definir as datas de entrega das propostas.

Eleitor tem até terça-feira para regularizar título

O eleitor que pretende votar nas eleições municipais de 1º de outubro deve regularizar a situação até quarta-feira, dia 3 de maio. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), os cartórios eleitorais da Capital (41) e Interior (351) estão fazendo o alistamento eleitoral, transferência e segunda via de título eleitoral. Para evitar as tradicionais filas de última hora, as repartições vão trabalhar no final de semana e na segunda-feira, dia 1º de maio, feriado em homenagem ao dia do Trabalho.

Para fazer o alistamento, o eleitor terá de levar um documento de identidade original, comprovação de quitação militar e um comprovante de resi-

dência. Para fazer a transferência é preciso apresentar o título de eleitor; documento de identidade ou certidão de nascimento; comprovantes de votação ou de justificção que possuir; e comprovante de residência. Para a segunda via do título, é preciso apresentar um documento de identidade e comprovantes de votação ou justificção.

O eleitor da Capital que não souber o endereço do seu cartório poderá obter a informação pelo telefone 3277-1033. No sábado e domingo, os cartórios atenderão das 10h às 18h. De segunda-feira a quarta-feira, o horário de 8h às 18h. No Interior o horário será fixado pelos juizes. O TRE alerta também que será a última oportunidade para o eleitor, que teve seu título cancelado no final do ano passado por causa da revisão do eleitorado, votar em 1º de outubro.

DIÁRIO SINDICAL

Motorista vai a Brasília conversar com ministros

O presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo, Gregório Poço, estará hoje em Brasília para reuniões com os ministros da Justiça, José Gregori, e do Trabalho, Francisco Dornelles. Ao primeiro, ele vai pedir medidas contra a violência, que tem vitimado com frequência motoristas e cobradores da Capital. Já com Dornelles, cujo encontro ainda dependia de confirmação, o objetivo é reivindicar que a portaria que proíbe entradas nos ônibus vire lei — segundo a assessoria do ministério, ainda não há definição sobre o assunto. Enquanto isso, a categoria, que tem data-base em 1º de maio, segue em campanha salarial. Hoje, às 9h, haverá reunião com o Transurb, sindicato patronal. Está marcada assembléia para as 16h, que poderá decidir por protestos na cidade amanhã, dependendo do resultado do encontro com os empresários.

São Paulo, 27 de Abril de 2000

53



SPTrans torrou R\$ 42 milhões sem licitação, diz vereador

Devanir Ribeiro (PT) afirma que empresa que gerencia transporte na Capital gastou o dinheiro, entre 1994 e 1998, para pagar serviços contratados sem concorrência.

Documentos coletados pela assessoria técnica do vereador Devanir Ribeiro (PT) indicam que a São Paulo Transporte (SPTrans), empresa da Prefeitura que gerencia o sistema de ônibus na Capital, gastou R\$ 42 milhões, entre 1994 e 98, para pagamentos de serviços contratados sem licitação. O vereador encaminha hoje uma representação ao Ministério Público pedindo mais investigação.

Segundo a denúncia, a diretoria da Eletrobus, cuja frota pertencia à Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), recebeu da Prefeitura a incumbência de contratar as empresas que fariam a reforma de 285 trólebus, além de comprar peças e escolher os fornecedores.

O critério para a escolha das empresas que fariam o serviço era da própria Eletrobus, que, por ser privada, não precisa abrir licitação. Apesar disso, as reformas foram pagas pela SPTrans, conforme mostram cópias de notas fiscais.

Segundo o assessor econômico do vereador, José Borges, a liberdade para contratar empresas e passar as contas para o poder público pagar não era objeto do edital de licitação que transferiu a frota da CMTC para a Eletrobus. O assunto, na época, também não foi citado na audiência pública da licitação, em agosto de 93, mas apareceu depois no contrato firmado entre a SPTrans e a Eletrobus.

Na época, o secretário municipal de Transportes do então prefeito Paulo Maluf (PPB) era Getúlio Hanashiro, que depois deixou o cargo, mas reassumiu na gestão de Celso Pitta (PTN). O presidente da SPTrans era Francisco Christóvam e, o diretor jurídico, Jorge Fukuda, que está na empresa até hoje.

Devanir aponta ainda outras irregularidades. A CRF, uma das empresas contratadas pela Eletrobus para fazer a reforma dos 285 coletivos, é de propriedade de Carlos Alberto Franceschini, que inicialmente fazia parte do Consórcio Eletrobus como sócio-proprietário da empresa Enob Engenharia e Transportes. A Enob, mais tarde, foi incorporada à W. Washington Empreendimentos, do empresário Wagner Washington, a atual empresa líder do consórcio. Franceschini, o contratado, e Washington, o contratante, continuam sócios na empresa Engenharia de Obras e Tecnologia (Enotec).

Pelos serviços prestados à Eletrobus, a CRF recebeu da SPTrans cerca de R\$ 4 milhões. Curiosamente, o endereço apresentado pela empresa nas notas fiscais pagas pela SPTrans é o de um prédio residencial na Rua Fradique Coutinho, na Zona Sul. Quando as reformas terminaram, a empresa nunca mais funcionou. Para Devanir, a CRF só foi constituída para prestar serviços à Eletrobus.

Para o assessor jurídico da SPTrans, Jorge Fukuda, e também para o diretor executivo do Consórcio Eletrobus, Ricardo Daumichen, não há nenhuma irregularidade. Segundo Fukuda, num dos itens da licitação, aparece a expressão "manutenção" dos ônibus. "Reforma é manutenção no nível mais profundo."

Perueiros: empresa briga por edital

A São Paulo Transporte (SPTrans) anunciou ontem que vai recorrer, usando os regulamentos do próprio Tribunal de Contas do Município (TCM), de uma determinação do órgão que suspende a licitação do serviço de lotação na Cidade.

Segundo a Assessoria de Imprensa da SPTrans, a diretoria da empresa considera o edital da concorrência das peruas sustentável. Como ainda cabe recurso no próprio TCM, a SPTrans continua considerando válido o edital da forma como está, inclusive com a data para a entrega das propostas pelos donos de

lotação: 15 de maio, das 8h às 18h, no Estádio do Pacaembu.

A decisão do TCM, publicada no *Diário Oficial do Município* de sábado, diz que a SPTrans deve refazer o procedimento da licitação em 15 dias. Técnicos do Tribunal dizem ter identificado 17 pontos irregulares no edital.

Entre os defeitos apontados pelo TCM estão a omissão do preço da tarifa e critérios de reajuste e a falta de definição dos itinerários das linhas.

José Célio dos Santos, presidente do Sindilotação, uma das entidades que representam os perueiros, disse que a decisão do TCM foi correta: "Essa licitação, da forma como estava sendo feita, não era boa para ninguém."

Para Santos, a maioria dos perueiros também era contra a licitação da forma como ela vinha sendo conduzida. "Nós tentamos várias vezes falar com os diretores da SPTrans, mas eles nunca deram atenção."



Transurb venderá vale-transporte

A São Paulo Transporte (SPTrans) e o Transurb, sindicato das empresas de ônibus da Capital, devem assinar essa semana um aditivo que prevê, entre outras coisas, que a venda de vale-transporte passe a ser responsabilidade do sindicato. O contrato, que tem validade de 20 meses, prevê ainda que a SPTrans o rescinda, quando quiser, desde que os empresários sejam avisados com três meses de antecedência.

De acordo com Pedro Luiz de Brito Machado, presidente da SPTrans, a mudança não interferirá no funcionamento do sistema. A única diferença será o gerenciamento e distribuição dos vales. "Estamos exigindo que seja aberta uma conta, sem sigilo, para que todo o processo seja acompanhado, já que o dinheiro continuará sendo público. Além disso, queremos que seja paga uma fiança bancária, como garantia

de que o valor arrecadado será utilizado para o seu devido fim", explicou Brito Machado.

Além disso, a Transurb terá de arcar com o custo de distribuição dos vales, que chega a R\$ 3 milhões por mês. O sindicato não quis comentar o assunto, entretanto Brito Machado afirmou que gerenciar essa venda sempre foi um sonho dos empresários. "Não sei quais são as vantagens", confessou.

Reação

A renovação dos contratos pela Prefeitura causou indignação dos vereadores opositistas na Câmara Municipal. Aldaiza Sposati (PT) entrou ontem com representação no Ministério Público, na qual questiona a legalidade do contrato da Secretaria Municipal de Transportes. Segundo ela, o aditamento é ilegal porque os contratos sofrerão alteração no conteúdo das cláusulas.

Passagem dos lotações legalizados será de 1,15

A tarifa dos 4.042 lotações legalizados após a conclusão do processo de licitação será de R\$ 1,15. A decisão deve ser publicada no Diário Oficial do Município, por meio de decreto do prefeito Celso Pitta. A antecipação da divulgação do valor — prevista para acontecer após a conclusão da concorrência em junho — é consequência da suspensão do processo determinada pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), que constatou 17 irregularidades no edital, entre elas, a não-definição de valor para a passagem.

Segundo Pedro Luiz de Brito Machado, presidente da São

Paulo Transporte (SPTrans), o preço da tarifa das peruas seguirá sempre o das passagens de ônibus. "Os valores deverão sempre caminhar juntos, inclusive quando reajustados", adiantou, lembrando que na verdade o preço dos vales-transportes é de R\$ 1,25 para o empregador, mas a Prefeitura dá desconto de R\$ 0,10 nas catracas.

Na verdade, a Prefeitura pretende, com a divulgação do valor, conseguir junto ao TCM, a retomada do processo de licitação ainda nessa semana. "Queremos manter o dia 15 como data de entrega das propostas", revelou Pedro Luiz.



Folha nº 66 do proc.
Nº 22 de 01

Ademir Cícero - Parlamentar
O Estado de São Paulo

Assessoria de Imprensa da Presidência

Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Prefeitura fixa preço de lotações em R\$ 1,15

Tarifa consta de recurso que será enviado hoje e objetiva manter data de licitação de perueiros

RICARDO MENDONÇA
Especial para o Estado

Com o objetivo de tornar a decisão do Tribunal de Contas do Município (TCM) que suspende a licitação dos lotações, a diretoria da São Paulo Transporte (SPTrans) encaminha hoje ao órgão recurso com respostas e esclarecimentos para os 17 itens contestados pelo Tribunal. Algumas providências também começaram a ser tomadas, como a antecipação da publicação no *Diário Oficial* do Município (DOM) da tarifa que os perueiros legalizados deverão cobrar da população: R\$ 1,15, o mesmo valor cobrado nos ônibus.

De acordo com o gerente Geral de Assuntos Técnicos da SPTrans, Ivan de Freitas,

o recurso encaminhado ao TCM tem efeito suspensivo, o que significa a manutenção da data de entrega dos envelopes com as propostas dos perueiros. Será dia 15 de maio, das 8 horas às 18 horas, no estádio do Pacaembu.

"Parte das questões levantadas pelo TCM é facilmente resolvida com os esclarecimentos que estamos enviando", disse.

Uma dessas questões, segundo ele, é a que pede um regulamento estipulando puni-

ções para os perueiros infratores. "Isso já existe, é o Regulamento de Infrações de Lotação." Trata-se de um portaria publicada dia 27 de abril pelo secretário municipal dos Trans-

portes, Getúlio Hanashiro, no *Diário Oficial*.

Tempo - Outro recurso que será usado pela SPTrans para contornar a decisão do TCM são os esclarecimentos públicos por meio de anúncios publicitários. Três deles já foram feitos. Freitas disse que,

**LÍDER APÓIA
TCM E DIZ
QUE EDITAL
É RUIM**

DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CONCORRÊNCIAS Nº 046/93 e Nº. 046/93

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente concorrência a execução de serviços de operação no Sistema de Transporte Coletivo de Pauzeiros - Modalidade Comum - no Município de São Paulo, sob regime de contrato de prestação de serviços, com a utilização de veículos diferenciados - trólebus e ônibus articulados diesel de propriedade da CMTc, prevendo-se a renovação de parte da frota, com aquisição de lote de veículos pela Contratada, compreendendo as seguintes atividades:

d) Manutenção, guarda e conservação dos ônibus integrantes do lote objeto do contrato, instalações e equipamentos.

Reforma dos carros não foi o objeto da licitação da CMTc

de acordo com as regras da licitação, ainda há tempo hábil para fazer mais esclarecimentos.

Segundo informações da Assessoria de Imprensa do órgão, a certidão negativa de débitos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) será exigida na segunda etapa da licitação.

A não-exigência do documento é um dos itens levantados pelo TCM para suspender a licitação. Mas os representantes da SPTrans dizem

que não esqueceram do INSS. "Deixamos para pedir na segunda etapa de classificação porque o número de perueiros será menor e a nossa análise será mais fácil", disse Freitas.

Apoio - O líder de uma das entidades que representam os perueiros, o presidente do Sindilotação, José Célio dos Santos, manifestou apoio à decisão do TCM, pois considera o edital "muito ruim". "O mais grave é a não-definição dos itinerários", diz.

Especialistas defendem investigação

Três especialistas em direito administrativo ouvidos ontem pelo Estado classificaram de estranha a forma encontrada pela São Paulo Transporte (SPTrans) para pagar a reforma de 285 trólebus da Eletrobus entre 1994 e 1998. Para eles, o pedido de investigação feito pelo vereador Devanir Ribeiro (PT) ao Ministério Público é correto.

O professor de direito administrativo da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Márcio Cammarosano, disse que o caso pode ter sido uma tentativa de burlar a legislação.

Ele e o jurista Carlos Ari Sundfeld entendem que o ideal seria o valor total gasto na reforma, R\$ 42 milhões, estar estabelecido de formh,

explícita na licitação que transferiu parte da frota da Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTc) para a Eletrobus, ainda que isso não fosse objeto da licitação. No edital consta que o custo da reforma não poderia passar de 30% do valor de um trólebus novo. Mais tarde, esse limite subiu para 50%.

A advogada Neide Carichio achou muito estranho o fato de a SPTrans interferir "tão fortemente" na economia de uma concessionária.

Para o vereador, o valor gasto com as reformas dos trólebus, R\$ 42 milhões, é superior ao valor de mercado de toda a frota da CMTc antes da privatização (R\$ 31,5 milhões). (R.M.)

Denúncia de vereador cita fiscalizadora

Além de contestar o gasto de R\$ 42 milhões feito pela São Paulo Transporte (SPTrans), sem licitação, para pagar a reforma de 285 trólebus da Eletrobus, o vereador Devanir Ribeiro (PT) pede investigação do Ministério Público sobre a Ductor, contratada para fiscalizar a reforma dos coletivos.

Na licitação, a empresa e a Protran Engenharia foram candidatas. Apesar de a segunda ter mais experiência, a Ductor venceu. Em novembro de 1996, foi feita nova licitação. A verba era de R\$ 500 mil. A Ductor novamente venceu. Quatro meses depois, o contrato foi reajustado em 34%. (R.M.)

São Paulo, 04 de Maio de 2000



Folha nº C 7 do proc.
Nº 22 201

Assessoria da Imprensa da Presidência

Shipping

Câmara Municipal de São Paulo

Adm. da Câmara Municipal

RF. 100.406

SPTrans: juristas estranham contrato

Especialistas questionam legalidade dos gastos de R\$ 42 milhões para reformar trólebus entre 94 e 98.

Especialistas em direito administrativo ouvidos ontem classificaram como estranha a forma com que a São Paulo Transporte (SPTrans) pagou a reforma de 285 trólebus da Eletrobus entre 1994 e 98. Para eles, o pedido de investigação feito pelo vereador Devanir Ribeiro (PT) ao Ministério Público (MP) é correto.

O professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo Márcio Cammarosano disse que o caso pode ter sido uma tentativa de burlar a legislação.

Ele e o jurista Carlos Ari Sundfeld entendem que o ideal seria que o valor total gasto na reforma, R\$ 42 milhões, estivesse esta-

belecido de forma explícita na licitação que transferiu parte da frota da CMTC à Eletrobus. O edital estabelece que a reforma não poderia passar de 30% do valor de um trólebus novo.

A advogada Neide Caricchio disse ser muito estranho o fato de a SPTrans interferir "lão fortemente" na economia de uma concessionária. Segundo Devanir, o valor gasto nas reformas é superior ao valor de mercado de toda a frota da CMTC antes da privatização, R\$ 31,5 milhões.

Empresa investigada

Além de contestar o gasto de R\$ 42 milhões feito pela SPTrans sem licitação para pagar as reformas dos trólebus, o vereador petista também pede investigação ao MP sobre a empresa contratada pela Prefeitura na época (1994 a 98) para fiscalizar e acompanhar as reformas dos coletivos, a Ductor Implantação de Projetos.

No documento, o vereador

lembra que, na época da licitação da empresa, a Ductor e a Protran Engenharia foram candidatas, mas apesar de a segunda ter mais experiência e apresentar uma equipe técnica mais qualificada, a Ductor venceu.

Inconformada com a derrota, a Protran recorreu. Menos de um ano depois, a empresa que pleiteava ser a fiscalizadora das contratações da Eletrobus apareceu como uma das contratadas.

Em novembro de 96, foi realizada nova licitação para contratar uma empresa de engenharia para acompanhar as reformas na Eletrobus. A verba para a nova etapa era de R\$ 500 mil.

A Ductor novamente venceu e uma resolução permitiu um reajuste de 34% no contrato.

O diretor jurídico da SPTrans, Jorge Fukuda, diz que a licitação da empresa fiscalizadora das reformas e o posterior reajuste de 34% no contrato da Ductor foram legais. O reajuste de

R\$ 170 mil, segundo ele, foi necessário porque uma das empresas que seria contratada para a reforma, a Mafersa, estava em situação pré-falimentar e teve que ser substituída. "A escolha de uma nova fornecedora demandou muito mais serviço."

Briga por edital das peruas continua

A diretoria da SPTrans encaminha hoje ao Tribunal de Contas do Município (TCM) um recurso com respostas e esclarecimentos para os 17 itens contestados pela Justiça na licitação dos lotações, que foi suspensa.

Além disso, a empresa já antecipou a publicação no *Diário Oficial* da tarifa que os

perueiros legalizados deverão cobrar da população: R\$ 1,15, o mesmo valor cobrado nos ônibus. A ausência do preço da tarifa na licitação era um dos itens considerados irregulares pelo TCM.

De acordo com o gerente geral de assuntos técnicos da SPTrans, Ivan de Freitas, o recurso encaminhado ao TCM

tem efeito suspensivo - assim, é mantida a data de entrega das propostas dos perueiros, 15 de maio. "Parte das questões levantadas pelo TCM são facilmente resolvidas com os esclarecimentos que estamos enviando", disse.

Um dos itens, segundo ele, pede um regulamento estipulando punições para os perueiros infratores. "Isso já existe, é o Regulamento de Infrações de Lotação." Trata-se de uma portaria publicada dia 27 de abril pelo secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, no *Diário Oficial*.

Outro recurso que será usado pela SPTrans para contornar a decisão do TCM são os esclarecimentos públicos por meio de anúncios publicitários. Três deles já foram feitos. Freitas disse que, de acordo com as regras da licitação, ainda há tempo hábil para fazer mais esclarecimentos.

Apesar dos esforços para aprovar a licitação, os perueiros também têm restrições à licitação. O presidente do Sindilotação, José Cêlio dos Santos, havia manifestado apoio à decisão do TCM, pois considera o edital "muito ruim".

São Paulo, 04 de Maio de 2000

19



Folha nº 08 do proc.

Nº 22 50 01

Adelina C. - Ass. Parlamentar

Diário República - pág 617

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Data da licitação causa racha entre os perueiros

A proximidade da data de entrega de documentos para a licitação dos lotações, marcada para segunda-feira, provocou um novo racha na categoria. Enquanto a Comissão de Ampliação dos Perueiros do Município de São Paulo aguarda com ansiedade a chegada da data, o Sindicato dos Perueiros (Sindlotação) pretende brigar por um novo adiamento. Se acatado pela Secretaria Municipal de Transportes, esse pode ser o terceiro adiamento. Há até a promessa de um grupo de perueiros de realizar protestos em frente à São Paulo Transportes (SPTrans), para que a data seja mantida.

Apesar do pedido de suspensão do Tribunal de Contas do Município (TCM), que constatou 17 irregularidades no edital, a SPTrans que confirma para segunda-feira a entrega da documentação, no estádio do Pacaembu, das 8h às 18h.

Entretanto, José Célio dos Santos, presidente do Sindlotação, adianta que vai tentar protelar a data, já que, assim, como o TCM, acredita que o edital apresenta falhas, principalmente quando não esclarece totalmente o itinerário das linhas.

"O texto precisa ser refeito. Além disso, o prazo continua insuficiente porque as dúvidas levaram muitos companheiros a pensar se realmente vale a pena concorrer", afirmou, sem especificar, no entanto, quais providências está tomando.

Para Haroldo Mariano, integrante da Comissão de Ampliação dos Perueiros do Município

de São Paulo, um novo adiamento prejudicaria ainda mais a categoria. "Prorrogar esse prazo só deve piorar nossa situação. O que queremos é trabalhar tranquilamente, sem a insegurança de ser pego a qualquer momento pela fiscalização", disse.

Perueiros de Santo Amaro, Zona Sul, pretendem realizar quinta-feira protesto para cobrar o andamento do processo de licitação. "Queremos evitar novo adiamento. Isso está cheio de jogo político e nós é que sofremos com as apreensões enquanto não regularizam a profissão", afirmou Marcos José da Fonseca, de 31 anos, um dos organizadores da manifestação.

A SPTrans distribuiu aproximadamente 20 mil formulários de inscrição do processo de licitação, entretanto estima que o número de interessados seja superior, uma vez que podiam ser feitas cópias do documento.

PL terá Zancra como líder

A bancada do do PL na Câmara Municipal vai confirmar hoje a nome de Archibaldo Zancra como novo líder do partido. Zancra foi indicado por quatro dos seis vereadores do PL. Com sua indicação, Celso Pitta (PTN) passará a ter maioria na Comissão Especial encarregada de analisar o segundo pedido de impeachment que tramita na Câmara contra o prefeito.

O clima de disputa dentro da bancada do PL parece longe de terminar. Zancra ingressará nesta semana no diretório municipal com um pedido de expulsão do PL do vereador Cármino Pepe.

Segundo a assessoria de Zancra, a alegação para o pedido de expulsão será falta de decoro. Por trás da tentativa de afastamento de Pepe está a disputa entre liberais governistas e oposicionistas pelo controle das ações no Legislativo. "Não duvido que tentem me expulsar do partido, tendo em vista a linha de conduta da maioria da bancada", disse Pepe. Se a expulsão for confirmada, ele corre o risco de não disputar a reeleição.

No final da semana passada, o vereador Mohama Mourad foi destituído da liderança por fazer oposição ao Palácio das Indústrias. Mourad e Pepe (também oposicionista) tentaram reagir, mas em vão. Pepe atacou Zancra e o chamou, entre outras coisas, de malufista, por este ser oriundo do PFL. Mourad e Pepe tentaram recorrer ao partido, mas o presidente do diretório municipal, Marcos Cintra, lavou as mãos e disse que a escolha do líder é assunto exclusivo da bancada.

Zancra assumirá a liderança do PL no início da sessão de hoje e em seguida se autointerlocutará representante do partido na Comissão Especial que analisa o segundo pedido de impeachment contra Pitta referente ao não-pagamento de um precatório de R\$ 2, milhões. Com isto, o prefeito terá maioria folgada na comissão (5 a 2) e o processo deverá ser arquivado com facilidade.

São Paulo, 09 de Maio de 2000

29



Perueiros entregam proposta amanhã

Para participar da licitação que vai legalizar 4.042 lotações, os candidatos deverão entregar a documentação no estádio do Pacaembu, entre 8h e 18h.

Os interessados em obter a autorização para trabalhar como perueiro precisam levar os dois envelopes com os documentos exigidos. (veja quadro ao lado)

Os envelopes não podem ser transparentes, devem estar lacrados, ter tamanho oficial (24cm x 34cm) e estar endereçados para a Comissão Especial de Licitação.

O primeiro envelope deve conter os documentos de habilitação do candidato e o segundo, a proposta técnica. Todos devem conter o nome e CPF do candidato, além de número da concorrência (010/2000) e a área escolhida. Para participar da licitação é necessário ter Carteira Nacional de Habilitação D ou E. O veículo deve ter no máximo cinco anos de fabricação e en-

PARA SER PERUEIRO:

DOCUMENTOS

- Ter carteira de habilitação categoria D ou E, registrada em São Paulo
- Ser maior de 21 anos
- Não ter antecedentes criminais
- Usar veículo do transporte de passageiros fabricado a partir de 95
- Comprovar ser morador da cidade de São Paulo

ENTREGAR OS ENVELOPES COM:

- Habilitação
- Documentação que comprovare a habilitação para operar em Sistema de Lotação (cópia autenticada da CNH, título de eleitor, CPF, carteira de habilitação categoria D ou E e outras)
- Proposta Técnica
- Autenticação dos selos e do lacre das lotações
- Endereços do interessado e do veículo que será utilizado na operação



Estádio Pacaembu
Praça Charles Millor, s/nº
Amanhã, das 8h às 18h
Fonte: SPTrans

sas que vão receber os envelopes com a documentação.

Cada pessoa só vai poder entregar os envelopes com a proposta de um concorrente, mas não é necessário que seja o próprio interessado.

Segundo a Secretaria Municipal de Transportes, não vão ser aceitas documentações incompletas. Depois da entrega, os candidatos receberão um protocolo.

A secretaria salienta que não é necessário que o perueiro chegue cedo demais ao local. A estimativa é de que compareçam cerca de 20 mil pessoas ao estádio.

Segundo a Secretaria Municipal de Transportes, os perueiros que estiverem na fila depois das 18h vão receber senha e serão atendidos no mesmo dia.

A data da audiência pública para abertura dos envelopes ainda não foi definida e será informada na segunda-feira.

(MC e AA)

pacidade para transportar entre 9 e 16 passageiros.

Os candidatos também deverão escolher apenas uma das linhas do edital. A SPTrans (São Paulo Transporte) mobil-

izou 160 funcionários para receber as propostas. No estádio, o candidato vai receber uma senha e terá de aguardar nas arquibancadas, para então se dirigir a uma das 60 me-

POLEMICA

Sindicato questiona licitação

Na última terça-feira, o Sindicato de Lotação entrou com dois mandados de segurança na Justiça para suspender a concorrência para escolher os perueiros que serão legalizados.

Para o sindicato, o edital da licitação tem falhas graves e precisa ser refeito. "É como assinar uma carta em branco, porque a gente não sabe o que vai acontecer. Os valores da tarifa e o itinerário das linhas não estão definidos", disse José Célio dos Santos, presidente do sindicato.

A expectativa de Santos é que a Justiça decida até amanhã se aceita o pedido do sin-

dicato. Entretanto, ele afirma que todos os candidatos devem entregar suas propostas no Anhembi para não correr risco de ficar excluído do processo.

A SPTrans informa que o valor da tarifa das lotações foi definido em R\$ 1,15, por um decreto do prefeito Celso Pitta. Com relação ao itinerário, a empresa diz que foram definidos apenas os pontos inicial e final de cada linha. A SPTrans diz ainda que todas as falhas apontadas pelo Tribunal de Contas do Município já foram sanadas e que a licitação está autorizada. (MC)



Líder de perueiros é beneficiado pela Prefeitura

Mariano, que carregou Pitta nos ombros em sua volta à Prefeitura, trabalha com veículo ilegal

VALÉRIA ROSSI

Perueiros clandestinos da capital garantem que a licitação para o transporte alternativo na cidade é um jogo de "cartas marcadas". Um dos beneficiados com o esquema seria o integrante da Comissão Pró-Ampliação do Sistema de Lotação da Cidade de São Paulo, Haroldo Mariano, de 42 anos, sempre presente nas manifestações de apoio ao prefeito Celso Pitta (PTN).

Há dois meses, ele faz a linha do Largo do Clipper-Jardim Guarani num microônibus. Para os perueiros, Mariano teria obtido o alvará antes da licitação ou estaria usando licença antiga de outro veículo, o que também seria ilegal.

O uso de microônibus é proibido porque ultrapassa o número de 16 passageiros permitido por lei, incluindo o motorista e o auxiliar. Esse tipo de veículo comporta 23 pessoas sentadas e vale no mercado entre R\$ 65 mil e R\$ 70 mil.

O Estado acompanhou uma das viagens de Mariano e confirmou a utilização

do carro. Segundo o perueiro Luiz Reinaldo Francisco da Silva, em horário de pico, Mariano viaja com passageiros em pé.

Silva é um dos que decidiram não participar

da concorrência. "De que adianta ficar sonhando, se eu só tenho uma perna e não sou amigo do Pitta?" Para ele, Mariano tira vantagem de sua ligação com o prefeito.

Em março, a Justiça determinou o afastamento de Pitta do cargo, mas o prefeito conseguiu cassar a liminar e retornar ao

Palácio das Indústrias. A volta dele foi marcada por uma festa, organizada e composta basicamente por perueiros. Mariano liderou o movimento e, com outro companheiro, carregou Pitta nos ombros. Mariano nega estar sendo beneficiado pela Prefeitura, mas reafirma seu apoio ao prefeito.

Mordomias - O presidente da Associação dos Transportadores em Autolotação da Zona Sul da Cidade de São Paulo, Laércio Ezequiel dos Santos, não tem dúvidas das "mordomias" de Mariano.

Segundo ele, o perueiro trafega tranquilamente pela cidade e consegue passar pelas blitzes sem problemas.

"Sei que ele é credenciado, mas a lei não permite o uso de microônibus nas linhas alternativas", afirmou. "Mariano é o braço direito e esquerdo de Pitta e, por isso, não sofre nenhuma punição."

O perueiro reconhece que seus companheiros estão desanimados com a licitação. Segundo ele, muitos devem ficar na clandestinidade por não terem chances na concorrência. "É um jogo de cartas marcadas", disse. "Tem muitos donos de empresas de ônibus investindo na compra de veículos para ganharem essa licitação."

No lixo - O ex-metalúrgico Celso da Cruz Farias, de 48 anos, explica que já rasgou sua inscrição para participar do processo. Ele atua como clandestino há quatro anos e pretende manter-se assim. Para ele, só vai obter uma das 4.042 vagas quem tiver dinheiro ou um "padrinho" dentro da Prefeitura. "Sei de gente que afirma já estar com o alvará garantido, não me pergunte como."

Como ele, o perueiro Carlos Tavares Lima, que atua na zona norte, também diz ter jogado sua ficha de inscrição no lixo. Ele contesta a fiscalização e garante que os agentes fazem

"vistas grossas" quando o perueiro passa com seu microônibus. "O Mariano tem as costas quentes com a Prefeitura e nada acontece para ele."

A Assessoria de Imprensa da São Paulo Transporte (SP-Trans) informou que a utilização de microônibus é ilegal e que o uso de alvará de outro veículo configura crime por falsidade ideológica.

ILEGAIS
RASGAM
FICHA DE
INSCRIÇÃO

Administração não consegue explicar a irregularidade

Perueiro diz que microônibus é forma de prestar serviço de "qualidade"

A Prefeitura atrapalhou-se semana passada para tentar explicar a denúncia de que o líder dos perueiros que apóia o prefeito trabalha com um veículo ilegal. Na quinta-feira, a Assessoria de Imprensa da São Paulo Transporte (SPTTrans) levantou o número do alvará e a placa do carro e constatou que a licença pertencia a uma perua que havia sido desvinculada do sistema.

De acordo com assessores, o perueiro (cujo nome até então não havia sido mencionado) não poderia usar o número do alvará para o novo carro. Isso poderia ser configurado como crime de falsidade ideológica, de acordo com a SPTTrans.

O crime prevê prisão de até um ano e retenção do veículo.

Depois de revelado o nome do perueiro, a Prefeitura mobilizou-se. Segundo o diretor do Departamento dos Transportes Públicos da Prefeitura, José Luiz Nakana, não importa o tamanho ou a marca do veículo, desde que esteja dentro dos parâmetros do edital. Segundo o diretor, existe uma portaria que prorroga o alvará. "Muitas pessoas que tinham a licença e estavam com carros com mais de seis anos de uso estão trocando os veículos", disse, garantindo que elas podem usar os alva-

rás antigos até a licitação.

A Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal dos Transportes informou que o órgão iria determinar uma fiscalização na linha Largo do Clipper-Jardim Guarani para confirmar a denúncia.

O secretário municipal de Comunicação Social, Antenor Braido, considerou as acusações um "absurdo". Ele disse que, se o perueiro estiver trafegando irregularmente, terá de ser punido.

"Normal" - O perueiro Haroldo Mariano nega as acusações de que trabalha com veículo ilegal. Segundo ele, o uso de microônibus é normal e não infringe as exigências do edital. "Estou procurando oferecer a melhor qualidade no serviço."

Mariano ressalta que obedece invariavelmente o número de passageiros previsto em lei. Para ele, as denúncias de que estaria usando um veículo irregular partiu de perueiros interessados na linha. "Eles não sabem o que falam."

O perueiro - apontado pela categoria como "braço direito" do prefeito Celso Pitta (PTN) no movimento do transporte alternativo - nega receber benefícios da Prefeitura, mas admite apoiar Pitta. "Ele foi o único prefeito de São Paulo a se preocupar com isso."

O advogado e professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Carlos Ari Sundfeld, considerou a situação, no mínimo, "estranha". Segundo ele, não é comum a transferência de alvará. "Esse documento é dado para um fim específico e não pode ser mudado sem critérios." Sundfeld acha que a denúncia deve ser investigada. (V.R.)

Fiscalização guarda histórias de ousadia e organização

RICARDO MENDONÇA

Para o gerente de Fiscalização de Transporte Diferenciado da São Paulo Transporte (SPTTrans), Evonaldo Magno do Ouro, "todo dia é uma batalha". Ele coleciona casos perigosos e até pitorescos vividos pelos fiscais no combate a perueiros irregulares.

Em suas pastas, com boletins de ocorrência e recortes de jornais, documenta casos como acidentes, veículos roubados e agressões. "Há casos de ousadia por parte dos perueiros", diz. "Outros mostram a capacidade de organização e a periculosidade desses condutores."

Em 1999, a fiscalização da SPTTrans apreendeu 9.823 lotações clandestinas, 5.066 a mais do que no ano anterior. De 1.º de janeiro a 15 de abril, mais de 2.300 carros já haviam sido capturados. Mês a mês, a quantidade de apreensões aumenta. A reação dos perueiros, também.

Entre os delitos mais frequentes estão a lesão corporal culpo-

sa, 60 casos desde janeiro de 1999, e a dolosa, com 54 ocorrências. No mesmo período, foram 10 homicídios. Dos perueiros capturados, 4 eram procurados pela polícia, 28 não tinham habilitação para dirigir e 7 portavam armas.

Janeiro ficou notório por dois recordes, o de menor demanda de passageiros (78 milhões ante 93 milhões em 1999) e o de ônibus incendiados por perueiros, 12.

**LESÕES
CORPORAIS
SÃO DELITO
FREQUENTE**

Alguns donos de lotação fazem de tudo para não terem o veículo apreendido. Nessas fugas, quem corre o risco de levar a pior são os passageiros. No dia 15 de setembro, um perueiro

que havia conseguido furar o bloqueio da fiscalização na Vila Rica bateu em dois carros, um ônibus e um poste. Duas passageiras foram jogadas para fora.

Em abril, a ousadia de um motorista surpreendeu os fiscais. Ao perceber que seria capturado, subiu no canteiro da Avenida Rebouças e desceu na contramão da altura da Avenida Brasil até a Faria Lima.

Solução requer política bem definida

As soluções para os problemas do transporte coletivo em São Paulo são caras e demoradas. Além disso, dependem de orientações políticas bem definidas, que precisam ser articuladas num acordo que envolva Estado e municípios. Essa é a opinião de quase todos os técnicos da área de transporte ouvidos pelo Estado.

O diretor-executivo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Afilton Brasiense, critica o fato de cada partido que chega ao poder querer corrigir os problemas de forma particular. "Se continuarem desunidos,

nada vai resolver."

Opinião semelhante tem o professor do departamento de Transporte do curso de engenharia civil da Universidade de São Paulo (USP), Jaime Waisman. A solução, para ele, são o Metrô e o trem, que têm grande capacidade de lotação. "Ônibus e peruas são complementos."

O ex-secretário municipal dos Transportes de São Paulo Adhemar Gianini é ainda mais crítico em relação à política adotada pela Prefeitura. "Perua não pode fazer parte do transporte público", afirma. "Trata-se de um transporte individual." (R.M.)



20 mil lotações disputam legalização hoje

Serão selecionados 4.042 veículos, mas especialistas acham que caos no transporte prosseguirá

RICARDO MENDONÇA

A São Paulo Transporte (SPTrans) espera receber hoje mais de 20 mil perueiros no estádio do Pacaembu, das 8 às 18 horas, para a entrega dos envelopes da maior concorrência pública de lotações do mundo. No total, 4.042 veículos serão selecionados para transportar legalmente mais de 15 milhões de passageiros por mês em 331 novas linhas. Mas técnicos, especialistas, lideranças do setor e até perueiros entrevistados pela reportagem do Estado são unâni- mes: a situação caótica do transporte coletivo vai permanecer.

De acordo com as estimativas da SPTrans, São Paulo tem hoje cerca de 16 mil perueiros, soma dos que têm licença (2.700) com o exército de clandestinos. Com 4.042 lotações legalizadas, a cidade terá excedente de aproximadamente 12 mil veículos que continuarão na clandestinidade. Essa "sobra" de ilegais continuará responsável pelo transporte diário de cerca de 1,5 milhão de passageiros, o equivalente a quase 60% da demanda do metrô em dias úteis.

O que poucos acreditam é que a fiscalização da Prefeitura (duas equipes de 80 homens que inspecionam 33 mil táxis, 11 mil ônibus e 5,5 mil peruas escolares), mesmo em parceria com a PM (outros 50 homens) e a Guarda Civil Metropolitana (mais 50), será capaz de tirar mais de meio metrô em forma de vans em pouco tempo.

Pessimismo — Os empresários de ônibus são ainda mais pessimistas. Eles temem que parte dos legalizados volte à clandestinidade ao constatar que o rendimento de um veículo regular, que recolhe taxas, segue itinerários fixos e tem obrigações trabalhistas, é menor se comparado ao de um clandestino.

Segundo o diretor jurídico do sindicato das empresas de ônibus de São Paulo (Transurb), Antonio Sampaio Amaral Filho, esse fenômeno ocor-

reu em 1997, quando a Prefeitura concedeu licença para 2.700 perueiros.

Na opinião de especialistas, a quantidade de ônibus existente hoje é suficiente para suportar a eventual saída dos perueiros, pois na maior parte do tempo os coletivos estão viajando "vazios". Mas isso exigiria remanejamentos, principalmente de horários e itinerários.

Na contramão das previsões sombrias está o secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, um dos idealizadores da legalização das peruas. No órgão, trabalha-se com os seguintes prazos: até julho, as 4.042 vans selecionadas estarão circulando normalmente e até outubro, mês das eleições, o problema dos clandestinos remanescentes estará sanado.

Para conseguir isso, Hanashiro elenca quatro fatores. Em primeiro lugar, ele espera contar com a ajuda dos 4.042 lotações escolhidos para combater os 12 mil remanescentes, pois, para ele, a concorrência direta entre perueiros legais e ilegais irá fazer com que os primeiros sempre levem a pior.

Outra estratégia é a adoção de microônibus em alguns lugares, para suprir a ausência do clandestino numa comunidade. A criação de corredores exclusivos e o programa Agora É Ônibus, que segrega algumas vias em determinados horários para o uso exclusivo dos coletivos, são as outras duas ações.

Ainda assim há críticas e dúvidas. Em 1997, quando havia menos perueiros clandestinos, a legalização de 2.700 veículos não representou ganhos significativos. Além disso, a licitação que incentiva a adoção de microônibus está suspensa e a Prefeitura diz que a construção de corredores é cara e demorada.

Não é a primeira vez que a Prefeitura legaliza clandestinos para combater os remanescentes. A primeira experiência foi em 1993, com os ônibus clandestinos, que mais tarde tiveram parte da frota legalizada e batizada de bairro-a-bairro.

A segunda foi em 1997, com perueiros. O número de lotações clandestinas na época já beirava os 14 mil veículos. A legalização nada resolveu.





Chance de bons ganhos atrai donos de lotação

Perueiros chegam a ganhar até R\$ 3 mil por mês nas ruas de São Paulo

O principal motivo para que um perueiro arrisque o patrimônio e até a vida nas ruas da capital é a possibilidade de ter bons ganhos no fim do mês. "Transportando cem passageiros por dia, você já consegue renda maior do que nas empresas", explicou o presidente de uma das organizações dos perueiros da capital, o Sindilotação, José Célio dos Santos.

O perueiro clandestino Wilson Alves de Souza, que atua há quatro anos na zona norte, é um bom exemplo disso. Trocou a profissão de metalúrgico em Guarulhos pela direção de uma perua e hoje tem rendimentos que ultrapassam os R\$ 3 mil mensais. "Se sair daqui, onde vou trabalhar?", questiona. Souza não vai participar da licitação, porque acredita que teria poucas chances de vencer.

Pesquisa - Um estudo sobre o perfil dos perueiros em São Paulo, apresentado há dois anos pelos professores Jaime Waisman e Gustavo Peixoto Silva, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, mostra que o trabalhador padrão desse setor tem 35 anos, é casado, dono do veículo que dirige e mora em casa própria. A pesquisa ainda afirma que trabalha em média 14 horas por dia, percorrendo 232 quilômetros e transportando cerca de 176 pessoas por jornada.

Na opinião de Waisman, a maioria dos perueiros tem história semelhante a de Souza. "Ele vai para a lotação porque vê ali a possibilidade de ganhar mais dinheiro", disse. "Aquele imagem do sujeito de empregado que compra uma perua e sai atrás de passageiros está errada." (R.M.)

'Se não tivesse perua, a vida seria um caos'

Moradores de locais distantes, onde quase não passam ônibus, dependem das lotações

Ao contrário do que dizem os empresários de ônibus, há perueiros que chegam a locais nos quais os coletivos não vão. Um exemplo disso é o Jardim Papai Noel, em Parelheiros, extremo sul da cidade, região em que o único meio de transporte é o lotação.

Num pequeno largo, a cerca de 40 quilômetros do centro, onde a rua é de terra, ônibus não chega, mas perua passa de 15 em 15 minutos. O ponto de ônibus mais próximo fica a 1 quilômetro, no Jardim São Nicolau. Trata-se do ponto final da linha 6088-10 da viação Parelheiros, que passa de 1 em 1 hora. Há um prolongamento dessa linha, a 6088-51, que chega um pouco mais perto do Jardim Papai Noel. Mas o intervalo desse carro é maior ainda. Segundo o fiscal da linha, há um a cada duas horas.

"Se não tivesse perua aqui, nossa vida seria um caos", diz a faxineira Maria Helena da Silva, de 34 anos, que todos os dias precisa do transporte para ir ao trabalho. "Da minha casa ao ponto, perco mais de meia

hora andando, passo pela mata e subo um morro."

O vigilante Elialdo José de Oliveira, que mora há oito anos no local, mas trabalha em Moema, tem o mesmo problema. "Aqui eu só pego perua." Aposentado, Ernestino Manoel de Almeida, de 61 anos, diz que nem lembra do ônibus quando decide ir para os Jardins São Nicolau ou Papai Noel.

Um dos principais argumen-

tos usados pelos empresários contra os donos de lotações é que eles só se interessam por linhas curtas, rentáveis e em horários bons. Papai Noel e São Nicolau contrariam essa tese.

A rua é de terra e o caminho, longo. Apesar disso, o perueiro cadastrado Antônio Ambrósio de Souza diz que a linha é boa. Ele está inscrito na licitação. Se perder ou for para outra área, diz que vira clandestino. (R.M.)



Folha nº 74 do proc.
Nº 22 de 01

Adelino C. de S. A.
Jornalista

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

20 mil perueiros começam a corrida pela legalização. Só 4 mil vão conseguir

As propostas para operar lotações na Cidade serão entregues no estádio pelos interessados, mas só há vagas para 25% deles. O sindicato foi à Justiça e espera que a concorrência seja anulada

Após muita polêmica em torno da validade da licitação dos lotações, a São Paulo Transportes (SPTrans) recebe hoje no Estádio do Pacaembu as propostas de mais de 20 mil perueiros interessados em operar o serviço na Capital.

A concorrência permitirá a operação de 4.042 veículos na Cidade, na maior licitação do gênero no mundo. De acordo com o sindicato da categoria (SindLotação), porém, um mandado judicial pode cancelar ainda hoje o processo licitatório. No mês passado, uma decisão do Tribunal de Contas do Município (TCM) havia impugnado 17 itens do edital, anulando a concorrência.

Por causa dos problemas com o TCM, a SPTrans permitirá o acompanhamento de membros da OAB e do Ministério Público na entrega dos envelopes. O parecer que havia determinado a suspensão da concorrência foi publicado em 29 de abril no *Diário Oficial*.

De acordo com a assessoria de imprensa da SPTrans, 12 itens questionados pelo TCM foram atendidos imediatamente. Para os outros cinco, foram feitos esclarecimentos por escrito enviados aos conselheiros. Para a empresa, que administra o transporte coletivo na Capital, não havia irregulari-

dades nesse tópicos.

Segundo a SPTrans, o valor da tarifa determinado no edital foi fixado em R\$ 1,15 (o mesmo valor dos ônibus) no Decreto 39.364, em 3 de maio, pelo prefeito Celso Pitta. A tabela de pontuação segue o critério de valorização de condutores autônomos com experiência em transporte de passageiros. Também será exigida do interessado a Certidão Negativa de Débito (CND) com o INSS na assinatura do contrato.

Sem itinerários

As penalidades seguem o regulamento de infrações do serviço de lotação, publicado em 27 de abril no *Diário Oficial*. A não-definição dos itinerários, no entanto, foi mantida. De acordo com o secretário de Transportes, Getúlio Hanashiro, a idéia é "flexibilizar" o processo. Para o TCM, os trajetos deverão ser discutidos com os vencedores da licitação.

Com os esclarecimentos, o tribunal acatou, na última quarta-feira, por unanimidade, o recurso interposto pela SPTrans, validando a continuidade do processo de licitação. Para a entrega dos envelopes hoje, os candidatos devem comparecer ao estádio, na Praça Charles Miller, das 8h às 18h.

A SPTrans espera mais de 20 mil interessados - cálculo referente à quantidade de editais distribuídos. A entrada será feita pelo portão principal e pelo menos 100 funcionários estarão trabalhando no atendimento para evitar que se formem filas antecipadas.

Qualquer pessoa física que tenha a Carteira Nacional de Habilitação nas categorias D ou E poderá participar da licitação. Os candidatos devem

apresentar apenas uma proposta, para uma única área de operação, e têm de levar dois envelopes: um com os documentos de habilitação e outro com a proposta técnica. Quem estiver apenas com um envelope não receberá o protocolo.

Pedra no caminho

Um mandado de segurança, no entanto, pode invalidar o processo licitatório. De acordo com o presidente do Sindicato dos Lotações da Capital (SindLotação), José Célio dos Santos, a Justiça deve analisar no início da tarde se aceita o pedido de anulação. "Ninguém é contra a licitação. O sindicato apenas não concorda com a maneira como está sendo feita. Está tudo errado nessa concorrência", diz Santos.

Independentemente dessa possibilidade de cancelamento, o sindicato recomendou que os associados levem os envelopes ao estádio.

Os principais pontos criticados são os itinerários a serem seguidos pelos vencedores da licitação e o fato de a Prefeitura não ter mantido as linhas antigas utilizadas pelos perueiros. "A manutenção foi assegurada pela Secretaria de Transportes. Havia um compromisso moral, e agora restam poucas dessas linhas", afirma.

A principal queixa recai sobre os percursos, também questionados pelo TCM. "Os conselheiros foram políticos. Fizemos um acordo em que os itinerários serão discutidos ao término do processo. Isso não existe", diz Santos. "Assim, estamos assinando um documento em branco com a Prefeitura. É um absurdo!"

Leandro Cipoloni



Para conter a multidão, 20 guardas

A segurança da entrega dos editais hoje no Pacaembu será feita por homens da Guarda Civil, que tem uma tensa relação com os motoristas

Mil perueiros para cada guarda civil metropolitano. A proporção espantosa, bastante diferente da evidenciada nas fiscalizações contra clandestinos, parece não preocupar autoridades. Foram escalados apenas 20 homens, distribuídos em cinco viaturas, para acompanhar a entrega dos envelopes de mais de 20 mil interessados às vagas oferecidas pela licitação dos lotações.

De acordo com a GCM, o baixo efetivo deslocado servirá ape-

nas como "prevenção", e, se necessário, mais viaturas serão enviadas ao Estádio do Pacaembu.

Uma série de antecedentes não permite descartar a possibilidade de atritos entre guardas e perueiros. Desde 26 de agosto do ano passado, quando a GCM passou a participar das blitz contra peruas clandestinas, dando cobertura aos fiscais da SPTrans, a relação entre eles é tensa. Dezenas de confrontos marcaram a fiscalização e, em algumas ocasiões, transformaram a Cidade em campo de batalha.

Bia de conflito

Logo nos primeiros dias de participação da GCM nas blitz, perueiros e guardas se enfrentaram durante um dia inteiro, após a apreensão de duas peruas irregulares em Capela do Socorro, na Zona Sul.

Um cobrador foi baleado e mais de dez pessoas tiveram ferimentos de menor gravidade. No mais grave dos acontecimentos envolvendo perseguições, quatro pessoas morreram após uma perua Kombi bater em uma árvore

em Santo Amaro. Segundo testemunhas, o motorista fugia de uma viatura da GCM.

Semanas mais tarde, o governador Mário Covas (PSDB) autorizou o acompanhamento de 50 PMs na fiscalização. Entre os perueiros, a participação de policiais foi vista com bons olhos - o que ficava evidente nos comentários atacando os guardas. "Respeitamos a PM e somos respeitados. Diferentemente dos 'guardas-de-jardim', que nos tratam como bandidos", disse o perueiro Humberto Nucci.

Além dos problemas com guardas, a possibilidade de ficar de fora do grupo de legalizados preocupa 16 mil perueiros que hoje circulam pela Cidade, o que deve deixar o clima carregado na entrega dos envelopes. Alguns fazem ameaças.

Assustados com a chance de perderem a licença, os 2.700 atualmente legalizados prometem brigar até o último momento. "Lutamos para chegar aqui", afirmou o perueiro Wagner Tadeu Sales. "Não vamos entregar de mão beijada."



Folha nº 76 do proc.
Nº 22 de 01

Adelina C. ...
Agora S. Paulo pag 13, ASA

Assessoria de Imprensa da Presidência
Clipping

Câmara Municipal de São Paulo

Perueiro entrega proposta hoje

Cerca de 20 mil candidatos devem entregar a documentação para participar da licitação no estádio do Pacaembu, entre 8h e 18h.

Os interessados em obter a autorização para trabalhar como perueiro precisam levar os dois envelopes com os documentos exigidos. (veja quadro ao lado)

Os envelopes não podem ser transparentes, devem estar lacrados, ter tamanho ofi-

cio (24cm x 34cm) e estar endereçados para a Comissão Especial de Licitação.

O primeiro envelope deve conter os documentos de habilitação do candidato e o segundo, a proposta técnica. Todos devem conter o nome e CPF do candidato, além de número da concorrência (010/2000) e a área escolhida.

A SPTrans (São Paulo Transporte) mobilizou 160 funcionários para receber as

propostas. No estádio, o candidato vai receber uma senha e terá de aguardar nas arquibancadas, para então se dirigir a uma das 60 mesas que vão receber os envelopes com a documentação.

Cada pessoa só vai poder entregar os envelopes com a proposta de um concorrente, mas não é necessário que seja o próprio interessado. Depois da entrega, os candidatos receberão um protocolo.

A secretária salienta que não é necessário que o perueiro chegue cedo demais ao local. Seguindo a Secretaria Municipal de Transportes, os perueiros que estiverem na fila depois das 18h vão receber senha e serão atendidos no mesmo dia.

A data da audiência pública para abertura dos envelopes ainda não foi definida e será informada na segunda-feira. (MC e AA)

PARA SER PERUEIRO

Para ser	Ter	Entrega dos envelopes com
Tratado D ou E, registrada em São Paulo Ser maior de 21 anos Não ter antecedentes criminais Usar veículo de transporte de passageiros fabricado a partir de 95 Comprovar ser morador da cidade de São Paulo	Habilitação categoria	Documentação que comprova a capacidade para operar em sistema de lotação (cópias autenticadas do RG, título de eleitor, CPF, carteira de habilitação, categoria D ou E, e outros) Proposta técnica - Apresentação dos atestados e declarações solicitados, referentes ao interessado e ao veículo que será utilizado na operação
Local de entrega Estádio Pacaembu Praça Charles Miller, s/nº Hoje, das 8h às 18h		

Empresas de táxi investigadas

A SPTrans deve entregar hoje informações sobre 22 empresas ao Ministério Público, que investiga irregularidades na concessão de alvarás.

Algumas dessas empresas começaram a operar dias antes de uma portaria que regulamentava as licenças.

A concessão foi dada em 1995, durante a gestão do ex-prefeito Paulo Maluf. O, presidente do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores nas Empresas de Táxi do Município de São Paulo, José Duarte Marcolino, acusa o vereador Natálio Bezerra (PTB) de rece-

ber dinheiro para intermediar a negociação. Bezerra é presidente do Sindicato dos Taxistas. "Esse homem é um demente. É tudo mentira", atacou o vereador. A reportagem procurou a assessoria do ex-prefeito e não obteve retorno. (AMA)

PROFISSIONALISMO

Professores 1

O Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal) ameaça com acampamento em frente à Secretaria de Administração se não forem renovados os contratos de 1.100 professores.

Professores 2

A promessa de renovar os contratos dos professores efetivos foi feita há cerca de dez dias pelo secretário municipal de Educação, João Guilberito de Meneses ao presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca.

São Paulo, de Maio de 2000



Licitação atrai menos perueiros que o esperado

Representantes da Prefeitura não se entendem sobre o lotação-microônibus

RICARDO MENDONÇA
& VALÉRIA ROSSI

A quantidade de perueiros interessados em trabalhar legalmente em São Paulo é menor que a imaginada pelos representantes da Prefeitura. A licitação dos lotações promovida pela São Paulo Transporte (SPTrans) atraiu ontem 6.657 perueiros ao Estádio do Pacaembu, pouco mais que 30% dos 20 mil estimados inicialmente pelo órgão.

A entrega dos envelopes da documentação de habilitação e das propostas técnicas, feita das 8 às 18 horas, foi calma. Houve pouca fila nos primeiros minutos da manhã e nenhum incidente.

Quando todo o processo licitatório estiver encerrado — segundo as previsões mais otimistas, isso deverá acontecer no fim de outubro — 4.042 lotações terão licença para trabalhar legalmente na cidade. São Paulo tem hoje cerca de 16 mil peruas, das quais 2.700 possuem alvará.

A data da abertura dos envelopes entregues ontem deverá ser divulgada até segunda-feira pela SPTrans. Assim que a documentação dos perueiros for analisada, será feita uma pré-seleção de interessados. A análise das propostas técnicas começa depois que os prazos legais para recursos da primeira etapa forem completados.

Depois da seleção das propostas técnicas, os resultados da licitação com as listas de linhas escolhidas pelos perueiros serão cruzados. Quando o resultado final for publicado no *Diário Oficial* do Município, começará a ser feita a vistoria dos veículos.

Dificuldades — O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, acredita que muitos devem ter desistido da concorrência em razão das exigências do edital.

Para a maioria dos perueiros entrevistados ontem, os

principais empecilhos são a falta de dinheiro para adquirir um carro novo e o descrédito na licitação.

O perueiro José Silva cita como exemplo de desânimo pela concorrência a linha em que trabalha. Das 16 pessoas que atuam na região, apenas 4 resolveram participar.

"Muitos desistiram porque acham que o processo tem cartas marcadas."

Outra questão levantada pelos concorrentes foi a liberação ou não dos microônibus. Para a perueira Célia Ferreira, o edital não previa o uso desse tipo de carro. Ela diz que vendeu sua casa para conseguir comprar uma

van com 16 lugares por R\$ 55 mil. "Se soubesse que era permitido, teria optado por um microônibus."

Na verdade, nem os representantes da Prefeitura se entendem sobre o assunto. Na edição de ontem, o Estado

mostrou que o perueiro Haroldo Mariano, sempre presente nas manifestações de apoio ao prefeito Celso Pitta (PTN), utiliza um microônibus na zona norte há pelo menos dois

meses.

Para tentar explicar o caso, a SPTrans e a Secretaria dos Transportes entraram em contradição. Ontem, novamente, os representantes dos órgãos não se encontraram.

Hanashiro afirmou que a licitação não permitia a utilização de microônibus e enfatizou que o edital não admite a transformação de 23 assentos em 16. Minutos depois, o diretor operacional da SPTrans, Luiz Flaviano Furtado, disse: "O importante é que o veículo respeite o número de passageiros exigido no edital de licitação".

Novo mercado — O estacionamento do Pacaembu ontem parecia uma feira de automóveis, com várias empresas expondo os mais diversos tipos de vans e microônibus. O supervisor da concessionária Avel, Sérgio Moreno, disse que os microônibus foram fabricados de acordo com as exigências da licitação.

PROCESSO
DEVE
TERMINAR EM
OUTUBRO

Folha nº 78 do proc.

Nº 22 de 01

Ademir Cícero - Ass. Parlamentar

RF. 100.406

Perueiros respondem à licitação com boicote

A SPTrans esperava que 20 mil pessoas se inscrevessem, mas nem 7 mil foram ao Estádio do Pacaembu. Despesa para arcar com a legalização é um dos motivos da resistência

Menos da um terço do esperado. O número de candidatos às 4.042 vagas disponíveis na licitação dos lotações na Capital surpreendeu pelo baixo interesse. Apenas 6.657 mil pessoas entregaram ontem no Estádio do Pacaembu os envelopes com as propostas para operar o serviço. A expectativa da São Paulo Transportes (SPTrans) era de 20 mil pretendentes.

A reportagem do JT apurou que houve boicote ao processo licitatório por parte dos perueiros, tanto clandestinos como legalizados. "É o repúdio de toda uma classe que não concorda com essa concorrência que aí está", admitiu José Célio dos Santos, presidente do Sindicato dos Lotações de São Paulo (SindLotação). Muitos perueiros acusam o processo licitatório de ser um jogo de cartas marcadas. "Essa licitação é pura balela", disse Marcelo Coimbra, um dos líderes da classe na Zona Sul.

A retaliação não foi por menos. Continuar na ilegalidade mantém uma série de benefícios ao perueiro. Ingressando no sistema proposto pela Secretaria Municipal de Transportes (SMT), o motorista terá de desembolsar, segundo o SindLotação, entre R\$ 1.500 e R\$ 2.000 anuais para pagamentos de seguros e documentação.

Encargos trabalhistas

Há ainda a responsabilidade sobre a contratação de prepostos e cobradores. "O permissionário responde pelos encargos trabalhistas oriundos das contratações previstas na Lei 12.893/99", manda o caderno de concorrên-

cia pública 010/2000 da SMT.

Para ser aprovado, porém, clandestinos e legalizados com carros inferiores ao exigido pelos critérios do edital teriam de se endividar para adquirir um veículo apropriado às exigências, que custa em torno de R\$ 65 mil. "Se não comprar um veículo desse porte, não dá para concorrer", afirmou Luciano Alves, que trabalha como legalizado em Santana, na Zona Norte.

Quando já estiver com o alvará de trabalho, o proprietário terá seu loteação vistoso a cada seis meses, devendo manter o custeio dos padrões exigidos. "Como eles podem pedir isso se mantêm os ônibus em situação precária?", questiona José Adélio de Jesus.

Frustração grande

A baixa procura frustrou a SPTrans, que estimava que mais de 20 mil pessoas participassem da concorrência - rotulada como a maior do gênero no mundo. No início da manhã, o secretário de Transportes, Getúlio Hanashiro, já previa uma redução brusca nesse número: "Pelo baixo movimento no momento, não deve chegar nem a 10 mil."

Temendo tumultos e conflitos com perueiros, a Guarda Civil Metropolitana deslocou 160 homens - inicialmente, apenas 20 homens seriam convocados. Para organizar o serviço, a SPTrans designou 160 fiscais. Viaturas da PM e da Secretaria de Saúde também estavam no local para uma eventual emergência - que acabou não acontecendo.

Em meio à calmaria, sustentada pela suspeita de boicote, o diretor-operacional da SPTrans, Luiz Flaviano Furtado, afirmou que as perseguições aos clandestinos continuarão. "A fiscalização nunca deixou de existir", disse, já fazendo um alerta àqueles que preferiram sem manter na clandestinidade. "Com o término da licitação, vamos reforçar a fiscalização nas ruas."

Leandro Cipoloni
(colaborou Isabel Campos)



Hanashiro avisa: 'Chegamos ao limite'

Para secretário, críticas são infundadas e não há como aumentar o número de legalizados. Primeiro da fila chegou ao estádio às 12h de sábado

Irritado com as críticas contra o edital de concorrência, que teria motivado o boicote dos perueiros, o secretário de Transportes, Getúlio Hanashiro, apontou os representantes da categoria como principais responsáveis pelo modelo que está sendo implantado pela SPTrans. "Não sei do que estão reclamando. Eles tiveram participação em todo o processo."

O presidente do SindLotação, José Célio dos Santos, rebateu as afirmações do secretário, acusando-o de beneficiar um pequeno grupo.

"Ele está louco! Eu participei apenas da criação do projeto de lei. Nunca me pediram qualquer palpite no edital. Quem deve ter colaborado foram os amiguinhos dele", disse, referindo-se a Haroldo Mariano e Francisco Mola Neto, que apoiam Celso Pitta.

O sindicato esperava ontem que o Tribunal de Justiça concedesse uma liminar suspendendo o processo licitatório, o que não aconteceu. Para Hanashiro, não há motivos para o cancelamento da concorrência. "Estamos fazendo tudo com seriedade e transparência."

Segundo Luiz Flaviano Furtado, da SPTrans, alguns perueiros que possuem alvará atualmente — como Santos — querem "tumultuar" para arrastar o processo. "São os únicos que ganham com isso. Mas se esquecem que o alvará é resguardado por uma portaria que pode ser derrubada."

O secretário Hanashiro afirmou que 4.042 lotações legalizadas é "mais que suficiente". "Chegamos ao limite. Mais que isso é falta de bom senso." A data da abertura dos envelopes entregues ontem deverá ser divulgada até segunda-feira.

Durante a entrega das propostas, o frio não impediu que algumas pessoas

passassem a madrugada na frente do estádio do Pacaembu. Pela manhã, havia pelo menos 400 pessoas aguardando no local. O primeiro a chegar foi o perueiro Marcos Antônio de Praes, de 33 anos. Ele chegou ao estádio por volta de 12h de sábado. "Acho que Deus vai recompensar meu esforço."

L.C. e Valéria Rossi

Lei pode 'frear' indústria de multas

O deputado Jorge Caruso (PMDB) reagiu ontem à previsão da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), de que haverá uma "enxurrada de recursos" contra as multas de trânsito. Ele disse que a nova lei, que obriga que a notificação seja acompanhada da foto e do laudo de aferição do equipamento, vai funcionar como "um freio" na indústria das multas.

Segundo Caruso, como o órgão emissor das multas emitidas por radares e lombadas eletrônicas terá de preencher os requisitos dos equipamentos, o processo se torna mais "transparente" e acaba com "a multa aleatória".

O trâmite do projeto de lei, que prevê a inclusão da foto do veículo infrator, teve um percurso rápido na Assembleia Legislativa. O projeto de lei n.º 470 deu entrada em 8 de junho do ano passado. Foi aprovado em 9 de novembro e vetado integralmente pelo governador Mário Covas em 21 de dezembro.

O retorno à Assembleia aconteceu em 4 de fevereiro deste

ano. No dia 4 de maio, foi derrubado o veto de Covas, por unanimidade, e aprovado o projeto, que se transformou na Lei 10.553, publicada no *Diário Oficial* na quinta-feira passada.

Velocidade máxima

O projeto original sobre a cobrança pelo poder público de multas exigia que a notificação viesse acompanhada pela foto do veículo infrator e pelo laudo de aferição do equipamento. Foi feita uma emenda que acrescentou a necessidade de a velocidade máxima permitida no local da infração também ser indicada na notificação.

Quem ligasse ontem para o telefone de Multas e Recursos da CET (016-5277) era informado que "não houve comunicação das mudanças" (previstas pela nova lei). Segundo o atendente de plantão, o motorista interessado em pegar a foto de sua infração (se foi cometida em São Paulo) ainda deve dirigir-se à Rua Sumidouro, 740, esquina com a Avenida das Nações Unidas, em Pinheiros, e pagar R\$ 2,69 pela cópia da foto.

A lei entrou em vigor na data de sua publicação (11 de maio). A CET tem um prazo de 60 dias para se ajustar às novas regras.

Danilo Angriman

Perueiro despreza disputa pela legalização na Capital

ANTONIO LERIA

Apenas 6.657 dos 20 mil perueiros esperados compareceram ontem ao estádio do Pacaembu, região central, único dia para a entrega dos envelopes com propostas de habilitação e técnica para a licitação da categoria. Pela manhã, o secretário Getúlio Hanashiro, que acompanhava os trabalhos, já dizia que o número de inscritos poderia ser menor que 10 mil.

A previsão inicial da São Paulo Transporte (SPTrans) era de que entre 20 mil e 25 mil perueiros tentassem uma das 4.042 vagas oferecidas no sistema. "O que deve ter assustado os concorrentes foram as exigências que fizemos. Pedimos carteira de habilitação categoria D ou E e que o candidato não tivesse pendências com a Justiça, entre outras coisas", afirmou o major Luiz Flaviano Furtado, diretor operacional da SPTrans.

Segundo Hanashiro, em três meses já serão conhecidos os vencedores da licitação. O próximo passo da licitação será convocar os concorrentes para conferir os documentos que entregaram, na presença de duas testemunhas. A convocação deve começar em duas ou três semanas.

Os portões do Pacaembu foram abertos pouco antes das 7h. No momento da abertura havia aproximadamente 500 pessoas aguardando. A SPTrans convocou 160 funcionários para trabalhar no recebimento dos envelopes. A Guarda Civil Metropolitana levou outros 160, responsáveis pela segurança. Todo candidato que entrava no estádio era revis-

tado pelos guardas. Às 8h, começou o atendimento. Os perueiros entregavam os envelopes em 60 mesas colocadas sob o tobogã.

Os funcionários recebiam os envelopes, conferiam os dados e os lacravam em um saco plástico, entregando em seguida um protocolo ao candidato. A operação demorava em média um minuto e meio.

As 9h15 todos que haviam formado fila nos portões já haviam sido atendidos. O local de recebimento ficou praticamente vazio. Apenas um ou outro perueiro chegava e sobravam funcionários para atendê-lo. Até o meio-dia, quando o movimento começou a aumentar, apenas 2.500 perueiros tinham entregado os documentos.

Prefeitura pede habeas-corpus para Venturelli

A Prefeitura de São Paulo entrou ontem, por meio da Procuradoria Geral do Município, com pedido de habeas-corpus preventivo e liminar, a favor de Carlos Alberto Venturelli, presidente da Comissão Integrada de Fiscalização. A iniciativa tem como objetivo proteger Venturelli das ameaças de prisão feitas na semana passada pelo governador Mário Covas, caso ele tentasse lacrar novamente as obras do Centro de Detenção Provisória do Belém, na Zona Leste. Segundo a Prefeitura, a construção não possui alvará de edificação nova, sendo portanto, irregular.

Interessados têm esperança

O medo de enfrentar longas filas e de perder a oportunidade de se legalizar fez com que Marcos Antônio do Praes, de 33 anos, chegasse aos portões do Pacaembu ao meio-dia de domingo. Ele era o primeiro da fila. "Não vejo a hora de não ter mais de fugir da fiscalização. Atualmente trabalho uma semana e fico parado duas por causa dos fiscais", lamentou Marcos, que há três anos trabalha como perueiro. "Nesse período tive o carro apreendido três vezes", disse.

A segunda da fila foi Vânia Eusébio Rodrigues, de 46 anos, que também chegou no domingo, às 13h30. "Essa legalização é minha grande esperança. Quero ter o direito de trabalhar sem ser perseguida como bandida", desabafou Vânia, que trabalha com lotação há cinco anos. Da mesma maneira que Marcos, ela teve em média uma apreensão por ano que está na rua.

Já Rosa Nogueira de Castro, de 24 anos, ficou aliviada ao ver o pequeno movimento no estádio. "Foi muito pior quando tive de pegar o edital. Estava grávida de oito meses e a confusão foi imensa", lembrou, com a filha Vitória, de 13 dias, no colo.

Os perueiros que chegaram após o meio-dia diziam que aproveitaram a manhã para trabalhar, já que a fiscalização foi menor porque muitos fiscais estavam no Pacaembu. Outros disseram que pensavam que o maior movimento seria de manhã. "Achei que ia acontecer como quando retiramos o edital. De manhã era um inferno de tanta gente e o resto do dia ficava tudo vazio", comentou Angelo Roberto Zanoni, de 42 anos.



Perueiros queimam dois ônibus na abertura de corredor exclusivo

Secretário Hanashiro iria inaugurar faixa para ônibus na Zona Sul, mas teve de fugir antes do evento. Além da obra, que aumentaria a rapidez dos ônibus, eles reclamavam dos fiscais.

A inauguração de uma faixa exclusiva para ônibus na Avenida Senador Teotônio Vilela, na Zona Sul, ontem, terminou com mais um protesto de perueiros clandestinos e dois ônibus incendiados.

No fim da tarde, foi atcado fogo a outro ônibus, no Grajaú, na Zona Sul, também por perueiros. Já são 31 veículos incendiados desde o começo do ano.

O secretário municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, que havia chegado ao local da inauguração da obra às 8h, teve de sair logo depois, junto com o major Luis Flaviano Costa, diretor da São Paulo Transporte (SPTrans), empresa que administra o transporte coletivo na Capital.

Antes das 9h eles foi embora por razões de segurança, abandonando a cerimônia rapidamente e fugindo de possíveis agressões. Com isso, a cerimônia de entrega da faixa - parte do programa Agora é Ônibus -, nem sequer ocorreu.

Segundo a SPTrans, o programa Agora é Ônibus deverá beneficiar 47 linhas oficiais no local. Estimativas da empresa indicam que a velocidade média deverá subir de 13 quilômetros por hora para 18 quilômetros por hora.

Além disso, a implantação da faixa deve fazer com que o tempo de espera caia de 40 minutos pa-

ra 30. Segundo os manifestantes, eram esses os motivos que levaram o grupo de perueiros a promover o ato.

Contra os fiscais

O veículo destruído durante o protesto foi incendiado às 11h30 pelo mesmo grupo de perueiros que, pouco antes, havia hostilizado Hanashiro durante a inauguração da faixa.

O ataque ocorreu na Avenida Belmira Marin, próximo à Avenida Teotônio Vilela. O ônibus, de prefixo 64.292, pertencia à Viação Geórgia. Segundo a empresa, o veículo fazia a linha 6070 (Terminal Santo Amaro - Mesianica).

Além da inauguração da faixa, o protesto também estaria relacionado à fiscalização e apreensão de lotações clandestinas. A operação estava sendo feita na área pela Guarda Civil Metropolitana e pela SPTrans.

Na região da Avenida Belmira Marin foram apreendidos pelo menos 24 lotações desde o período da manhã até agora.

O ônibus da Geórgia queimado ontem, de 1996, custava cerca de R\$ 60 mil. Foi o terceiro veículo da empresa destruído desde janeiro.

Prejuízo milionário

Durante a tarde, os protestos continuaram. Outro ônibus foi atacado por volta das 17h40, na mesma avenida. Segundo a Assessoria de Imprensa da SPTrans, um grupo de pessoas ateou fogo contra um ônibus da empresa Bola Branca.

O veículo fazia a linha 6018 (Jardim Lucélia - Terminal Santo Amaro), foi queimado apenas parcialmente pelo fogo.

Um funcionário da empresa Bola Branca contou como foi o ataque. Segundo ele, uma perua

parou ao lado do veículo. Vários homens desceram com galões de gasolina e jogaram o combustível no ônibus, colocando fogo no veículo logo depois. O ônibus levava quatro passageiros, mas ninguém ficou ferido.

No último ano, a Bola Branca foi a empresa que mais teve ônibus queimados entre as companhias que trabalham com a SPTrans na Capital. Foram 14 veículos destruídos.

Segundo a diretoria da empresa, o prejuízo pela perda dos ônibus supera R\$ 1 milhão.

Microônibus proibidos

O diretor-jurídico do Transurb, Antônio Sampaio, disse ontem que pelo menos duas questões jurídicas estão sendo "ofendidas" com a permissão do uso de microônibus como lotação, o que está ocorrendo com frequência em São Paulo: a lei das lotações e o Código de Trânsito Brasileiro.

Ele fez referência ao perueiro Haroldo Mariano, amigo do prefeito Celso Pitta, que há dois meses circula com um microônibus-lotação na zona norte.

Outro aliado de Pitta, Francisco Mola Neto, o China, criticou ontem o Sindicato dos Lotações da Capital (SindLotação) por ter prejudicado o processo licitatório. A primeira etapa, ocorrida na segunda-feira com a entrega dos envelopes, foi um fracasso - eram esperados mais de 20 mil candidatos, mas menos de sete mil concorrentes apareceram.

"Foi culpa da liderança desse sindicato que aí está. Não informaram os filiados corretamente e acabou resultando nisso."

Para ele, não houve boicote, mas sim um ato de irresponsabilidade. "Mesmo assim, teremos o número suficiente de candidatos para suprir as vagas."



Excursões da periferia garantiram claque pro-Pitta

Epitácio Pessoa/AE

Muitos nem sabiam o que estava acontecendo na Câmara, mas aproveitaram "passeio"

VALÉRIA ROSSI

O depoimento do prefeito Celso Pitta (PTN), ontem, na Câmara, teve pouca platéia. Fora do prédio do Legislativo, o número de manifestantes não passou de 80, segundo a Polícia Militar. No plenário, estavam cerca de 150 pessoas - trazidas da periferia em excursões - que mal sabiam por que estavam no local.

O aposentado Floriano Toneli, de 60 anos, disse que veio a convite de sua vizinha, que trabalha na Prefeitura. "Não tenho idéia do que estou fazendo aqui, mas sei que prometeram um rango bom." Ele estava num ônibus vindo de Itaquera, com pelo menos 30 pessoas. O mesmo disse a dona de casa Maria Mateus Quirino, de 40 anos, do bairro da Vila Rossi.

"Não sei o que está acontecendo, mas me ofereceram esse passeio." Em troca, teria de carregar bandeiras com mensagens de apoio a Pitta. Sua filha Joelma Sales, de 20 anos, e seus quatro netos também participaram do movimento. "As crianças estão felizes com o passeio."

Maria e Joelma desconheciam o motivo de terem sido levadas ao local e não revelaram quem organizou a excursão.

Outro manifestante, Valter do Nascimento Araújo, de 31 anos, vice-presidente do Grupo Comunitário de Jovens da Zona Sul, considera essas excursões um absurdo. Ele disse que funcionários da prefeitura ligam para a entidade prometendo



Portando faixas iguais, manifestantes fazem barulho em frente da Câmara: vereadores ofendidos

do benefícios para o bairro em troca de apoio. "Não suporto mais hipocrisia."

Ao fim do depoimento, manifestantes xingaram vereadores da oposição. Um dos líderes dos perueiros clandestinos, Francisco Mola Neto, o China, que participa de todas as manifestações pró-Pitta, foi retirado por policiais. Ele contestava os vereadores que acusavam Pitta.

Para o vice-presidente da Sociedade de Amigos de Bairro, de São Miguel Paulista, José Machado, de 66 anos, o prefeito está sendo injustificado. Sem saber quais são as acusações contra Pitta, atribuiu o pedido de impeachment ao racismo.

'ME
PROMETERAM
UM RANGO
BOM'

Advogados contestam versão do prefeito sobre precatório

RICARDO MENDONÇA

Os advogados integrantes da Comissão Especial de Precatórios da seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) estranharão a declaração do prefeito Celso Pitta (PTN), feita ontem na Câmara Municipal, segundo a qual a Prefeitura "tentou" fazer um acordo com os credores das dívidas judiciais do município.

O advogado Vicente Renato Paulillo, membro dessa comissão, diz que a história é diferente. "A negocia-

ção foi concluída, mas a verdade é que a Prefeitura não cumpriu o acordo", diz.

Segundo ele, o secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura, Edvaldo Brito, e o ex-secretário de Finanças José Antônio de Freitas assinaram uma carta ao presidente da OAB-SP, Rubens Approbato Machado, garantindo que o município destinaria mensalmente R\$ 10 milhões para o pagamento de precatórios, o que de fato nunca ocorreu.

O documento foi enviado a Approbato em 31 de março de 1999.

Folha nº 83 do proc.
Nº 22 501

Processo: 2001/0007017/1

Ass. Parlamentar
RF. 100.406

LOCALIZAÇÃO

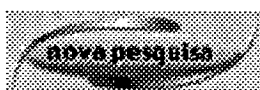
Unidade: **SMT-CH GAB** .Desde: **15/02/2001**
S.M.T. - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - CHEFIA DE GABINETE
AV. DAS NACOES UNIDAS, 7123 ALTO DE PINHEIROS
Telefone: **30391716** Ramal: **1717** Atendimento das: **08:00** às **18:00**

SITUAÇÃO

Situação:
Despacho: Data: DOM:
Comunique-se: Vencimento:

DADOS DO PROCESSO

Assunto: **AVERIGUACAO PRELIMINAR**
Motivo da autuação :
PORTARIA 005/01-SMT.GAB - CONSTITUIR COMISSAO PARA APURACAO
DAS DENUNCIAS VEICULADAS RELATIVAS A CONCORRENCIA 010/2000
Interessado: **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**
Nº SQL/INCRA:



Dúvidas e Sugestões
sobre localização de processos



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 84

do processo n.º 08-22 de 20 01 21 10 105 (a) CD

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Encaminho os presentes autos para arquivamento nos termos do art. 275 do Regimento Interno (término de Legislatura).

03/ 11 /05

Andreoni
Ângela Borçin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO	
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Proc. encerrado com	<u>84</u> fis.
Arquivado em	<u>15/12/2005</u>
Func.º	<u>Jader Augusto Pimenta</u>
JADER AUGUSTO PIMENTA	
RF 10.860	
SGP. 33	